



ORGs: Ainá Oliveira da Silva
Carla Cristina B. Pinheiro
Cíndia Brustolin
Clara Fernanda S. Costa
Maria Ecy L. de Castro
Neuziane Souza
Sislene Costa da Silva

liberdade
caça jeito
a história de todos
na história de cada um



Ainá Oliveira da Silva
Carla Cristina Barros Pinheiro
Cíndia Brustolin
Clara Fernanda da Silva Costa
Maria Ecy Lopes de Castro
Neuziane Souza
Sislene Costa da Silva
(ORGS.)

liberdade caça jeito

a história de todos
na história de cada um

São Luís



2019

Copyright © 2019 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Profa. Dra. Nair Portela Silva Coutinho

Reitora

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatíel de Jesus Pereira

Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Esnel José Fagundes

Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva

Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha

Profa. Dra. Andréa Dias Neves Lago

Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima

Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire

Prof. Me. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz

Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos

Profa. Dra. Michele Goulart Massuchin

Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi

Revisão

Ainá Oliveira da Silva

Cíndia Brustolin

Sislene Costa da Silva

Projeto Gráfico

Patrícia Yamamoto

Gustavo Motta

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Maria Stela Martins Veloso - CRB 315-MA - Bibliotecária Documentalista

Liberdade caça jeito: a história de todos na história de cada um / Brustolin,
Cíndia [Org.]. – São Luís, EDUFMA, 2019.

300p. ; ilustr.

ISBN

1. Índios – Maranhão 2. Cidadania 3. Estrada de ferro Carajás 4. Quilombolas I. Silva,
Ainá Oliveira da II. Pinheiro, Carla Cristina B. III. Brustolin, Cíndia IV. Costa, Clara
Fernanda S. V. Castro, Maria Ecy L.VI. Souza, Neusiane VII. Silva, Sislene Costa da VIII.
Título

CDD 338.9 900 9 8121

CDU 338.984.3



"quem anda no
trilho é trem de ferro. sou
água que corre entre pedras
- liberdade caga jeito."

- manol de barros

Licença e Termos De Uso

A licença adotada é a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0): você tem a liberdade de compartilhar, copiar, distribuir e transmitir esse material, desde que cite a autoria. A licença pode ser consultada neste link:

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Realização:



Apoio:



AGRADECIMENTOS

Sabemos, porque aprendemos a não duvidar mais da nossa capacidade de sentir e compreender, que nada disso seria possível não fossem os passos caminhados, as vozes entoadas, os corpos que se levantaram e que também sangraram, insurgentes, nossos ancestrais. Pela nossa existência e pela possibilidade de escrever este livro, nos sentimos gratos e comprometidas com o protagonismo das nossas histórias.

Este livro representa o registro da memória de um processo educativo que formalmente durou três anos – 2014 a 2017 – mas que seus ramos continuam a se espalhar pelas comunidades “onde corta o trem”. Esse processo tão rico não seria possível sem a contribuição de todos e todas que se inscrevem aqui e cujos nomes estão no final do livro. Esses nomes não apenas representam as pessoas como indivíduos, mas as coletividades de onde emergem as histórias.

Agradecemos a contribuição dos parceiros e parceiras que dedicaram algum tempo nessa caminhada para realizar oficinas, debates, rodas de conversa nos encontros. Agradecemos cada comunidade que nos recebeu e principalmente à cada pessoa que dispôs de seu tempo e carinho para preparar nosso “cumê” nos encontros.

Somos gratos, em especial, à rede Justiça nos Trilhos; ao Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA); à Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Empreendedorismo da Universidade Federal do Maranhão (PROEXCE/UFMA); às comunidades, espaços formativos que transitamos nesses três anos.

Por fim, a Formação não seria possível sem o apoio da Fundação Ford e da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

SUMÁRIO

p. 11	PREFÁCIO Do chão levantam-se seres humanos, animais, plantas, bandeiras de luta e livros
p. 17	APRESENTAÇÃO Nesse livro se inscrevem: afetos, políticas, compromissos...
ESCRITOS DAS COMUNIDADES	
p. 35	TERRA INDÍGENA RIO PINDARÉ
p. 47	PIQUIÁ DE BAIXO O grito e a beleza em Piquiá, de cima a baixo
p. 89	SANTA RITA A vida sem memória morre, a memória sem vida mata: luta e resistência em Santa Rita
p. 109	VILA DIAMANTE Ocupar, resistir e produzir no P.A Vila Diamante
p. 125	CAJUEIRO Desenvolvimento, conflitos ambientais na zona rural de S. Luís e a luta do Cajueiro na resistência em defesa do território
p. 159	SANTA ROSA DOS PRETOS Memória e luta do território preto inscrita no corpo e na alma
p. 181	BURITICUPU A luta pela terra e Maria Darluz: um retrato da mulher camponesa
p. 207	ARARI Em coro exigimos que nos deixem passar: texto coletivo sobre impactos e violações dos direitos de quem mora onde corta o trem
p. 229	TAIM Território de partilha: contos, cantos e encantadas
p. 259	ENTREVISTA irmã Ani
p. 263	PONTES E BANDEIRAS: A formação política tensionando os muros
p. 274	ÁLBUM DE FOTOS da formação política
p. 291	AUTORXS

PREFÁCIO

DO CHÃO LEVANTAM-SE SERES HUMANOS, ANIMAIS, PLANTAS, BANDEIRAS DE LUTA E LIVROS

Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior

José Saramago, um romancista português profundamente comprometido com as lutas populares, em 1980, publicou um romance chamado *Levantado do chão*.¹ Esse romance, crítico ao fascismo, narra a vida de uma família camponesa de Portugal que, diante da exploração e miséria, toma consciência de sua situação e passa a recontar a história do país a partir de suas experiências e de uma perspectiva sempre esquecida pela história oficial.

Quando me foi colocado o desafio de escrever o prefácio do livro *“Liberdade caça jeito”: a história de todos na história de cada um*, me lembrei da obra de Saramago e, especialmente, de um trecho em que afirma:

“Do chão sabemos que se levantam as searas e as árvores, levantam-se os animais que correm os campos ou voam por cima deles, levantam-se os homens e suas esperanças. Também do chão pode levantar-se um livro, como uma espiga de trigo ou uma flor brava. Ou uma ave. Ou uma bandeira”.

Relatos vigorosos, cheios de vida e emoção, construídos a partir da experiência dolorosa dos enfrentamentos desiguais com grandes empreendimentos privados e estatais marcam a construção do livro que aqui se apresenta e fazem com que o mesmo se levante do mesmo chão em que brotam as plantações de roça que a cada

¹ No Brasil, esse premiado livro foi publicado pela Editora Bertrand Brasil (SARAMAGO, 2009), pela Editora Companhia das Letras (SARAMAGO, 2013) e por outras editoras.

ano seus autores insistem em fazer, enfrentando dificuldades e empecilhos impostos por aqueles que de uma forma ou outra desejam suas terras; do mesmo chão em que crescem os animais que insistem em criar; do mesmo chão em que crescem as crianças que insistem em existir e em fazer reexistir seus povos, comunidades e modos de vida; do mesmo chão em que emergem as bandeiras de luta que inspiram a resistência e a insistência em construir seus lugares de vida e um mundo de vida boa.

Toda essa experiência que aqui se transforma em relatos, fotografias, desenhos, poemas, reflexões, juntando emoção e razão, teve a oportunidade histórica de encontrar uma forma de expressão através de um projeto de formação política, demandado por lideranças das próprias comunidades, que sentiam a necessidade de que a juventude tivesse a oportunidade de ampliar seus horizontes de conhecimentos e de se preparar para os enfrentamentos que se apresentam cotidianamente e que se renovam com a expansão capitalista que tem marcado o campo maranhense nos últimos anos.

Nos anos de 2013 e 2014, foram realizadas as quatro etapas preparatórias do *Seminário Internacional Carajás 30 anos: mobilizações e resistências frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental*, que culminou em um grande evento em maio de 2014, na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís. Foi durante esse processo que a demanda por um curso de formação política surgiu e tomou consistência. Juntou-se, então, de um lado, a longa experiência que a Rede Justiça nos Trilhos (JnT) tinha acumulado no acompanhamento das lutas e com a formação de lideranças de povos e comunidades situados ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC)² no Maranhão (também conhecido como Corredor Carajás no Maranhão) e, de outro, a rica experiência em educação ambiental que, desde 2011, vinha sendo realizada pelo Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente

² A Estrada de Ferro Carajás (EFC) faz parte do sistema Mina-Ferrovia-Porto, controlado pela empresa Vale S.A. e que foi construído com o objetivo de garantir a exploração e exportação das gigantescas jazidas de ferro e de outros minerais encontrados no sudeste do Pará. Esse sistema liga as minas no Pará aos portos existentes em São Luís, capital do Maranhão. Para maiores informações, ver COELHO; COTA; 1997; SANT'ANA JÚNIOR; ALVES, 2018; SANT'ANA JÚNIOR; CARDOSO, 2016.

da Universidade Federal do Maranhão (GEDMMA/UFMA) junto a comunidades da zona rural de São Luís que lutam pela criação oficial da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim e também são afetadas pela EFC. A demanda feita a JnT e GEDMMA foi aceita e, constituindo uma parceria fundamentada na confiança mútua e na partilha de princípios, juntos partiram para o desafio de elaborar projetos, buscar recursos, mobilizar pessoal e fazer acontecer o curso de formação política, através do projeto de extensão universitária *Programa Grande Carajás, Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental*.³

A rica experiência vivida durante todo o processo que chamamos carinhosamente de formação política, foi repleta de mútuo aprendizado. Seguindo as trilhas do grande educador brasileiro Paulo Freire (1995, 2005, 2008), houve uma intensa junção de saberes. Os temas, métodos didáticos, formas de avaliação foram elaborados em conjunto, numa parceria entre os cursistas e a equipe organizadora, sem hierarquia de saberes, experimentando o respeito na sua forma mais profunda: todos e todas se dispunham a conhecer juntos, partilhando o que já sabiam, apreendendo o que era novo.

A cada cerca de dois meses, em um final de semana, após um intenso processo de preparação e mobilização, aproximadamente quarenta jovens de todas as idades (de 13 ou 14 anos a até mais de 70) se reuniam (e continuam a se reunir, pois o curso continua e há uma nova turma que já está constituída) em uma comunidade ou terra indígena para aprofundar seus estudos; estabelecer contatos; conhecer, apoiar e intensificar as lutas locais.

Assim, diante da aparente inevitabilidade do avanço do capital e da destruição dos modos de vida locais, aqueles que eram pensados por planejadores privados e estatais como destinados a desaparecer, foram recuperando as histórias de reação

³ Desde 2014 o projeto de extensão universitária contou com apoio financeiro ou concessão de bolsas para estudantes universitários concedidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Empreendedorismo da Universidade Federal do Maranhão (PROEXCE/UFMA) e apoio da Fundação Ford. Expressamos aqui nossos agradecimentos a cada uma dessas agências de fomento que permitiram o projeto se tornar uma realidade.

e lutas de seus ancestrais. Foram descobrindo e compartilhando novas formas de enfrentamento (não dá para esquecer o encantamento diante do aprendizado do uso da produção de imagens para registro e divulgação dos processos vividos ou das técnicas de teatro como forma de expressão de reivindicações). Foram buscando formas de fazer levantar do chão e tornar pública a sua existência, os seus direitos ambientais e territoriais, a sua vontade de continuar a ser o que são e a viver como vivem. Foram buscando formas de fazer mudar o curso do inevitável. Buscando conhecer suas raízes e se arraigando a elas, erguem-se para o céu e desafiam os que se pretendem dominantes do mundo. Colocam em questão e enfrentam a lógica, aparentemente inquestionável, do desenvolvimento e da modernidade.

O livro que aqui se apresenta é um registro contundente das várias lutas enfrentadas por povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, camponeses que se envolveram no curso de formação política. É, também, um grito daquelas vozes que sofrem permanentemente a ameaça de serem sufocadas. Num período em que a história do Brasil está marcada por retrocessos políticos e por ameaças às organizações populares e sindicais, em que os direitos territoriais e ambientais de povo e comunidades tradicionais são violentados cotidianamente, em que lideranças populares são ameaçadas e mortas, esse livro se ergue como um grito de liberdade e de afirmação da autonomia popular.

Por fim, não posso terminar esse Prefácio sem destacar a dedicação e compromisso das pessoas que compõem a JnT e o GEDMMA. Dedicação e compromisso carregados de disponibilidade, disposição e paixão que superaram dificuldades, enfrentaram obstáculos, criaram as condições de realização do curso de formação política e da construção conjunta com os cursistas desse livro. Dedicação e compromisso alimentados pela crença de que um novo mundo é possível e de que fascistas, racistas, classistas, preconceituosos não passaram!

Referências

- COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia (Orgs.). *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. "Mina-Ferrovia-Porto: no 'fim da linha', uma cidade em questão". In: ZHOURI, Andréa. *Mineração: violências e resistências; um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil* [livro eletrônico]. Marabá - PA: Iguana/ ABA, 2018. pp. 259-296.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; CARDOSO, Roseane Mendes. "O sistema mina-ferrovia-porto e lutas territoriais no Maranhão". In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: Annablume, 2016. pp. 181-201.
- SARAMAGO, José. *Levantado do chão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SARAMAGO, José. *Levantado do chão*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

↓
Seminário
Carajás, 2014.
Foto: Marcelo
Cruz



APRESENTAÇÃO

NESSE LIVRO SE INSCREVEM: AFETOS, POLÍTICAS, COMPROMISSOS...

Ainá Oliveira da Silva

Cíndia Brustolin

Majú do Nascimento Silva

Sislene Costa da Silva

Este livro traz histórias de vida e de luta de diferentes grupos sociais no Maranhão que estão mobilizados na defesa de seus territórios tradicionais. Constitui-se num espaço de insurgência política e histórica na produção da visibilidade das vidas afetadas pelo Corredor de Carajás, dos processos de resistência gestados no âmbito de suas caminhadas, das potencialidades construídas na luta pela terra e por autonomia política e produtiva.

São histórias escritas desde os pés no chão, com sangue muitas vezes, com suor sempre, de quem “nasceu e se criou” no território ou de quem imigrou em busca do sonho de uma vida melhor. Algumas histórias emergem de uma memória herdada,¹ baseada nos acontecimentos vividos pelo grupo a que se pertence. Outras, são frutos do enfrentamento diário para se manter no território contra projetos de desenvolvimento, como bem denominam os/as jovens, ou contra os grileiros de terra. São projetos minero-siderúrgicos, rodovias, carcinicultura, bubalinocultura, monocultura, pecuária extensiva, projetos voltados para uma reordenação territorial em que não cabem as vidas que se narram aqui. Por isso, a necessidade de invisibilizá-las na história oficial, nos mapas, nos documentos públicos, ou deslegitimar suas existências, “os ninguéns”, de Galeano, sem cultura, sem religião, sem ciência, sem arte...

¹ POLLAK, 1992.

Como um ato de (r)existência, é que cada jovem, nesse livro, conta as histórias de sua comunidade, através de relatos memorialísticos, da poesia, da fotografia, do desenho, da arte, se apoiando nos “livros vivos” do território: os anciãos e anciãs, as lideranças, o pajé, a parteira, os encantados.

Carajás 30 anos – o projeto de formação emerge no seio das lutas

A proposta de construir um curso de formação política com jovens de comunidades abrangidas pelo Corredor de Carajás começou a ganhar contornos mais definidos no âmbito do *Seminário Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental*.

O seminário teve como objetivo analisar os 30 anos do Programa Grande Carajás e os processos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais por ele desencadeados em uma imensa região da Amazônia, vendida pelos planejadores estatais como um vazio “onde nada havia para ser visto”,² até a chegada dos projetos governamentais.

Em 2013, diversos programas de pós-graduação, grupos de pesquisa, pesquisadores, estudantes, movimentos sociais, pastorais, lideranças comunitárias, do Maranhão e Pará, provocados pela rede Justiça nos Trilhos (JnT), se articularam para construir um grande seminário, que foi realizado no mês de maio de 2014.

Durante todo o ano de 2013, as organizações envolvidas se desdobraram para realizar seminários regionais, dos quais seriam levantados temas para aprofundamento no seminário internacional. Foram realizados 4 seminários regionais: dois no Maranhão, em Imperatriz e Santa Inês, e dois no Pará, em Marabá e Belém.

A ideia de construir uma formação política com jovens de comunidades atravessadas por projetos de des-envolvimento vinha sendo nutrida há algum tempo

² Fragmento de anúncio de comemoração dos 30 anos da estrada de ferro Carajás, publicado pela Vale em 2015.

pela JnT, a partir de sua experiência com intercâmbios entre comunidades. Mas foi na estrada, nos caminhos percorridos em 2013, durante a preparação dos seminários regionais que emergiu com força.

Assim como a itinerância pelo Corredor de Carajás havia possibilitado compreender mais profundamente processos que alguns de nós conhecíamos bem mais na teoria, possibilitar a itinerância entre os jovens pareceu-nos uma metodologia interessante, sobretudo por possibilitar a partilha de vivências, o sentirpensar, que a liderança quilombola Anacleto Pires tanto chama atenção quando fala da importância de “ver, ouvir e sentir”.

“O Programa Grande Carajás (PGC) foi um desdobramento do Projeto Ferro Carajás, da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (hoje privatizada e autodenominada apenas “Vale”), que visava, principalmente, garantir as condições infraestruturais para a exploração e transporte das gigantescas jazidas de minério de ferro do sudeste do Pará”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2016)

Os empreendimentos integrantes do Programa compreenderiam projetos de infraestrutura portuária, férrea, hidroviária e outros; hidrelétricos; pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais; agricultura, pecuária, pesca e agroindústria; florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas.

Foi institucionalizado no governo de João Figueiredo, através do Decreto lei 1813, de 24 de novembro de 1980. Em plena ditadura cívico-empresarial-militar, que assolava o país e abria as fronteiras da Amazônia para o capital externo e imigração em massa de uma grande população de homens e mulheres provenientes em sua maioria do nordeste e centro-oeste, que atraídos pelo sonho da terra livre, sem patrão, se encaixavam no slogan governamental “terras sem homens, para homens sem-terra”. Dessa forma, prometendo preencher o “vazio” demográfico, o governo iniciou um processo de expulsão e genocídio de vários povos indígenas e estimulou a grilagem de terras.

Os empreendimentos que se instalaram na região trouxeram em seu rastro

desmatamento, perda de autonomia sobre o território para os povos originários; reordenação territorial para atender aos empreendimentos em detrimento às necessidades dos povos que já viviam no território; privatização das terras e águas; monocultivos, com impacto sobre as fontes hídricas; poluição sonora, do ar, da água; trabalho infantil e análogo à escravidão, entre outros.

Na época, cerca de 892 km de extensão foram suprimidas dos povos tradicionais para dar lugar à estrada de ferro Carajás que ligava as minas de ferro da serra de Carajás, no Pará, ao porto da Ponta da Madeira em São Luís - MA. No caminho cortado pelo trem, milhares de pessoas foram desconsideradas em suas formas de vida e especificidades - de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, trabalhadores rurais, quebradeiras de coco passaram a populações lindeiras, invasoras, baderneiras, aliciadoras.

Contra essa inversão de valores, em que os donos do território são alçados a invasores, e os invasores são alçados a donos, que as histórias narradas aqui se inscrevem. Em um momento do país marcado pelo negacionismo histórico, mais do que nunca precisamos escutar essas vozes.

As sementes da proposta de formação foram lançadas então durante o encontro Carajás. Encontraram terreno fértil nos esforços para consolidar laços de parceria entre movimentos sociais, lideranças comunitárias, pesquisadores e resultaram em um processo de formação política que se desenvolveu durante três anos, com jovens de oito municípios e uma terra indígena, cortados pelo Corredor de Carajás.

A formação

“A importância da arma que a gente tem em unir as nossas dores.”

– Zica Pires

As narrativas que compõem esse livro nascem das trajetórias de jovens lideranças junto as suas comunidades e povos tradicionais e dos encontros produzidos pela Formação Política. Assim, a Formação Política reuniu lideranças que vivem em territórios impactados pelo Corredor de Carajás, no Maranhão.

Em 2014, a rede Justiça nos Trilhos (JnT) realizou o primeiro encontro de Formação Política no município de Arari, que contou com algumas lideranças de Arari e jovens de Igarapé do Meio, até então era um encontro piloto cuja discussão se deu em torno do que era uma formação política. Naquele encontro pequeno, foram levantadas percepções sobre o que as pessoas compreendiam sobre aquele tipo de processo formativo. Em seguida, realizou-se outro encontro na comunidade Vila Diamante, município de Igarapé do Meio, também com uma média de quinze educando(a)s. Havia perspectivas de ampliar a formação para um grupo maior, porém ainda não havia condições materiais, pois deslocar pessoas de várias comunidades em períodos de tempo curto era demasiado dispendioso. Foi quando se começou a busca por parcerias, tendo sido o Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) o escolhido, por já ser parceiro da JnT, por realizar um trabalho de pesquisa e extensão voltado para fortalecimento de comunidades afetadas por projetos de des-envolvimento e por possibilitar o diálogo academia/comunidades, fundamental em um processo formativo que pensa em “pintar a universidade de povo”.

No mesmo ano, firmou-se uma parceria entre JnT e o Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA). Nessa parceria formulou-se o projeto de extensão Programa Grande Carajás, Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental³, contemplado pela FAPEMA, que junto ao apoio da Fundação Ford, garantiu a realização das atividades formativas nos dois primeiros anos. Com o fim do projeto de extensão em 2017, a Formação Política se manteve financeiramente somente com apoio da Fundação Ford e apoio humano dos estudantes e pesquisadores do Gedmma. A parceria Gedmma/JnT possibilitou que ampliássemos a turma para uma média de 30 a 40 educando(a)s.⁴

³ Edital Fapema nº 17/2014, processo: aext-01739/14.

⁴ A participação nos encontros oscilava entre esse número, embora houvesse uma média bem regular de participação de 30 educando(a)s. Alguns encontros chegaram a ter a participação de 50 pessoas, considerando as pessoas das comunidades que acolhiam a atividade.

Os caminhos percorridos

Os encontros de formação política eram organizados segundo a metodologia da alternância, com encontros de três dias, a cada dois ou três meses, realizados em uma comunidade afetada pelo Corredor de Carajás, com atividades para o tempo em que os/as jovens estavam em suas comunidades.

Tanto os temas quanto as comunidades que receberiam os encontros eram decididos coletivamente em cada encontro. Embora, no começo do ano, se levantasse um rol de possíveis temas a serem trabalhados, havia uma flexibilização na definição dos mesmos ao longo do ano, conforme os educando(a)s fossem apontando a necessidade de abordar outros assuntos.

Durante os encontros havia um momento de vivência junto à comunidade que recebia a Formação, ocasião em os/as jovens das outras comunidades faziam caminhadas para conhecer o território, enquanto escutavam histórias sobre a fundação da comunidade, cultura, formas produtivas, conflitos, problemas, lutas e resistências. Embora houvesse uma turma regular da formação, todos os encontros eram abertos à participação de pessoas das comunidades que recebiam a Formação. Além disso, havia um momento construído pelo(a)s jovens em que partilhavam algo apreendido nos encontros com a comunidade através de uma sessão de cinema com debate, uma peça de teatro, uma oficina, uma mística, uma performance, um show. Dessa forma, os laços afetivos, o sentir a dor do outro, aprender com as estratégias de luta do outro, se fortaleciam.

Nos três anos da Formação Política foram realizados 16 encontros formativos, envolvendo 8 municípios⁵ e uma Terra indígena, nas seguintes comunidades: Taim, Cajueiro, Sítio do Meio, Santa Rosa dos Pretos, Capim-Açu, Vila Diamante, Verona, Piquiá de Baixo e aldeia Piçarra Preta. Os temas abordados foram: estrutura agrária; resistência coletiva e mobilização interna; justiça e seus aparelhos;

⁵ São Luís, Santa Rita, Itapecuru-Mirim, Anajatuba, Arari, Igarapé do Meio, Buriticupu, Açailândia e TI Rio Pindaré.

gênero e diversidade sexual; juventude e infância; meios de comunicação, Estado e políticas públicas; manifestações culturais como metodologia de trabalho com as comunidades; elaboração de projetos; comunicação popular; novo Código da Mineração; Formação política: o que é?; raízes da desigualdade na cultura política brasileira.

Entre os encontros, dois foram realizados em São Luís, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), um como parte do IV Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente, do Gedmma, e outro em forma de seminário, como balanço de quase dois anos da Formação Política, que resultou no I Seminário Conflitos Ambientais em Territórios do Corredor Carajás: Vivências, Saberes e Resistências.⁶ Nos dois eventos, os/as jovens apresentaram trabalhos. Nesse último, os/as jovens apresentaram, por município, trabalho referente à realidade de suas comunidades. Ocupar o espaço acadêmico foi positivo para os jovens das comunidades, mas também para a universidade que teve a oportunidade de dialogar com outros saberes, os quais, muitas vezes, são deslegitimados nesse espaço.

Desafios

Construir um processo formativo regular, que envolva a constituição de uma turma, composta por grupos sociais tão heterogêneos (indígenas, quilombolas, pescadores, trabalhadores rurais, estudantes), com encontros a cada dois ou três meses, se constituiu um desafio. Como tornar os encontros interessantes de forma a que os/as jovens sentissem vontade de sair de suas comunidades por um final de semana inteiro para estudar? Como animar o grupo a continuar se encontrando? Que tarefas seriam interessantes para fortalecer os processos de luta? Como abordar temas mais amplos? Como lidar com formas de viver e sentir tão diferenciadas? Como chegar nas comunidades sem ser invasivos? Essas foram algumas das questões que perpassaram a construção dos encontros.

⁶ Realizado entre 15 e 16 de outubro de 2016.

Nesse sentido, o diálogo com Paulo Freire, a multiplicidade de olhares das pessoas que compunham a coordenação da formação,⁷ o estar abertos para aprender com os outros, o não ter medo de tentar e nem de errar foram elementos fundamentais. Os educando(a)s tiveram um papel fundamental porque iam apontando os acertos e falhas de cada encontro e sugerindo dinâmicas e metodologias novas. Com o tempo, os encontros de formação foram adquirindo uma organicidade própria e os laços de afetividade entre os educando(a)s foram se construindo. De modo que eles mesmos foram construindo outros instrumentos de formação/denúncia autônomos, como o coletivo de comunicação Pinga Pinga, que começou como uma rádio, em um dos encontros, para animar a formação e ganhou corpo fora dos mesmos. Hoje tem vida própria.

Os primeiros encontros da formação foram marcados pela participação de lideranças mais velhas das comunidades, como Anacleto Pires, Sr. Ezequiel Cardoso, Sr. Neco, pessoas que contribuíram através da partilha de suas trajetórias de luta.

O processo de intercâmbio de conhecimentos gerados entre os jovens e com a academia, colheu bons frutos. Ajudou a desconstruir estereótipos, principalmente sobre os povos indígenas e quilombolas. Grupos sociais que jovens de algumas comunidades não haviam tido contato antes e, portanto, mesmo sofrendo as mesmas opressões, reproduziam a visão do opressor sobre eles. O contato com a academia também criou condições para que os/as jovens ampliassem seus horizontes sobre os estudos, tendo pelo menos cinco educando(a)s ingressado na universidade e outros em cursos técnicos. Outros ganhos foram que alguns educando(a)s compreenderam melhor as raízes da opressão em suas comunidades, suas histórias, as memórias e passaram a participar de fato dos processos de luta locais ou regionais, alguns se destacando enquanto lideranças. Outros jovens passaram a fazer parte de outros movimentos sociais e a questão ambiental entrou no rol de suas preocupações.

⁷ A coordenação era formada por professores da universidade com formação em Ciências Sociais, educadores populares, estudantes de Pedagogia, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Direito.

Os escritos

As narrativas apresentadas nesse livro dizem das vidas, das lutas, dos caminhos trilhados nos processos de insurgência. Entre as leituras possíveis, nos faz entender que na luta se ensina, com ela se aprende, se teoriza, se produz afetos. Como diz Walsh, “sigue de pie, vuelve a crecer, multiplicándose cada vez más en su resurgir digno rebelde” (Walsh, 2000). A luta perpetua mundos e resistências, apesar e para além da violência que acompanha o avanço do sistema capitalista sobre as terras desses grupos, sobre seus corpos, em suas várias formas, e submete a todos à desumanização.

Os nove capítulos que seguem apresentam um pouco desses mundos, são escritos por jovens lideranças das comunidades e povos que tem seus territórios na área de abrangência do Corredor Carajás e se mobilizam pela integridade de suas vidas, de suas histórias e de seus antepassados. Memórias de lideranças, poesias, cordéis, imagens compõem um cenário que reivindica reflexão sobre o mundo e o respeito às diferenças. Escrita que se propõe acontecimento insurgente, instância de visibilidade, diante de um espaço que se quer apagar, rabisco num mundo de papeis, que se acumulam, dizem pouco e usurpam muito.

A importância de anciãos e anciãs, guerreiros e guerreiras da **T. I. Rio Pindaré**, no município de Bom Jardim, guardadores de memórias do grupo, são trazidas nas narrativas de Antônio Francisco, da aldeia Tabocal, e de Genilson Guajajara, da aldeia Piçarra Preta, no primeiro capítulo. A beleza da vida Guajajara, os ensinamentos essenciais e a luta constante, pela existência digna em seu território, marcam a escrita e os registros fotográficos. E ainda, nas páginas que seguem, encontramos a bonita relação com memórias ancestrais e o compromisso assumido: “Agora é a nossa vez de pegar o maracá, a borduna e a flecha entoando cantos contra todo o mal e lutar com o poder ancestral ao nosso lado”.

Mais de uma década de histórias de luta e resistência dos moradores do bairro de Piquiá de Baixo, na busca por moradia e vida digna para mais de 300 famílias é apresentada no segundo capítulo por Aline, Gerliane, João Paulo, Marcos, Mikael e

Yuri que relatam as nuances e contradições do modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado e instalado em **Açailândia**. No texto, nos apresentamos Piquiá de Baixo a partir da instalação das indústrias siderúrgicas e as problemáticas causadas. Relatamos que em 2005 se iniciou a luta dos moradores do bairro por reassentamento para as famílias que sofriam/sofrem com a poluição sonora, das águas, do solo e do ar que causa doenças e mortes. O processo de luta transformou o caso de Piquiá numa causa de incidência política internacional. A narrativa destaca que a construção e o desdobramento da luta pela conquista de um sonho se configura na resistência manifestada na força e coragem dos moradores da comunidade, dentre eles, as mulheres, em maioria, que no decorrer do processo foram tornando-se protagonistas e assumindo frentes.

A luta também é compromisso dos jovens de **Santa Rita** que escreveram o terceiro capítulo. Rose, Do Carmo, Aldeny e Aldenora, de Sítio do Meio, Seu Ezequiel, de Retiro São João da Mata, e Mateus, de Santa Rita, já nasceram ouvindo histórias da luta pela terra a que pertencem. De muitas delas, são seus e suas protagonistas. No texto, nos apresentamos lideranças que deixaram suas marcas nos processos de resistência ali gestados e que ainda inspiram os que permanecem nos campos. Os campos alagados e seu povo viveram a guerra dos búfalos, quando fazendeiros invadiram terras, introduziram os animais e colocaram em risco a vida local. Luta travada pelos camponeses e suas representações sindicais. Áreas comuns foram cercadas, a pesca prejudicada, mas cercas também foram derrubadas. Ocuparam os trilhos do trem anos mais tarde, quando o chão foi dividido e a humilhação virou regra na ação da empresa, que passou com os trilhos do trem em cima de roças e igarapés.

A luta constante também marca a comunidade de **Vila Diamante**, projeto de Assentamento Negro Jutahy, em Igarapé do Meio. O lugar nasce das lutas das famílias pela terra, que já completam 29 anos nesse chão e se organizam junto ao MST. Ali brotaram esperanças, vitórias e um contínuo desafio de fazer as sementes encontrarem sempre os terrenos mais férteis. No capítulo 4, os autores militantes Antônio, Elenilson, Luilson, Manoel e a autora Neuziane lembram dos enfrentamentos

e das belezas desse caminho, pois, como diz um dos homenageados: “é possível e bonito ganharmos a nossa liberdade”.

O caso do **Cajueiro** ganhou visibilidade pública após a insistência de moradores e aliados em denunciar as violências a que foram submetidas famílias que ali vivem ou viviam em prol da criação de um porto privado, em São Luís do Maranhão. Audecir, Gabriel, Gracyelma, Maria Ecy e Mailson discutem, no capítulo 5, essa situação, como um registro denuncia, que não deixa esquecer o caminho reverso da humanidade. Mas não param aí, mostram que a destruição que atingiu grande espaço territorial da Ilha, os mangues, os babaçuais, as casas, os animais, atingiu um ideal de humanidade e de vida digna – um lugar de ser, de viver, de compartilhar, de criar filhos. Talvez um lugar em que a liberdade pudesse ser de alguma forma vivida e não apenas clamada.

As memórias de um grande território negro de liberdades vividas no pós-abolição se inscrevem também nos corpos e nas terras de **Santa Rosa dos Pretos**. Não permitem esquecer que quando um dá um passo para a frente, os outros devem ter avançado também, e que o respeito é a regra principal de qualquer relação. Anacleto, Maria Francisca, Leleco, Zica e Sislene apresentam, no capítulo 6, o quilombo dos múltiplos ensinamentos de resistência contra grandes empreendimentos – o dragão de ferro, a estrada rodoviária, os linhões – fundamentados nos seus livros vivos, nas suas ladainhas, na poesia cotidiana de seus moradores, nas relações com os encantados. E reforçam ainda a denúncia constante contra a extensão do sistema capitalista e de suas obras logísticas sobre os territórios negros no Itapecuru, no Maranhão, no Brasil e no mundo. As trajetórias negras de Libânio, Soeria e Seu Benedito, homenageados pelos autores no texto, inspiram respeito, força, luta e dignidade.

A complexidade das relações de classe que envolvem a expansão do sistema capitalista, o campesinato brasileiro, fazendeiros e o Estado é discutida por Altina, Leidiane e Uriel, ao narrarem momentos da luta pela terra em **Buriticupu**, no capítulo 7. Os jovens escritores militantes de Buriticupu apresentam a atuação de uma mulher, liderança camponesa da região, junto aos movimentos sociais e aos camponeses, que migraram para a cidade ainda na década de 1970, com um projeto de colonização,

e nunca foram contemplados. Na mulher do campo, encontramos esperança, persistência, força e coragem para seguir na luta em curso pela reforma agrária, pela educação do campo, pela moradia digna. O P. A Amazônia aparece como conquista e como desafio na ocupação da terra, na resistência ao sistema e na produção de uma vida “outra”, nossa.

Na luta pelo direito básico de ir e vir, de poder alcançar as políticas públicas de saúde e educação, **Arari** vem nos contar sobre as principais dificuldades que tem enfrentado nos contextos da área rural em que comunidades e campos naturais foram atravessados pela ferrovia. Um compilado de impactos e violações de direitos é relatado neste texto que foi construído num esforço coletivo de fazer ecoar em voz uníssona, o que as pessoas moradoras das comunidades de Capim Açu, Campo do Carmo I e II – em suas observações cotidianas entrecortadas pela placa que lhes diz “PARE, OLHE, ESCUTE. Risco de atropelamento” – percebem como situações que merecem atenção urgente do Estado. A produção do texto foi resultado de um processo de escutas, escrita, leitura e ajustes, que foram sendo feitos com cerca de 30 pessoas, ao longo de seis meses. Surgiu com a proposta de apresentar à Defensoria Pública da União, um documento onde se registrasse as principais necessidades enfrentadas pelas pessoas que moram nestas regiões, bem como as respectivas indicações de possíveis soluções sugeridas pela comunidade. Durante a escrita deste texto, mais famílias choram a perda de um parente atropelado pelo trem e a mão do destino derrubou sobre os trilhos uma passarela, antes mesmo de ser inaugurada, sobre a qual a população se negava atravessar, intuindo o arriscado acidente que era fácil de prever, mas que os engenheiros da empresa Vale e a Agência Nacional de Transportes Terrestres deixaram passar despercebido.

Uma reserva extrativista foi decreta pelo povo, no processo de organização da luta. A reivindicação para o reconhecimento do território como reserva extrativista havia sido realizada há mais de uma década, os estudos já estavam concluídos há um bocado de tempo. No entanto, decisões políticas, que silenciavam e silenciam as demandas de moradores da localidade, engavetaram o processo. Na organização das comunidades da zona rural II de São Luís, a Resex foi criada, para além do aval das

autoridades. Foi criada no grito de insurgência; no suor, nas lágrimas e nos afetos, que desejam mais autonomia; nas atividades cotidianas da pesca e no extrativismo do mangue na baía de São Marcos, que compõem o lugar. A história dessa luta, do povo que se organiza nesse espaço, faz parte do capítulo 9, escrito pelas lideranças do **Taim** e suas parcerias: Alberto, Clara, Carla, Francivânia, Rosana e Ruan, que tentam nas letras aqui grifadas nos despertar para uma vida de reciprocidades, de partilhas, de uma profunda relação de conhecimento com as naturezas do lugar, como as encontradas no Taim.

Após a finalização dos textos escritos pelo(a)s jovens das comunidades que protagonizaram a Formação, trazemos uma entrevista, realizada em 2015, com a educadora popular ir. Anne Caroline Wibley, a quem carinhosamente chamamos irmã Ani – norte-americana, de origem libanesa e pertence à congregação religiosa das irmãs de Notre Dame de Namur. Nos anos setenta, ir. Ani e outras irmãs iniciaram trabalho de educação popular com o povo afetado pelos empreendimentos, ligados ao Programa Grande Carajás. Perto dos seus noventa anos, ela faz memória do quanto os empreendimentos que se instalaram em São Luís afetaram de forma irreparável e perversa a paisagem e a saúde dos moradores.

Em seguida, quem relata sua experiência com a Formação são os jovens do Gedmma. Cada um traz à sua maneira, um aprendizado, uma troca, um afeto, uma reflexão mediada pelo encontro com o outro, com a teoria viva, com os sentidos das lutas e resistências. Nesse encontro, ninguém permanece o mesmo, as teorias acadêmicas ganham outras nuances, interpretações e, até mesmo, não bastam para explicar a vida. Os muros da universidade foram rompidos, que assim seja sempre.

Finaliza o livro, alguns registros fotográficos dos encontros formativos e a apresentação de cada um que contribuiu no registro dessas memórias.

Referências

WALSH, Catherine. *Pedagogías Decoloniales. Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir*. Serie Pensamiento Decolonial. Equador: Editora Abya-Yala, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 16 Mar. 2019



Seminário
Carajás, 2014.
Foto: Marcelo
Cruz





FOLHETIM PINGA PINGA



Segunda, Dezembro 15, 2018

INSURGENTE – AUTÔNOMO – COLETIVO – POPULAR

ANO II Edição Nº 12



É A VOZ DO POVO, SE NÃO OUVIU EU POSSO FALAR DENOVO.

Por: Ex-moradora do Cajueiro

“ Era exatamente isso que a empresa responsável pela construção do Porto São Luís queria, um desastre ambiental. Vai ficar na conta de quem esse prejuízo ambiental?

Será que alguém dará a devida importância para essa situação? Será que o Governador Flávio Dino só visita o Cajueiro para recepcionar a corja de chineses que financiaram sua campanha? Enquanto isso, os cidadãos que o elegeram que tomem... Banho na maré, né? Queria muito saber, o que ele pensa a respeito das pessoas que estão sendo expulsas de suas casas para dar lugar a esse empreendimento PRIVADO. Eu queria saber, se ele iria deixar que expulsassem a família dele de dentro de casa, igual fizeram com a minha. Se dependesse da Justiça e dele, eu estaria morando embaixo da ponte. Com tantas irregularidades e, mesmo assim, ninguém consegue parar essa empresa de acabar com o Cajueiro, só tem uma explicação: TÁ ROLANDO MUITO DINHEIRO PARA “GENTE GRANDE” AQUI NO MARANHÃO. SERÁ QUE NÃO EXISTE MAIS UM ÓRGÃO PÚBLICO EM QUE A CORRUPÇÃO NÃO PREDOMINE? O Maranhão tá mais lascarado do que nunca com esse Governador que se vende para chinês. Eu estou cansada de tanta roubalheira, quando isso vai acabar?

CURTA METRAGEM WYRA'U HAW'.

Por: Tekwé

Na manhã do dia 15 de Dezembro, na aldeia Januário no

Centro de ensino Escolar Indígena Januária, ocorreu a primeira exibição do curta metragem: **WYRA'U HAW – A festa da menina moça**, com exclusividade para as aldeias que compõem o Território Indígena Rio Pindaré, que participavam do encontro do Projeto político pedagógico (PPP).

Produzido pelo Coletivo Pinga Pinga com apoio da rede justiça nos trilhos sendo fruto do primeiro encontro de comunicadores populares do Estado do Maranhão. Essa produção documental faz parte de uma das muitas futuras iniciativas que o coletivo quer concretizar para o próximo ano que é a produção de curta documentário mostrando um pouco das manifestações, organicidade e resistência das comunidades tradicionais do Estado do Maranhão, além de dar continuidade com o folhetim mensal, produção fotográfica e áudio registro.



RELATOS: “A EXPOSIÇÃO FOTOGRAFICA NA ALDEIA PIÇARRA PRETA.”

Por: Man'g
Território: T.I Pindaré

Rua vazia, pouco movimento e um salão sendo preenchida com um varal de fotos, aos poucos a rua foram ficando movimentada, se ouvia cochichos e o salão foi ocupado também por pessoas.

Eram 16h, da quarta-feira do dia 05 de dezembro, na aldeia Piçarra Preta, na T.I Rio Pindaré, do município de Bom Jardim (MA), quando iniciou a exposição fotográfica sobre a festa da Menina Moça, ritual

tradicional dos indígenas Guajajaras. As fotos foram expostas e toda a comunidade pode apreciar o momento e contemplar a riqueza de sua cultura contida em cada fotografia. Percebiam-se risos, lágrimas e contemplação das pessoas que olhavam com muito cuidado e atenção cada registro exposto no varal.

As fotos que comporão a exposição foram feitas em setembro de 2018, cada fotografia foi escolhida por jovens que passaram pelo o ritual e seus familiares. No fim, os jovens e suas famílias puderam levar para casa as fotografias que ali estavam expostas e a exposição cumpriu seu papel de cultivar e semear a cultura Guajajara.



OBSEVAÇÕES DE UM INSURGENTE.

Por: Kwarahy
7ª Meia Maratona
krorokrehum.

Do dia 4 ao dia 9 de dezembro de 2018, os Guajajaras do Pará e Maranhão, participaram pela segunda vez da 7ª Meia Maratona Krorokrehum realizado na T.I Mãe Maria do povo gavião.

-Sinto-me feliz por ter participado dessas duas edições da meia maratona, vi uma interatividade entre povos, múltiplas culturas em um só ideal, que é aproximar os diversos povos que lutam e Persistem em tamanha luta contra o retrocesso.

Etnias diversificadas, porém atingidas por grandes empreendimentos minerários e latifundiários.



CORREIO DA AMIZEAD

De: Coletivo Pinga Pinga.

Para: Flávio Dino.

“ O Senhor diz ser a novo, diz trazer o novo. Mas na verdade só traz consigo uma roupagem conhecida de opressão.

Seu governo se voltou contra as comunidades tradicionais da ilha de São Luís, propagandeando o porto com a mesma voz enfática do fatídico Sarney em seus discursos acalorados falando de misérias que combateria.

Assim como ele a única coisa que os separa são diferentes formas de usar o povo ou como explora-lo em benefício próprio.

A PINGADA DO DIA:



A imprensa burguesa jamais atenderá os interesses de nossa classe, se não apenas a um conglomerado dos que nos torturaram ontem, hoje e planejam nos porões do Estado novas maneiras de nos torturarem amanhã.

PENSADORXS

DA TERRA

“O SORRISO DA PRETA TRAZ FELICIDADE, MAS É A INSURGÊNCIA A RAIZ DA LIBERDADE”

Zica – Quilombola e Pedagoga da Terra.

Folhetim produzido pelo:



ESPAÇO DA ENCANTARIA

“ Eu vou dar a despedida. Como deu a Jaçandã.
Não cantamos tudo hoje, deixa resto pra amanhã”



Folhetim Pinga Pinga, produzido pelos jovens da Formação Política desde 2017



ESCRITOS
DAS
COMUNIDADES





TERRA INDÍGENA RIO PINDARÉ



Antônio Francisco
Genilson Guajajara

OS TENTEIROS AINDA ESTÃO AQUI!

COMO PODEMOS VISLUMBRAR O FUTURO SEM CUIDAR E PRESERVAR NOSSO PASSADO?!

Por Antônio Francisco

Aldeia Tabocal, T.I Rio Pindaré

É com esse pensamento que inicio a falar da Terra Indígena Rio Pindaré, do município de Bom Jardim, a 12 quilômetros da cidade de Santa Inês. Um território demarcado e homologado com a extensão de pouco mais de 15 mil hectares e com oito aldeias, Tabocal, Januária, Areiã, Areinha, Aldeia Nova, Novo Planeta, Alto do Angilim e Piçarra Preta, localizadas as margens do rio Pindaré, com a alimentação em torno da pesca e roça.

Um lugar de uma beleza ímpar, com um bioma surpreendente, diversos animais terrestres e aquáticos, essenciais para a cultura Guajajara, que, por sinal, está muito ameaçada. Um território considerado pequeno pelas necessidades e ainda por cima muito invadido por criadores de gado, pescadores e caçadores ilegais. São mais ou menos 2 mil indígenas vivendo no território que no período do inverno (durante seis meses do ano) tem quase 40% de sua extensão coberto por água.

Em meio às tantas dificuldades os anciões lutam para manter a cultura viva passando os ritos de geração em geração. A luta é diária contra os retrocessos dos últimos anos, contra os males do contato com o mundo externo.



→
As gerações se
encontram em
nossos rituais.
Foto: Genilson
Guajajara

Os anciões têm o cuidado de não esquecer de repassar nenhum detalhe que viram e aprenderam com seus pais e avós. Sobreviventes nesse país de constantes ataques e desrespeitos contra o povo originário destas terras chamadas Brasil. Vendo a necessidade de homenageá-los e mostrar a luta desses guerreiros e guerreiras, eu contarei um pouco da história de duas anciãs e um ancião deste pequeno território ao norte do Maranhão, pertencente à Amazônia maranhense.



MARIA LUZIA SANTANA

GUAJAJARA

CANTORA

Perdeu a mãe logo cedo, teve que morar com a tia, irmã de sua falecida mãe. Mais ou menos aos seis anos de idade teve que sair de sua aldeia Lagoa Comprida, na Terra Indígena Araribóia e veio pra T.I Rio Pindaré. Chegando aqui, encontrou outros parentes e ficou entre uma casa e outra. Infância bem difícil, teve que quebrar coco babaçu pra vender na cidade, porém nunca deixou sua cultura de lado. Cresceu e mesmo em meio a tanta dificuldade criou seus 4 filhos.

Hoje, Maria Luzia Santana Guajajara é considerada um símbolo do povo Tentehar, uma fonte viva de conhecimento e sabedoria. Ensina tudo que sabe para todos de sua aldeia e território. Dentro dos seus 84 anos cheia de vida e disposição, luta dia após dia contra tudo e todos que ameaçam seu povo. Mulher guerreira, de fibra e força sobrenatural.

←
Maria Luzia
Santana
Guajajara.
Foto: Genilson
Guajajara



MARIA NAZARÉ SANTANA GUAJAJARA

ARTESÃ

Mulher de pulso firme, mãe de um casal de filhos, luta desde criança.

Não muito diferente de Maria Luzia Guajajara, perdeu os pais logo cedo e teve que morar com outros indígenas que não eram de sua família. Aos 7 anos saiu da aldeia Lagoa Comprida, no Território Araribóia, e veio morar no território indígena Rio Pindaré.

Faz até hoje artesanato para tirar seu sustento. No auge dos seus 84 anos, mora na aldeia Tabocal e junto com sua companheira de caminhada Maria Luzia Guajajara participa de manifestações para defender seus netos e todo seu povo.

→
→
Maria Nazaré
Santana
Guajajara.
Fotos: Antonio
Guajajara





←
Nelson Matika
Tembê. Foto:
Antônio
Francisco

NELSON MATIKA TEMBÊ

PAJÉ

Mesmo sendo de uma outra etnia, vindo do estado do Pará, com sua esposa, na década de 80, para morar aqui na aldeia Tabocal, o casal logo se identificou com nosso território. A cultura Tentehar Tembê é praticamente a mesma que a Tentehar Guajajara. Os cantos, dialeto, enfeites e pinturas são semelhantes. Então, com tudo isso, ele e sua esposa se sentiram em casa.

Nelson Matika Tembê é nosso Pajé. Encantou e encanta até os dias de hoje as festas tradicionais com seus cantos, que nos fazem transcender ao passado e sentir a emoção à flor da pele no presente.

APRENDIZAGEM E RESPEITO

A vida de cada ancião me faz refletir, o quão difícil é a jornada de um(a) guerreiro(a). Uma vida de constantes batalhas, em que nunca devemos deixar o inimigo nos abater, e, para que isso não aconteça, cada ensinamento que nos repassam é muito importante, cada detalhe nos torna mais forte.

O simples modo de caça, pesca e companheirismo que vivenciamos na aldeia no dia a dia é essencial para continuar a luta, que os anciões enfrentaram até aqui. Agora é a nossa vez de pegar o maracá, a borduna e a flecha entoando cantos contra todo o mal e lutar com o poder ancestral ao nosso lado.

Não pense você que vai ser fácil, mas também não pense que está sozinho.

A força é sobrenatural.

T.I. RIO PINDARÉ

→
Anciã passando
seus saberes na
Festa da Menina
Moça.
Foto: Genilson
Guajajara





Foto: Antônio
Guajajara

MEMÓRIAS ETERNIZADAS

Por Genilson Guajajara

Aldeia Piçarra Preta, T.I Rio Pindaré

Lembro que na Terra Indígena Rio Pindaré, do município de Bom Jardim (MA), tinha bastante fartura, nossos lagos tinham bastante peixes e eram rodeados de matas. Tudo era mata! Nossa língua era fluente, ninguém falava português. A festa da Menina Moça, ritual tradicional da nossa cultura, dava bastante gente. Vinham parentes de Grajaú a pé, por um caminho aonde passava a BR 316, caminhando aproximadamente 370 quilômetros até chegar ao nosso território.

Nossas vidas começaram a mudar quando iniciaram as obras da BR 316, que acabou com nosso sossego! Muitos parentes morreram atropelados. Nessa mesma época, vieram também os americanos. Eles nos ensinavam o uso da medicina do branco. Naquele tempo, nós éramos mais organizados e o homem branco nos ensinou uns costumes feios que mudaram nosso comportamento. Antes da chegada do homem branco, nas nossas aldeias não tinha o consumo de bebidas alcoólicas e os remédios a gente tirava da natureza; agora, a maioria da medicação vem das farmácias. Nossa cultura se perdeu um pouco.

Há uma luta diária para fortalecer nossa cultura, nos esforçamos para manter vivo o uso do maracá que é um objeto de uso nas lutas e em nossos rituais, assim como, o arco e flecha. O maracá tem um significado muito grande em cada detalhe do seu som, pois nos conecta com os nossos ancestrais, nos lembra das lutas e sentimos uma força imensa, sobrenatural, que acaba nos emocionando.

Lutamos para garantir nossa sobrevivência e do nosso sagrado. Celebramos nossos ritos, no qual destaco a Festa da Menina Moça, ritual feito para agradecer a Tupã pela proteção da nossa terra, o primeiro círculo menstrual das adolescentes e o início da puberdade dos garotos.

Nós, Guajajaras, lutamos para manter nossa cultura viva. Desde o primeiro contato do homem branco, muita coisa mudou, mesmo assim, mantivemos a nossa cultura como a pintura corporal, a caça, pesca e os nossos roçados. Sempre falo para meus filhos a importância da língua Guajajara, pois ela é nossa identidade que deve ser valorizada pelas gerações futuras.



Falando de gerações, eu gostaria de destacar a história de Antônio Viana Guajajara, 75 anos, uma das primeiras anciãs da minha aldeia, a Piçarra Preta. Ela era filha de Francisca Guajajara e Manoel Viana Guajajara, um dos fundadores da Terra Indígena Rio Pindaré.

Antônia era parteira e lavradora, residia na aldeia Piçarra Preta e foi uma das anciãs que teve um papel importante. Todos os anos fazia seu roçado, nosso grupo era organizado por pessoas da família, filhos e sobrinhos. Casada com Ambrósio Guajajara, com quem teve 11 filhos, 22 netos, 32 bisnetos e 3 tataranetos. Atualmente a Piçarra Preta é habitada por 47 famílias, onde 98% são formadas por filhos e netos de Antônio Viana, conhecida como (Tôroca), que faleceu no dia 18 de maio de 2018.

Antônia era minha tia e todos na comunidade chamavam ela de irmã Tôroca. Ela gostava de sentar embaixo de uma mangueira em frente sua casa. Era lá que eu pegava a cadeira e ouvia ela falar das histórias de vida dela e as superações que teve de enfrentar depois que seu marido faleceu. O que me chamava mais atenção, era que ela sempre sorria

←

Antonia Viana
Guajajara.
Foto: Genilson
Guajajara





contando os momentos em que passou por dificuldades e reconhecia sempre que tinha ajuda dos filhos.

“Durante esses anos sempre pedi a Tupã pra cuidar dos meus filhos, da minha aldeia e dos meus parentes”, era algo que ela sempre falava.

Quando ainda criança eu sempre pensava no meu povo e a minha tia me ensinou que cada um de nós temos um papel a cumprir na comunidade. Minha luta é pelo direito, resistência e o fortalecimento da nossa cultura. Cuidar bem daquilo que foi nos deixado por nossos ancestrais. O homem branco vai ter que respeitar nossa cultura é uma forma de agradecer a Tupã. Entendi que a terra é chamada de mãe porque ela nos sustenta, então, tenho o compromisso de cuidar dela.

A terra é meu coração, a água é meu sangue e o ar meu espírito!



→
O Maracá que nos
faz transcender.
Foto: Genilson
Guajajara



O GRITO E A BELEZA EM PIQUIÁ, DE CIMA A BAIXO

Aline Araujo Pereira

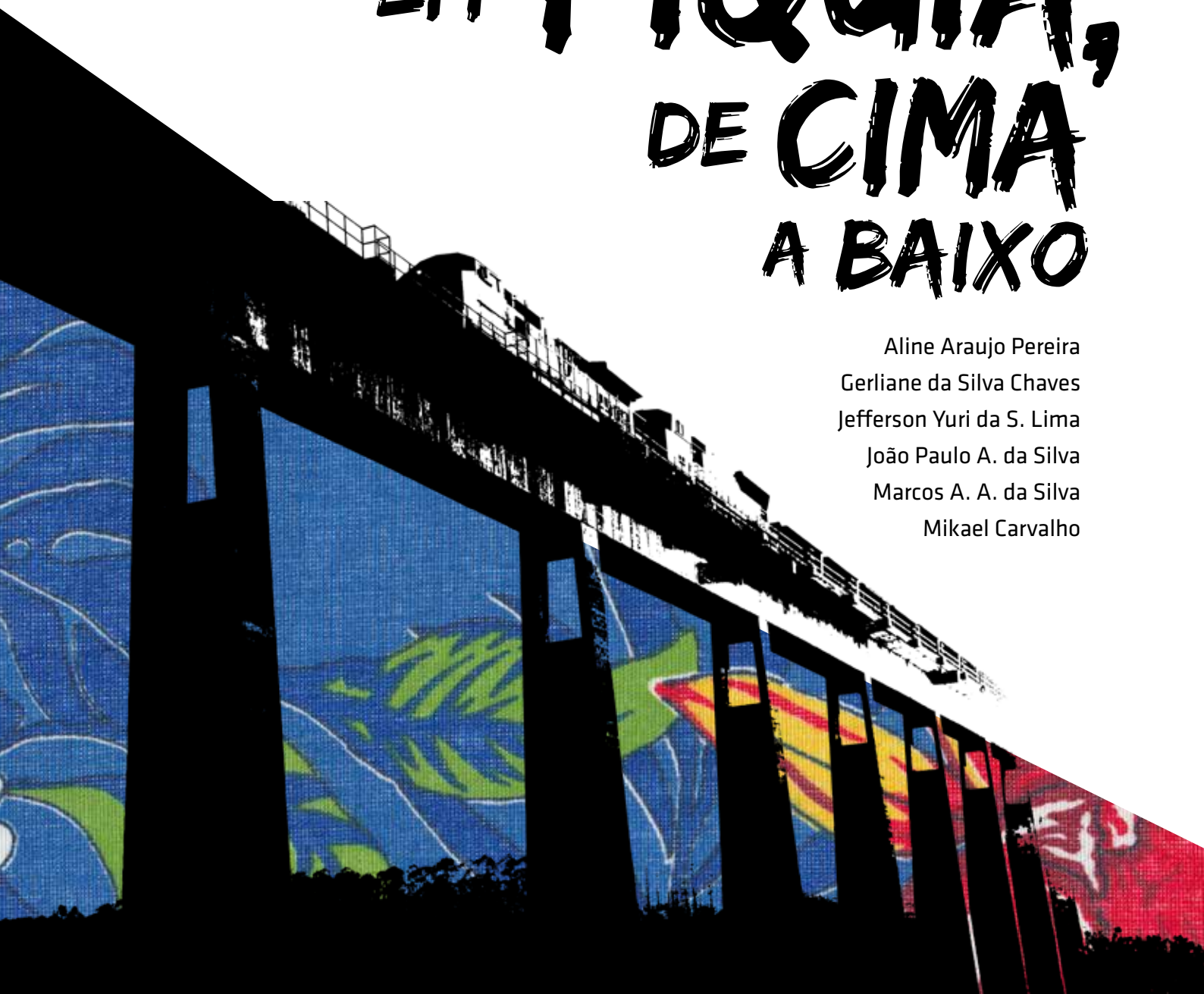
Gerliane da Silva Chaves

Jefferson Yuri da S. Lima

João Paulo A. da Silva

Marcos A. A. da Silva

Mikael Carvalho







meu amigo, minha amiga,
essa cartilha vai contar
a história de um povo
que vive a lutar.

localizado em aguilândia,
interior do maranhão,
o bairro piquiã de baixo,
há vinte e cinco anos luta contra
a poluição,
emitida por cinco siderúrgicas
instaladas na região.

cansados do desrespeito,
os moradores começaram a se
organizar,
exigiram das empresas
um novo terreno digno de se morar.
longe de todas as maelas,
sofridas durante décadas pela
população de piquiã.

muitos passos já foram dados, alguns
ainda falta dar,
nada que desanime: o povo de piquiã
quer ver cada dia mais perto,
o sonho do reassentamento se realizar.

-mikaell carvalho

HISTÓRICO DE PIQUIÁ

A povoação em Piquiá de Baixo inicia-se na década de 60, às margens do Rio Piquiá, alguns anos depois que Açailândia, à época povoado de Imperatriz, se transformou em canteiro de obra para a construção da BR 010 Belém-Brasília. A BR foi construída na década de 50 com o objetivo de ligar o norte ao centro do país. Naquele momento, a localidade era caracterizada pela ocupação e trabalho camponês, com o cultivo do arroz, milho, mandioca e feijão.

Piquiá surgiu a partir da chegada de pessoas que vieram de diversas regiões do Maranhão, como Barra do Corda e Pedreiras e outros estados, como Bahia e Piauí, em busca de terras, “um bom lugar pra morar e mexer com roça”, como conta seu Joaquim (72), que mudou para Piquiá em 1964, dois anos depois de ter chegado em Açailândia. Veio da Bahia, junto com seus pais, faz parte das primeiras famílias a tomar posse de terra na região.

Dialogando com a comunidade, descobrimos que Piquiá de Cima foi ocupado a partir da chegada das siderúrgicas, momento em que aconteceu a explosão populacional do bairro e terras, surgindo os loteamentos, onde antes eram fazendas.

Agricultores migravam em busca de novas terras livres, férteis, com água e frutos em abundância, como é descrita a Açailândia dos primeiros anos e da qual ainda sobram resquícios.

Existe uma subdivisão do bairro, desde a abertura da BR 222. A parte baixa (Piquiá de Baixo) e a parte alta (Piquiá de Cima), divididos por uma ladeira, à época apenas de barro vermelho, descrevem os moradores. Piquiá de Baixo é a parte mais antiga do bairro, mais próxima do rio. Piquiá de

← ←

Estrada de Ferro Carajás (EFC), vista de Piquiá de Baixo. Foto: Marcelo Cruz

←

Marcha de Indignação, Piquiá, 2011. Foto: Marcelo Cruz

→
Vista do bairro
que demonstra
a proximidade
entre as casas e
as siderúrgicas.
Foto: Marcelo
Cruz



Cima tem seu crescimento favorecido após a terraplanagem e o asfaltamento da BR, que facilitou o deslocamento, mas alterou a posição de Piquiá de Baixo como área central de habitação e comércio. “Antigamente, a gente descia a ladeira para poder comprar leite e carnes em Piquiá de Baixo, tudo a gente comprava era lá”, nos conta Dona Fátima.

O nome do bairro, Piquiá, tem suas origens em uma árvore nativa, conhecida como “pé de piqui”. Na região havia muitas dessas espécies, raras de encontrar hoje em dia. Uma dessas árvores chamava atenção pelo tamanho, por isso serviu primeiramente como ponto de encontro de caçadores e, depois, como local de concentração dos primeiros moradores. Com a chegada das indústrias, os documentos oficiais, cartas, e endereços passaram a ter outra identificação, a árvore nativa deu lugar a uma sigla, Piquia passou a ser Polo Industrial-Químico de Açailândia, ou Pequia, Polo Petroquímico de Açailândia.



O QUE DIZEM OS MORADORES? SOBRE A HISTÓRIA DE PIQUIÁ

SEU JOAQUIM (72 ANOS): “Vim com meu pai e meus irmãos pra cá, viemos num pau de arara da Bahia e chegamos em Açailândia em 1962. Aqui no Piquiá nós chegamos depois, em 1964, isso aqui tudo era mata, os caçadores vinham beirando o rio Açailândia e descobriram esse rio Piquiá e aí avisou pro povo que quisesse possuir terra que não tinha dono. Viemos de Açailândia, fazendo uma vareda. Meu pai tirou uma terra ali, possuiu 200 hectares, a gente foi trabalhando, trabalhando. Em 1964 chegou a Mendes Júnior que ia fazer essa estrada aí, de Açailândia até Santa Inês [BR 222], eles ficaram três anos acampados na nossa terra. Nessa época eu tinha 17 anos.

Tinha um “piquizão” ali na barra da Igreja, na beira do rio, os caçador vinha daqui de baixo ou daqui de cima e juntava em grupo e dizia *vamos lá pro pé de Piqui*, e aí quem chegava primeiro esperava os outros. Ficava na beira do rio, mas acabou há muitos anos, quando a Mendes Júnior chegou, passou a máquina lá, mas era grandão.

Éramos nove irmãos, tudo pequeno, veio tudo acompanhando eu, viemos atrás de mata para trabalhar, trabalhou todo tempo na lavoura, tanto lá como aqui, nunca trabalhou em serraria nem firma, só fazendo a lavoura e vendendo e trazendo mantimento pra casa, pra vestir.

Quando a [Empresa] Mendes Júnior saiu daqui chegou esse pessoal naquele povoadinho ali, nessa base de 72, tens só uns novatos ali no bairro [Piquiá de Baixo]. E o povo aqui trabalhava todo tempo na lavoura, as serrarias, os caminhões madeireiros começaram a chegar e entrar em 73 a 75, por aí, abriu estrada e começou a trabalha”.

DONA TIDA (72 ANOS): “Quando cheguei em Piquiá de Baixo, foi o seguinte: cheguei em Piquiá de Baixo em 81, era um lugar saudável, era um lugar muito bom, a gente tinha um rio muito limpo, a gente até bebia do rio, era muito bom! Os homens trabalhavam nas serrarias, nas movelarias, nas roças, nas fazendas, meu marido trabalhava na roça. [...] Era lugar bom que a gente vivia à vontade, a gente respirava uma ar livre, muito bom, a gente via um sorriso no rosto das crianças, as pessoas idosas sentavam debaixo dos pezinhos de caju, dos pezinhos de manga e contando aquelas história do antepassado, era uma coisa bonita.

[...] Plantava milho, feijão e jogava capim para o dono da fazenda porque nós que chegamos depois não tinha terra né? Trabalhava na terra dos outros. Mas o milho, o feijão, o arroz, verdura, abobora, maxixe, quiabo... essas coisas a gente plantava tudo, só que no final tinha que ir e plantar o capim pro dono da terra.”

DONA OSMARINA: “Meu pai veio na época da Mendes Júnior trabalhar nessa empresa, que tava construindo a estrada até Santa Inês, chegamos, ficamos aí, e a Mendes Júnior era acampada dentro da terra do pai do seu Joaquim. Quando a empresa foi embora, convidaram meu pai para acompanhar, mas meu pai disse que não ia acompanhar, porque naquela época o Sarney tava dando lote de terra para as pessoas e ele queria trabalhar na terra, lá na roça pra sustentar nós. [...] Era diferente de hoje, da vida que o povo leva ali, a gente plantava mandioca, arroz, feijão, milho, batata, essas coisas assim, plantava de tudo um pouquinho e tocava a vida nessa situação. Criava umas galinhas, um porco, duas vaquinhas também na época.”



DA CHEGADA DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS

Açailândia nasce fruto da política nacional-desenvolvimentista, do presidente Juscelino Kubitschek. Situada em um espaço de transição entre a região Norte e Nordeste e, por ser possuidora de diversidade de riquezas naturais, tem ciclos econômicos baseados na exploração predatória de recursos naturais: da exploração madeireira, passando pela agropecuária, o carvão vegetal, monocultura de eucalipto e, recentemente, de soja ao uso da terra pelas diferentes etapas da produção industrial.

Veio então o Programa Grande Carajás, idealizado no final do regime militar a partir da Companhia estatal Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale S.A., com o objetivo de explorar e escoar as riquezas minerais do Norte do país. Entre os empreendimentos gerados deste projeto, estão a estrada de ferro Carajás e os investimentos no setor portuário em São Luís. Entre a extração mineral, em Carajás, e o embarque para exportação na capital maranhense, encontra-se Açailândia e, especificamente, o bairro de Piquiá. Escolhido como espaço para processamento e transformação metalúrgica, inaugurando por esta ocasião um polo siderúrgico, formado na época por cinco usinas, instaladas nas proximidades das moradias existentes e com habitantes que viviam naquela localidade há pelo menos 15 anos (...)” As usinas não dialogaram com as comunidades antes de se instalarem, nem realizaram estudos dos impactos ambientais, alteraram assim, de forma impositiva, a vida das pessoas.

Alguns aspectos do povoamento de Açailândia estão relacionados a políticas, que mesmo antes do regime militar visavam planejar o norte e realocar fronteiras, motivo pelo qual foi criada a Amazônia Legal, a SUDAM e a SUDENE, superintendências para o desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, respectivamente, órgãos responsáveis por planejar a inserção produtiva dessas regiões no projeto de desenvolvimento para o país.

Parte considerável dos moradores de Piquiá se encaixaria em dois perfis de ocupação do bairro: camponeses, oriundos de fluxos migratórios, expulsos de suas localidades em função de políticas estatais para integração amazônica e moradores em busca de trabalho em terras férteis na região ou atraídos pelos grandes projetos, trabalhadores urbanos que desejavam se inserir no progresso anunciado pelos projetos de desenvolvimento.

Para aqueles que chegaram em Açailândia, fugindo dos conflitos no campo, viram essa região da Amazônia Oriental, como também é conhecida, ter suas terras valorizadas a partir do asfaltamento da BR 010, a Belém-Brasília, de 1967 em diante, atraindo assim a cobiça dos grileiros e trazendo para estes territórios os conflitos com o latifúndio seguindo o campesinato, atraído pelas autarquias governamentais para Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, respectivamente, SUDAM e SUDENE.

DA INSTALAÇÃO DAS INDÚSTRIAS E AS PROBLEMÁTICAS

A instalação das cinco indústrias siderúrgicas (Viena, Vale do Pindaré e SIMASA – ambas do grupo Queiroz Galvão, FERGUMAR, e Gusa Nordeste) com seus 14 auto-fornos e da estação de peneiramento de minério da Vale foram feitos sem estudo prévio de impacto ambiental, sem processo de licenciamento, sem previsão de medidas compensatórias e sem diálogo com a comunidade. Provocaram alterações significativas na vida da comunidade, especialmente a partir do início do seu funcionamento entre 1988 e 1989, ano em que a Estrada de Ferro Carajás e a ferrovia Norte-Sul passam a ser interligadas em Açailândia, tornando o local o maior entroncamento rodoferroviário do Norte do país, iniciando um novo ciclo produtivo e tornando a cidade conhecida até no exterior como “A cidade do ferro”. Em 1997, no governo FHC, a CVRD foi privatizada tornando-se posteriormente Vale S.A. Mais recentemente, com o aumento da demanda internacional de minerais, a empresa ampliou sua capacidade de produção duplicando a Estrada de Ferro Carajás.

Os agricultores da região ficaram sufocados em seu trabalho, impedidos de exercer sua atividade laboral seja pela contaminação do solo e da água ou pela apropriação das terras próximas pelas indústrias e a Vale.

O discurso desenvolvimentista da chegada do Programa Grande Carajás e das siderúrgicas, no período, foi acompanhado da oferta de diversos novos postos de trabalho, aumento da renda, valorização dos terrenos e imóveis, ocasionando rápido processo de crescimento populacional em torno das siderúrgicas e o surgimento de loteamentos para novos bairros. Tudo isso acompanhado, ao mesmo tempo, pela carência de políticas de planejamento e infraestrutura urbana, resultando na criação de localidades sem condições básicas de saneamento e de acesso a equipamentos públicos essenciais.

O tempo marcou a descoberta de novas problemáticas: a poeira e fumaça que já eram elementos presentes no cenário açailandense desde a década de 70 com as serrarias, foram intensificadas com as carvoarias para produção de carvão vegetal, principal matriz energética das siderúrgicas.

A queima desses combustíveis fósseis, além dos resíduos sólidos e gasosos suspensos na atmosfera, prejudica a qualidade do ar e, juntamente com o despejo de metais pesados no curso do rio, provoca efeitos nocivos à saúde da população local. Tais como: doenças no aparelho respiratório, digestivo, cardiovascular, no tecido epitelial e na visão, resultantes da exposição contínua às partículas de fuligem que também estão presentes e visíveis sobre todas as casas, nos telhados e nos móveis, misturados à poeira da descarga e trituração do carvão em enormes nuvens densas e escuras no ar, que denunciam de longe a situação lamentável em que se encontra a comunidade.

As margens do rio Piquiá, afluente do rio Açailândia, pertencente à bacia hidrográfica do Gurupi, é o local em que as indústrias se instalaram, utilizando suas margens como local de captação de água para resfriamento de seus fornos. Depois do resfriamento, a água retorna em temperatura muito superior à do leito do rio, passando pelo fundo dos quintais de quase

→
Deserto verde:
plantação
extensiva
de eucalipto
para produção
de carvão
utilizado pelas
siderúrgicas.
Foto: Marcelo
Cruz. Arquivo
rede Justiça
nos Trilhos



trinta famílias, sem nenhum tipo de tratamento. Utilização irresponsável que poluiu a água e o solo em Piquiá.

Outro reflexo da implantação do polo siderúrgico em Açailândia, é que a floresta nativa foi devastada pela atuação das serrarias e, posteriormente, para produção de carvão. Em seu lugar surgiu uma nova floresta: a de eucalipto, um deserto verde sem espaço e condições para animais viverem, ocasionando a redução da biodiversidade e a exaustão e desertificação progressiva do terreno, tudo isso para manter as reservas de carvão para os fornos siderúrgicos.

Os moradores de Piquiá também vivem incomodados, física e psicologicamente com a poluição sonora, provocada pelo funcionamento dos fornos próximos à suas casas, pela enorme frota de caminhões para carga e descarga e transporte de minério do entreposto até as siderúrgicas e vice-versa, pela quantidade diária de vagões e locomotivas que passam e param no bairro e pelo funcionamento das usinas termoeletricas, criadas

pelas empresas siderúrgicas como forma de aproveitar o calor de seus fornos. O bairro ainda sedia várias empresas de transporte, oficinas metalúrgicas, uma estação de peneiramento de ferro bruto, chamada de entreposto de Minério, e uma base de combustíveis da Petrobrás que serve como ponto de distribuição para toda região.

Outro problema recorrente nas proximidades de Piquiá de Baixo é a forma como é armazenado os rejeitos do processo de transformação metalúrgico: lama, poeira, escória, e subprodutos do ferro são descartados em local muito próximo a dezenas de moradias, em espaço aberto, desprotegido e acessível. O material, chamado de “munha” é descarregado ainda quente por caminhões das indústrias, com temperatura que pode chegar a 800°, e até que seja resfriado completamente, o que pode levar dias ou semanas, o material não apresenta sinais externos de calor. Mas quando tocado, manifesta a consistência semelhante a de uma areia movediça, mas incandescente, provocando diversos acidentes, principalmente com animais, idosos e crianças. São vários os casos já registrados até mesmo de mortes causadas por essas queimaduras.



Etapa da Formação Política em Açailândia, 2017. Na foto visita ao local onde as siderúrgicas despejam a munha formando montanhas que por fora parecem apenas terra, mas por dentro estão incandescentes. Arquivo Gedmma/rede Justiça nos Trilhos

Sobre a geração de empregos prometida desde o início da instalação do Programa Grande Carajás, são poucos os moradores que tem a oportunidade de trabalhar na Vale ou em alguma das siderúrgicas que ficam a poucos metros de suas casas, os que conseguem, são geralmente contratados para funções que exige menor qualificação. Realmente, o Programa Grande Carajás trouxe consigo muitos profissionais importados de outros estados e com maior qualificação técnica como engenheiros, agrimensores, etc. Porém, nunca houve a preocupação em formar localmente profissionais capacitados para ocupar melhores cargos dentro das indústrias, prova disso é que Açailândia tem um número de cursos técnicos e universitários muito pequeno se comparada a cidades de mesmo porte.

Aliás, Açailândia é reconhecida com um dos principais pontos de aliciamento para o trabalho escravo em todo o Maranhão, que é o estado que mais exporta mão-de-obra escrava no Brasil. Existe ainda a incidência de trabalho análogo a escravidão em fazendas de eucalipto e carvoarias da cidade e região. Mas também, dentro das indústrias são notórios os acidentes e as más condições de trabalho, que causam a seus funcionários danos irreparáveis a membros do corpo, à audição ou à visão e, até mesmo, a morte. Muitas vezes sob a esquivia e negativa de auxílio das empresas e a tentativa de manipular informações.

A escassez de investimentos públicos na região aumenta a privação das pessoas, aqueles que foram atraídos pelo suposto desenvolvimento encontram-se em condições de extrema vulnerabilidade social, muitas vezes em situação de desemprego, condições insalubres de moradia, tornando-se alvos fáceis de aliciadores de trabalho escravo.

A estrada de ferro Carajás (EFC) trabalha atendendo mercado interno e externo, ou seja, com importação e exportação de produtos variados. De todo minério extraído em Carajás, 98% é para exportação, apenas 2% são transformados nas siderúrgicas do Pará e Maranhão, e com eles ficam todos os desastres ambientais que acompanham os mais de 900 km do corredor da EFC.



←
Siderúrgicas,
Piquiá de Baixo.
Foto: Marcelo
Cruz. Arquivo
rede Justiça
nos Trilhos

AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO

Açailândia é uma das regiões mais ricas do estado do Maranhão, 4º maior PIB, um dos maiores PIB *per capita* do estado. Toda riqueza produzida nos quintais, não é convertida em infraestrutura no bairro; saúde; educação. Não sobra nada para a comunidade, a não ser as violações dos direitos humanos; o direito à saúde e a moradia digna são negados; as vidas são degradadas e até ceifadas pelas enfermidades, pela emissão de gases tóxicos e particulado; impactos que podem ser visualizados a olho nu em Açailândia. Mas também, outros nem tão visíveis assim: as condições de precariedade ditam o abandono do estado, reduzem significativamente as chances de ascensão social e econômica com a negação de acesso ao emprego e renda dignos, de formação e qualificação profissional.

O relatório da Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH, 2011)¹, aponta que a riqueza não é refletida nas condições de vida dos habitantes da cidade: mais de 54% da população de Açailândia era considerada pobre em 2000. Na década de 90 ao início dos anos 2000, a taxa de pobreza na cidade caiu poucos mais de 7%, bem abaixo do nível estadual de queda da taxa de pobreza que foi de 11% no mesmo período. Há, portanto, uma relação de benefício muito pequena para Açailândia e para o bairro de Piquiá, que constitui-se como uma zona de sacrifício em que impera o profundo contraste social e a desproporção entre os lucros das empresas e a desigualdade em que vivem os seus habitantes.



PIQUIÁ DE BAIXO

→
Foto: Marcelo
Cruz. Arquivo
rede Justiça
nos Trilhos

Atualmente funcionam em Piquiá apenas duas das cinco siderúrgicas que já operaram na cidade: a Viena e a Gusa Nordeste. FERGUMAR não conseguiu se estabilizar desde a crise de 2008 e fechou, já as outras duas, SIMASA e Vale do Pindaré, do grupo Queiroz Galvão, foram fechadas

¹ <http://justicanostrilhos.org/2014/05/26/relatorio-fidh-quanto-valem-os-direitos-humanos/>

há pouco mais de 1 ano. Suas fazendas de eucalipto foram vendidas para a Suzano para a fabricação de celulose e as duas companhias cederam a principal fonte de energia do processo siderúrgico, que é o carvão vegetal.

Além disso funciona também uma aciaria e uma indústria de cimento, AVB (Aço Verde do Brasil) e CVB (Cimento Verde do Brasil), do grupo Ferro Norte, o mesmo da empresa Gusa Nordeste. As três trabalham juntas e trazem uma “novidade” para a população: a suspensão da poeira do cimento, a menos de 500 metros das casas dos moradores, tão prejudicial à saúde quanto o pó de ferro, e um caminhão refratário que chamam de “panelão do ferro” que carrega ferro líquido da Gusa Nordeste até a Aciaria (AVB), um material aquecido em temperaturas acima de 1500° e que a cada hora transita no meio do bairro percorrendo 6 km e paralisa assustados os moradores e transeuntes.



←

Piquiá de Baixo,
2013. Foto:
Marcelo Cruz.
Arquivo rede
Justiça nos
Trilhos.



←
BR 222, 2018.
Arquivo rede
Justiça nos
Trilhos.

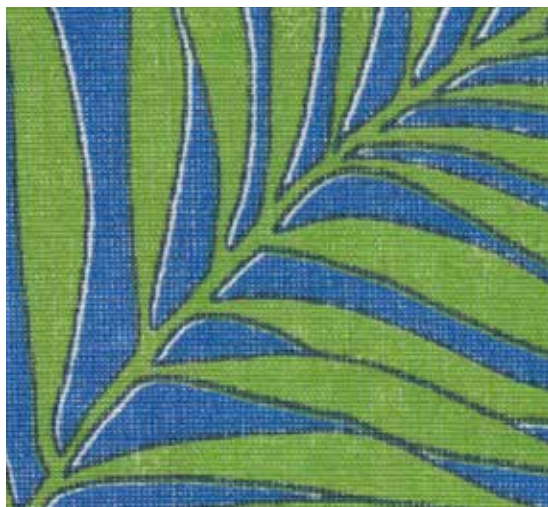
Em 2018, o recipiente refratário vazou ferro líquido na rodovia, derreteu e incendiou a carreta, mas houve apenas prejuízo material e interdição parcial da BR 222 e da avenida principal do bairro. Outros casos de vazamento de caminhões de transporte de gusa líquido já aconteceram dentro da empresa, mas estes casos não se tornaram públicos.

São as contradições do suposto desenvolvimento, prometido em Açailândia. De um lado, os grandes empreendimentos, o poder político e a criação de expectativas quanto a geração de empregos diretos e indiretos advindos da chegada de novos empreendimentos; do outro lado, a absurda concentração de renda e o aumento exponencial dos lucros das siderúrgicas e da multinacional Vale, mesmo em tempos de crise, quando centenas de trabalhadores são demitidos. Além disso, há também os conflitos agrários nas zonas rurais da cidade, passados e recentes, ligados à concentração fundiária e/ou os impactos da monocultura e das carvoarias, o déficit habitacional, a violência, a poluição e a relevância da cidade nos índices sobre trabalho escravo. Quanto custa o desenvolvimento? E quem paga por ele?



O QUE DIZEM OS MORADORES?

SOBRE AS PROBLEMÁTICAS CAUSADAS PELA MINERAÇÃO E AS INDÚSTRIAS



há um povo de olhar fechado,
não que eles queiram transparecer um
mas é que o tempo sujou-lhes os olhos.
um povo de respiração ofegante,
não que eles queiram transparecer
mas é que o ar tomou-lhes o pulmão
como quem a ferrugem ao ferro.
há um lugar onde a aquarela das casas
perdeu lugar a outras cores mortas

-wriel meneses

DONA TIDA: “A primeira a chegar foi a Pindaré. Ela fica perto, mas não é assim tão perto que nem a Gusa. Porque a Gusa fica perto mesmo, a divisa com as nossas casas é só o muro. E aí ela ficou ali, quando foi pra fazer a terraplanagem a gente quase desiste da casa, a terra entrava toda dentro de casa. Porque fica bem no fundo do meu quintal, no quintal de 28 famílias. Hoje eles alegam que quando nós chegamos eles já existiam ali e nós que invadimos a área deles, é isso que eles dizem.

[...] Muitas pessoas sobreviviam de peixe. Ali era muito bom. Hoje a gente tem aquela água que não serve mais pra nada. Nem pra banhar porque a gente fica cheio de coceira. Acabou, as empresas acabou com a água ... A gente passava e via as pedrinhas no rio. Hoje, a gente passa lá e ver uma lama porque a gente não ver mais a água.

[...] Quando fizeram os alto fornos, que começou, aí pronto... piorou cada dia mais e até hoje. Colocaram os fornos, aí caía muito pó de ferro... Quando ia descarregar os caminhões de carvão aquele pó de carvão caía todo na casa da gente. Aí depois montaram uma fábrica de cimento que atinge demais, montaram uma termoelétrica que além do barulho, solta um gás... Assim, uma coisa tudo para atingir a gente. Hoje ele alega que quando nós chegamos eles já existiam ali e nós quem invadimos a área deles e é isso que eles dizem.

[...] Eles chegaram e não conversou com ninguém, só com os poderes públicos e comprou as fazendas e se apossaram delas, montaram sua empresa sem falar nada com ninguém se ia ser bom, se ia ser ruim para a comunidade. Quando a gente descobriu que era uma coisa muito ruim pra gente, já tava funcionando. [...] Ali foi uma falta de respeito eles montarem a empresa deles ali porque eles sabem que eles estão cuidando só de fogo e ferro.

Quando chegaram, eles diziam que iam dá emprego pro povo, e até a gente se animou porque ia dá emprego, mas a gente não sabia como. Só que ele não empregou também. Ele empregou assim, alguns para fazer limpeza, algum para ser vigia... mas para fazer outros trabalhos, lá ele disse que não, que maranhense não sabiam mexer com empresa de siderurgia, só gente de Minas, de São Paulo, do Rio e tal e tal. Aí o povo ficou desempregado e aguentando a sujeira deles.

Quando chegaram eles diziam que ia dá emprego pro povo e até a gente se animou porque ia dá emprego, mas a gente não sabia como. Só que ele não empregou também. Ele empregou assim alguns para fazer limpeza, algum para ser vigia... mas para fazer outros trabalhos lá eles dizia que 'não' que maranhense não sabiam mexer com empresa de siderurgia. Só gente de Minas, de São Paulo, do Rio e tal, né? Aí o povo ficou desempregado e aguentando a sujeira deles.





De noite, pra gente dormir, tinha que mudar os pano de cama porque era tudo cheio de pó de ferro. Era assim... As mulheres já amanheciam o dia assim. A gente limpava a casa 2 veze por dia, 3. E não tinha limpeza não. Mesmo que a gente quisesse.

Lutei com meu marido, 12 anos doente, e ele sofreu muito debaixo desse pó de ferro, né? Sofreu muito com o barulhos da termoeletrica... às vezes, tava com dor de cabeça, eu dava um comprimido para ele dormir e era a hora que lá funcionava e ele não podia dormir. Ele chorava, passava mal e a gente chorava junto, porque não podia fazer nada."

SEU JOAQUIM: "Quando as empresas chegou já tinha serraria aí. Chegou por volta de 85, as empresas, a Pindaré, de 85 pra lá. De 85 pra 88 foram chegando. Eles chegaram fazendo as terraplanagem, aí começa construir aquele pra jogar a fumaça pra cima, demorou uns três anos para construir.

[...] O rio nessa época era bom demais, tinha muito peixe, muito açaí, a água limpinha, mas aí quando chegou as empresas os açaí foram morrendo, foram acabando, jogavam todo bagulho no rio e os peixes foram acabando, morrendo, quando essas empresas chegou aí e começou trabalhar ninguém banhava mais no rio não porquê saia de lá se coçando.

[..] Eles não contaram nada pra ninguém, não 'fez' reunião com ninguém naquela comunidade, a gente só via as máquinas. Tinha as cercas das fazendas pra lá e pra cá era a comunidade, daí só se via o maquinário do lado de lá e na terraplanagem o povo começou perguntar o que era isso ali e eles diziam 'é uma empresa que veio para dar emprego para vocês', mas a diretoria das empresas, os engenheiros, os donos, nunca falou nada com nós, quem falava era só o povo que tava trabalhando lá,





falavam que ia ter emprego, que ia ter melhora de vida e nunca chegou ali.

Um dia veio um engenheiro e perguntei pra ele sobre a poluição daquelas cidades, do Rio, São Paulo, aí ele disse 'Não, não, nós vamos botar um filtro e tudo vai descer', era só mentira, os filtros nunca chegaram até hoje. Aquele pozinho de carvão e ferro despeja tudo na casa da gente. Quando chega umas 9 horas da noite, 5 ou 6 da manhã eles liberam o gás e fica aquele fedor. E eu que tinha a vendinha lá, ouvia o povo de Minas Gerais, vinha um ônibus cheio de gente, era encarregado, supervisor, tanta coisa, e a peãozada vinham beber no meu comércio, eles falava que não ia ensinar maranhense não, senão eles perdiam a "bóia". Não era para ensinar maranhense não. Quando meus meninos completou ano, fui com eles lá pra arrumar um serviço, mas arrumou cavando, os outros tavam lá na sombra, sentado e os daqui eles mandava cavar buraco, carregar coisa e outros serviços feito um escravo no sol, jogavam era na "boca do forno", perto das "panelões" de ferro derretido. Essa gente maltratou demais com essa comunidade e maltrata até hoje. Cheiro de gás por todo canto, isso acaba com a pessoa."

DONA OSMARINA: "Pessoa acreditava aqui que iam chegar aquelas empresas e teria emprego para aquele povo todo, mas não falavam nem 'para as pessoas de lá', falavam 'para nossos filhos', mas quando chegou, quem já tinha filho com idade para trabalhar, a empresa não dava emprego. As empresas traziam o pessoal de Minas Gerais para trabalhar, aí nós ficava sempre na poluição e sofrimento.

Hoje você vê ali no Piquiá de Baixo: muita gente já mudou dali e outros morreram e todos que adoecem ali e morrem tem alguma coisa a ver com a empresa, mas a empresa não "tá nem aí" pra ninguém."



SEU ADELSON: “Lá, [em Codó], a gente ouvia falar que aqui tinha muito ganho, só o que ainda não tinha era as serrarias aqui, mas era melhor que ficar lá, que só tinha juquira, roça, quebra de coco, a roça não dava pra gente. Tinha vez que a gente fazia roça e o gado do patrão quebrava o cercado e comia a roça da gente. Eu vim ganhar o mundo, minha esposa ficou lá e eu vim, depois de um mês, fui buscar ela. Fui vigia por 3 anos nas siderúrgicas, depois que fiquei deficiente, o chefe me tirou e eu fiquei trabalhando com carvão, mandei fazer um forno e vendi “carrada” de carvão e fui levando a vida, do jeito que tô aqui hoje, já deficiente, tá com 29 anos.”

DONA FÁTIMA: “O povo comentava, pensava, que todo mundo aqui ia enricar, mas no passar do tempo, a gente viu que ninguém aqui enricou, não. Tem uns que ainda se saíram bem, aqueles que tinham um cargo melhor, né, os funcionários antigos, engenheiros, encarregados, mas acho que nenhum deles está mais aqui. Eles eram todos de Minas [Gerais], nem moravam aqui, moravam todos em Açailândia.”



Piquiá de Baixo,
2011. Foto:
Marcelo Cruz.
Arquivo rede
Justiça nos
Trilhos

RESISTÊNCIA

"somos plantio e colheita, somos a raiz da esperança"
-pedro tierra

Foi olhando para essa realidade, incomodados com as problemáticas das indústrias e da ferrovia vizinhas, que os moradores de Piquiá de Baixo, o espaço mais poluído e impactado pelo funcionamento dessas companhias, passaram a se organizar e exigir das empresas a reparação pelos danos causados e soluções para os dilemas diários.



→
Moradora de Piquiá de Baixo pesca no rio da comunidade. Ao fundo ponte da Estrada de Ferro Carajás (EFC). Foto: Marcelo Cruz. Arquivo rede Justiça nos Trilhos.

Piquiá é um bairro de Açailândia literalmente cercado pela ferrovia, a Vale, as siderúrgicas, a Aciaria e uma fábrica de cimento. Quem mora em Piquiá reclama dos gases tóxicos e resíduos químicos do processo industrial; do pulmão cansado e dos olhos que ardem; do barulho do trem e das rachaduras nas paredes; dos belos rios poluídos em que já não podem entrar; do pó de ferro e todo tipo de fuligem intrusos em suas casas e quintais, roubando as cores das folhas, flores e frutos. Muitos moradores foram embora, dessa vez, fugindo do “progresso”, muitos foram levados pelo mesmo “progresso”.



Mas não ficaram calados e a resposta veio em forma de organização. As primeiras denúncias e reclamações são ainda do início dos anos 90, meses depois do funcionamento pleno das siderúrgicas do bairro em conversas informais e abaixo-assinados, a fim de apresentar os variados incômodos com as usinas e reafirmar que a área do Piquiá já estava habitada.

A forma de atuação passa a ter mais eficiência no momento em que uma proposta de solução coletiva toma lugar das soluções individuais, como deixar o bairro. O primeiro movimento nesse sentido, foi o de 21 famílias que ingressaram em 2005 na justiça, com uma ação de indenização por danos morais e materiais, contra a empresa Gusa Nordeste e pela maneira negligente e desrespeitosa de sua atuação no fundo dos seus quintais.

Os moradores se organizaram em torno de uma entidade, a Associação Comunitária de Moradores de Piquiá e decidiram lutar todos juntos pela redução da poluição no bairro, pela reparação dos impactos promovidos em decorrência das operações industriais e de toda a cadeia da mineração e para denunciar em redes de articulação local, nacional e global a contaminação do meio-ambiente, as enfermidades e mazelas sociais, como forma de reafirmar sua dignidade e assegurar seu direito à vida com saúde, à convivência segura, à moradia digna e ao ambiente sustentável.

Em 2008, por meio de um plebiscito, mais de 90% dos moradores do bairro decidiram que a saída seria o enfrentamento comunitário em prol do reassentamento, a realocação de todas as famílias da comunidade em um novo bairro, afastado das indústrias. Nessa peleja, encontraram parcerias como a Paróquia São João Batista e a Paróquia Santa Luzia, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos / Carmen Bascáran (CDVDH), os Missionários Combonianos (MCCJ), a Justiça nos Trilhos (JnT), entre outras organizações de várias partes do país e do mundo e passaram a compor a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale. As violações aos direitos humanos fizeram o caso ser conhecido internacionalmente, chamou atenção de entidades transnacionais de defesa de direitos, foi tema



Protesto na
BR 222. Foto:
Marcelo Cruz.
Arquivo rede
Justiça nos
Trilhos

de audiência na Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA), graças ao empenho desses atores e a autonomia e persistência dos moradores que em mais de uma década de luta não cansaram e não desistiram do seu objetivo comum que é o reassentamento.

Essa obstinação ficou visível na participação pacífica, consciente e ativa dos moradores nas inúmeras sessões de julgamento e negociação, nas instâncias jurídicas; nas celebrações religiosas que reuniram o povo a cada marco importante do processo; nas manifestações públicas na prefeitura de Açailândia, no Fórum de Justiça, nas portarias das empresas, no palácio do governo, em São Luís, na Caixa Econômica Federal (responsável pelos programas de moradia popular), na sede da Vale S.A. no Rio de Janeiro e também expondo a situação da comunidade na assembleia de acionistas da empresa.



Protesto na
BR 222, 2011.
Foto: Marcelo
Cruz. Arquivo
rede Justiça nos
Trilhos

LINHA DO TEMPO



- 2005** 21 famílias abrem processo por danos morais e materiais contra a Gusa Nordeste
- 2005** Sr. Edvar escreve carta para o Presidente da República e recebe resposta encaminhando a órgãos públicos. Sem respostas dos órgãos públicos, a Associação estabelece parceria com o CDVDH e Paróquias da cidade
- 2007** Estudo conclui que as águas do rio Piquiá são impróprias para consumo e sobrevivência de seres vivos
- 2008** 96% dos moradores votam em plebiscito por uma mudança da comunidade e pela responsabilização das empresas
- 2008** Marcha ao Fórum de Justiça de Açailândia
- 2009** Defensoria Pública do Maranhão abre negociações para o reassentamento
- Set.2011** Romaria da Terra e das Águas do Maranhão reúne 12 mil pessoas em Piquiá de Baixo
- Dez.2011** Protesto e interdição da BR 222 por 4 horas
- Dez.2011** Protesto com máscaras na visita da Governadora Roseana Sarney
- Abr.2012** O caso é apresentado pela primeira vez por um morador na Assembleia Ordinária de acionistas da Vale
- Mai.2012** Reunião no Ministério das Cidades
Visita da ONG Internacional Greenpeace
O caso foi debatido no Conselho de Direitos Humanos da ONU
- Jun.2012** Participação de moradores na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20
- 2012** O SIFEMA se compromete a viabilizar contratação de empresa para realização do projeto arquitetônico e urbanístico, realizar estudos no terreno e contratar equipe multidisciplinar de acompanhamento das famílias

Mai.2013	Apresentação do projeto habitacional e aprovação pela Prefeitura de Açailândia
Jul.2013	Manifestação na Prefeitura de Açailândia pela desapropriação do terreno
Dez.2013	Manifestação no Fórum pela desapropriação do terreno
Jan.2014	Proferida sentença pela desapropriação do terreno para reassentamento
Fev.2014	Protesto de 30 horas fecha siderúrgicas no município para que SIFEMA cumpra o acordo e faça o pagamento do terreno
Abr.2014	Moradores participam da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Vale Projeto habitacional é premiado no Fórum Social Urbano na Colômbia Lançado o documentário <i>Pulmão de Aço</i> sobre Piquiá
Mai.2014	Lançado o filme <i>A peleja do povo contra o dragão de ferro</i> , documentando os impactos ao longo do corredor de Carajás Seminário Internacional Carajás 30 anos em São Luís
Set.2014	Após o proprietário do terreno recorrer, TJ-MA define valor definitivo do terreno e é confirmada sentença de desapropriação
Out.2014	Assessoria técnica do projeto de urbanização realiza encontros e debates com a comunidade para adequar as moradias à realidade local
Nov.2014	Projeto urbanístico aprovado pela Caixa Econômica Federal
Fev.2015	Gusa é condenada a indenizar as 21 famílias que processaram em 2005
Mar.2015	Caso é apresentado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos na OEA
Mai.2015	Câmara de Vereadores autoriza doação do terreno para a Associação
Jun.2015	Prefeitura realiza repasse do terreno para a ACMP e os moradores têm garantia definitiva do terreno
Out.2015	Piquiá volta a ser assunto na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA Papa Francisco se solidariza com a comunidade e recebe material da campanha “Piquiá de Baixo: Reassentamento já!”
Dez.2015	Ministério das Cidades seleciona o projeto de reassentamento

- Jan.2016** Moradores promovem comemoração pela aprovação do projeto no Ministério das Cidades
- Mai.2016** Assinado pela Presidente Dilma, o contrato do projeto em cerimônia do *Minha Casa, Minha Vida*, em Brasília
- Jun.2016** Um dos maiores grupos juninos do Maranhão, quadrilha Matutos do Rei, realiza espetáculo sobre Piquiá
- Set.2016** A Associação promove curso de formação sobre organização comunitária e autogestão para os moradores
- Nov.2016** Escolhido em Assembleia dos moradores o nome do novo bairro: Piquiá da Conquista
-
- Mar.2017** Estudo do Instituto dei Tumori de Milão atesta, através de exames, os danos à saúde aos moradores de Piquiá de Baixo
- Jun.2017** Em negociação com o Ministério Público, Fundação Vale concorda em fazer complementação da obra
- Out.2017** Coletivo de Vigilância Popular em Saúde realiza pesquisas no bairro em parceria com a FioCruz e encontra níveis de poluição acima do permitido pela OMS (Organização Mundial da Saúde) e dados servem para contestar as empresas
- Nov.2017** Moradores protestam na Gerência da Caixa em São Luís pela demora na liberação da verba para construção do bairro
- Dez.2017** Jovens de Piquiá, membros do Coletivo de Vigilância Popular em Saúde, ganham Prêmio FAPEMA na categoria “Desenvolvimento Humano”
-
- Jan.2018** Protesto na visita do Governador Flávio Dino
- Nov.2018** Celebração ecumênica marca início da limpeza e terraplanagem do terreno



VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE E PRÊMIO FAPEMA - DESENVOLVIMENTO HUMANO



Na foto, ao meio
Gerliane e João
Paulo recebem o
prêmio Fapema.
Fonte: Portal
IFMA

O coletivo de Vigilância Popular foi um grupo formado por jovens moradores da comunidade de Piquiá de Baixo, com o intuito de realizar levantamento de dados técnicos a fim de atestar problemas existentes no bairro, como poluição sonora e do ar.

O projeto surgiu, entre outras coisas, pela necessidade de possuir informações técnicas a respeito da qualidade ambiental do bairro, que pudessem ser utilizadas para fins de comparação com as informações, contidas nos documentos oficiais, emitidos pelas empresas, tais como relatórios técnicos ambientais. Além disso, a população local não possuía livre acesso a esses documentos, o que dificultava o conhecimento sobre o real estado da qualidade ambiental na comunidade e impossibilitava mensurar os impactos advindos principalmente da poluição gerada pelas atividades das empresas.

Mas, o principal motivo que fez nascer o coletivo de Vigilância Popular em Saúde de Piquiá de Baixo, foi que, segundo os laudos emitidos, pelas empresas, e aceitos pelos órgãos governamentais responsáveis, os níveis de

poluentes gerados pelas empresas estavam dentro do padrão e, portanto, não geravam poluição para o bairro. No entanto, essa não era a realidade vivida pelos moradores, que conviviam diariamente com a poluição excessiva caindo sobre suas casas, eram obrigados a lidar com barulhos incessantes e repentinos gerados pela termelétrica.

O projeto atuou com apoio e incentivo de instituições como a Justiça nos Trilhos e a Médico International, além da Fiocruz. Em conjunto com o coletivo de Piquiá, surgiu um grupo de jovens com os mesmos objetivos e que enfrentavam problemas muito semelhantes, mas em outra parte do Brasil, na comunidade de Santa Cruz-RJ. Essa comunidade, na época abrigava a empresa alemã Thissenkrup, posteriormente vendida para Ternium, empresa que acabou por modificar muitos aspectos fundamentais para a vida dos moradores daquela região.

Daí surge então a parceria entre as comunidade, criando uma ligação e troca de experiências resultando em um intercâmbio entre ambas. O grupo de Santa Cruz, batizado de Coletivo Marta Trindade, esteve na comunidade de Piquiá pela primeira vez na segunda metade do ano de 2016, com o intuito de participarem juntos de uma formação técnica sobre particulado fino e a correta operação do equipamento de medição desse particulado, que seria então utilizado para a geração dos dados a respeito da qualidade do ar em ambos os bairros. Houve ainda um segundo encontro dos grupos, no qual o coletivo de Piquiá pode conhecer a realidade vivida em Santa Cruz e, fazer a análise do primeiro lote de dados colhidos ao longo de três meses de medições.

Após esse processo de análise dos dados, ajustes foram feitos para que eles apresentassem ainda mais as reais condições ambientais analisadas e, um novo período de medição foi realizado. Ao concluir esse novo ciclo, um relatório foi gerado com os dados das duas comunidades, que atestavam índices muito maiores que os apresentados nos relatórios emitidos pelas empresas. Esse resultado foi de grande relevância, uma vez que poderia ser

utilizado a favor da comunidade para apresentar de forma técnica a poluição já evidente no bairro.

O projeto, que teve início no ano de 2016, conclui a etapa de medições durante o ano de 2017, quando também recebeu o prêmio FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão) na categoria Desenvolvimento Humano. O projeto foi submetido a fim de proporcionar divulgação dos resultados obtidos. A conquista do prêmio ressaltou ainda mais a importância do trabalho, bem como ofereceu o devido reconhecimento da causa defendida, uma vez que se trabalha com mais de 300 famílias impactadas diretamente só em Piquiá de Baixo.

Piquiá já foi palco de diversas pesquisas, em variadas esferas, como social, ambiental, epidemiológica, entre outras. Alguns dos trabalhos desenvolvidos também já obtiveram destaque seja em publicações em eventos ou premiações, mas nenhum deles, até então, havia sido desenvolvido por jovens nativos da comunidade, dando a esse prêmio um valor especial, que valoriza não só o trabalho e causa, mas também um tipo diferente de ciência, a ciência cidadã, da qual o morador da comunidade deixa a condição de entrevistado ou estudado para ser, então, o próprio pesquisador. Aquele que gera a informação, dando a ela ainda mais importância por estar lidando com algo de suma importância para a sua própria localidade.

A conquista do prêmio por jovens moradores do bairro de Piquiá fortaleceu a luta dos moradores pelo reassentamento, deu embasamento técnico-científico que reforçou os laudos anteriores, serviu como mais uma das esferas de resistência, divulgou o caso, ampliou as vozes da comunidade, fez a denúncia ecoar e chegar ao palco de uma das maiores premiações da ciência do Norte-Nordeste.



O QUE DIZEM OS MORADORES?

SOBRE A ORGANIZAÇÃO, O SONHO E AS CONQUISTAS

SEU JOAQUIM: “Seu Edvar, em 2005, ele chegou lá em casa e chamou pra gente botar aquelas empresas na justiça e começou mexer, conversou com eles para comprar um terreno e tirar o povo dali, foi na portaria da Gusa, o engenheiro recebeu ele muito bem, perguntou o que ele queria, daí o engenheiro falou que tinha jeito sim, falou pra ele ir na prefeitura, arrumar um terreno com o prefeito para o povo, que a empresa tinha máquina suficiente, pegava as casas e colocava as casas no terreno. Aí seu Edvar se enjurou, chamou mesmo pra botar as empresas na justiça, não dava para brincar não que eles sim, estavam brincando com a gente, é triste, viu.

E foi 2005 nós botemos o processo na Gusa, as 21 famílias. Depois, seu Edvar falou ‘Agora, vamos jogar a comunidade toda aí, juntar tudo e entrar contra essas empresas’, e de primeiro muita gente não acreditava não, agora todo mundo tá acreditando, tá satisfeito, mas de primeiro, muita gente dizia que isso não ia para frente, mas a gente não desanimou.

Seu Edvar chegou lá em casa e disse ‘Olha, seu Joaquim tu é o morador mais antigo aqui, eu vou mandar uma carta para o Lula no teu nome aí, pode deixar que eu vou ler aqui pra você’, e com pouco tempo seu Edvar recebeu a resposta da carta lá e mandaram ele ir na Secretaria de Meio Ambiente e ele foi, disseram que ele tinha que ir em São Luís, ele foi em São Luís, e disse que queria falar com o chefe lá, mostrou a carta do presidente, mandaram ele para o 5º andar, ele entrou, e disseram que ele podia vir pra casa e eles iriam responder... Até hoje nunca responderam. Aí, ele foi conversar com os padres lá na paróquia e com o Filho [advogado] no Centro de Defesa.”





DONA TIDA: “A gente já tava sofrendo muito ali por causa do pó de ferro a gente se reuniu... as 28 famílias do lado da Gusa num tem? E aí fomos conversar com o moço lá “o chefão” para ele comprar nossas casas que a gente não aguentava mais. Daí ele disse para nós fazer uma metragem nas 28 casas... medir a frente, lateral e fundo. Daí colocasse o preço da casa que eles ia comprar. Isso animou a gente né. E isso demorou, passou mais de um ano e nenhuma resposta. Mais de um ano, voltamos lá pra perguntar se eles iam comprar ou não porque a gente estava sofrendo muito. Eles falaram que não ia comprar. Aí a gente entrou na justiça. Das 28, só 21 pessoas entrou na justiça. Tá com 14 anos e ainda não recebemos nada mas a empresa já foi condenada.

A gente não tem nem palavras para dizer o tamanho da alegria, o tamanho da felicidade ali... A felicidade é muito grande que a gente não tem nem palavras para dizer. Esses dias fui lá no nosso terreno, entrei lá pela placa da frente e comecei a rezar pra nossa senhora, comecei a cantar e fui entrando no terreno sozinha e fui sair lá do outro lado onde estava fazendo o barracão dos trabalhadores. Aquilo dali pra mim é só felicidade.”

FLÁVIA: “Eu não ligava muito para isso. A primeira manifestação que eu participei foi em 2014, a manifestação de 30 horas que a gente fechou ali [Na Gusa] e a gente tinha um grupo de jovens... os meninos iam observar e voltava para casa. Eu não sabia, não tinha entendimento do que significava aquilo de verdade e eu só abri meus olhos de verdade quando entrei comecei participar das reuniões da associação e depois quando entrei na diretoria. Antes, para mim eu não era impactada, eu não era capaz e aí mesmo sendo atrás de nossas casas, eu não me sentia impactado. A gente só abre os olhos quando realmente entende o que está acontecendo de verdade. Entende que isso causa muita dor, muitas





peças morrendo, muitos indo embora porque não aguentam mais e os médicos dizem que você não deve morar aqui e que deve procurar outro rumo e a pessoa mesmo sem condição quer encontrar um outro lugar por que quer viver ainda.

São mais de 10 anos de muita luta e a gente começou a colher os frutos quando recebemos o terreno e aí já foi um fruto muito grande e agora estamos colhendo o fruto melhor ainda. A nossa árvore está começando dar os frutos que a gente sempre esperou esse tempo todo. Foram lutas árduas, difíceis, de muito choro, mas uma luta sem luta não é luta. E a nossa conquista é o que tanto queremos é a nossa casa longe da poluição, em um lugar bom de se viver e que a gente possa viver com tranquilidade e sem estar se preocupando com esse pó. Porque aqui a gente está sufocado por eles... de um lado siderúrgicas e do outro estrada de ferro Carajás (EFC).

A gente tem um projeto para que quando a gente sair daqui essa área não seja tomada pelas empresas. Vamos fazer um processo de recuperação e vai fazer um parque ecológico.

Me perguntaram porque estou nessa luta e eu respondi: “é por causa dos meus pais. Meu pai já tem 82 anos, a minha mãe vai fazer 65. Meu pai é deficiente, idoso, ele não tem condições de sair daqui mas foi ele quem fez a primeira ata com denúncia e assinatura de vários moradores. E é por causa dos meus filhos: a minha filha tem 5, o meu filho tem 2 anos e aí estou nessa luta por eles também. Porque eles não têm força para lutar ainda.”

DONA MARIA: “Muita gente visita nós aqui, o bairro, graças a Deus. E nós estamos muito felizes de ter ganhado aquele terreno. Enquanto estavam limpando o terreno e fazendo terraplanagem ainda tinha gente sem fé, mas agora vemos que as coisas vão acontecer. Daqui há dois anos, por aí assim, vocês não estão mais visitando a gente aqui, estão visitando lá. Em todo tempo eu botei fé.”





NΔN

DONA TIDA

Companheiros e companheiras, prestem atenção agora, que vamos homenagear, serão duas mulheres que a vale a pena prestigiar. Elas são SEMENTES, nasceram da raiz da luta e os frutos fizeram brotar.

Essa é Dona Francisca Sousa, mais conhecida como Dona Tida, chegou em Piquiá de Baixo na década de 70. Fez parte da diretoria do clube de mães, que antigamente era um ponto de apoio para a comunidade, voltado principalmente às mães, para partilhar nos chás de bebês, com a doação de leite e alimentos, mas foi também a entidade que engendrou as primeiras lutas. Lá, funciona atualmente um ponto de encontro para oficina e trabalho de mulheres artesãs de Piquiá de Baixo.

Dona Tida faz parte do processo de luta contra as siderúrgicas e o dragão de ferro desde o início. Em dezembro de 2018, na eleição da nova diretoria

da Associação Comunitária de Piquiá – ACMP foi eleita Presidente da diretoria. Dona Tida é uma mulher que representa coragem, força e persistência. É um espelho para as mulheres jovens continuarem na luta.

Curioso é que é a segunda vez na vida que Dona Tida se encontra em um processo como este. Ela veio para Piquiá, deixando Barra do Corda, depois de um conflito territorial. Em Piquiá de Baixo, se deparou com as siderúrgicas que cercaram a sua casa, ameaçaram de morte e expulsaram da terra

Dona Tida é uma guerreira. Nos contou que sempre gostou de trabalhar coletivamente, em prol da comunidade, na igreja e nas causas sociais.

Agradecemos imensamente por contar com essa força colossal dentro de você e ter partilhado a mesma na luta por justiça. Obrigada por não ter se deixado calar e nem desanimar diante dos problemas. Tu inspira a representatividade de uma mulher negra, empoderada e que nos mostra que ocupar espaços na luta por seus direitos é um papel e um lugar da mulher.

Dona Tida, Re-existindo!



FLÁVIA

Essa é a jovem Flávia Nascimento, que foi incentivada pelos seus pais a fazer parte da luta. Filha de dona Maria José e seu Adelson e, além de filha, é mãe da Aylla e do Miguel. É por essas pessoas que Flávia luta.

Cresceu em Piquiá de Baixo mesmo, há 24 anos no mesmo local. De cabelos soltos, assumindo e valorizando as raízes, de sorriso encantador, nos transmite simplicidade e sinceridade. Pessoalmente, vemos a força de sua identidade de mulher negra e com muito orgulho.

Flávia foi integrante do projeto de Vigilância Popular em Saúde, fez acompanhamento das medições da poluição ambiental no ar da comunidade, o projeto foi premiado pela FAPEMA (Fundo de Amparo à Pesquisa no Maranhão). Muito engajada, ela exerceu a função de 2º secretária da Associação Comunitária de Piquiá – ACMP, depois passou para Tesouraria e agora é Fiscal da nova diretoria e eleita membro da comissão de moradores

responsáveis por acompanhar e fiscalizar o andamento da obra do novo bairro.

Sobre sua experiência no processo de luta na comunidade e partilhas em encontros nacionais e internacionais, Flávia conta ter aprendido muito, e que foi a partir dessas experiências que despertou a consciência de quanto sua comunidade e sua vida são impactadas.

Colocar Flávia no nosso rol de homenagens é também, para nós, nos sentir representados enquanto juventude. Seu exemplo inspira, mostra como é importante dar continuidade à luta iniciada por outros. Flávia é esperança e luz que podemos despertar a juventude.

Obrigada por sua determinação e engajamento, por rejuvenescer a luta de Piquiá de Baixo. Mostrar no seu gesto que a luta continua sendo de todos, o mais velho e o mais jovem, que é para garantir futuro, e dignidade. Parabéns por inspirar jovens, mulheres, mães a assumirem sua identidade, sem cansaço, sem medo de denunciar, com bravura e coragem. Continue despertando a esperança, que a juventude também deve abraçar essa causa.

Continue sendo flor, florescendo!

PIQUIÁ VIVE!



piquiá vive em seus encantos.
piquiá vive em suas histórias.
piquiá vive nas rodas de conversas.
piquiá vive na alegria e no amor
de sua gente.

vive sendo resistência, representatividade.
vive mesmo sendo impactada pela
poluição das siderúrgicas, vinte e
quatro horas por dia em trezentos e
sessenta e cinco dias.

vive mesmo envenenada pela
monocultura de eucaliptos, ou pelas
carvoarias.

vive mesmo incomodada com o
barulho do trem, manhã, tarde e
noite, transportando minério, soja,
gasolina, carvão.

piquiã vive na cultura, no espetáculo
da quadrilha junina, que vai de
passo em passo levando piquiã
nessa dança pro brasil conhecer, se
envolver, se emocionar

piquiã vive, rica em águas cristalinas
correndo entre os verdes ainda
verdes, resistentes

é no peixe, é na flor que, teimosos,
aparecem no rio que a indústria se
apoderou
querendo sobreviver, cobram seu espaço

piquiã continua vivo e resistente é
nesses sorrisos bonitos que a gente
encontra aqui,
entre as árvores e fumaça, entre flores
e fuligem, há coragem e esperança
nessa gente.

piquiã vive, de cima a baixo!

- aline Araújo





**A VIDA SEM MEMÓRIA MORRE,
A MEMÓRIA SEM VIDA MATA**

LUTA E RESISTÊNCIA EM SANTA RITA

Aldenora Ferreira E. Rodrigues
Aldeny Ferreira E. Rodrigues
Ezequiel Cardoso
José do Carmo Torres Ferreira
Mateus Tainor
Rosiane Mendes Cardoso



vai ficar na memória tanta história bonita
toda luta e ação de um nobre cristão de santa rita

vou saudar os povoados são raimundo e
piuí, companhia e venera, cantagalo e jiquiri,
nova vida e porto alegre, santana e
rancho papoco, marengo e olhos d'água,
papagaio e cai coco.

são josé e cariongo, pedreiras e fé em deus,
outeiro e mata dos pires, retiro é povo meu,
sítio do meio e vaca morta, alto de pedra e
centrinho, santiago e são manuel, carema e
carionquinho.

santa rosa e fogoso, joão mendes e
tremendal, são roque e santa lúcia e alto
sapucaia, redenção e timbotiba, recurso e
vale quem tem, santa rita do vale, porto
alegre também.





placa do vale e sossego, santa bárbara e
dom quer, jussara e cajueiro, outra vez meu
são josé, abana fogo e centrinho, areias e
careminha, padre josino e cedro palmeiras e
ladainha.

o povo de ilha das pedras, sede e santa
filomena, agora é morada nova, a luta valeu a
pena.

ao vigário da paróquia, às irmãs de são
josé que sempre é de dar apoio a esse povo
que tem fé.

a quem não puder falar, vai também um
abraço e as nossas homenagens de todo meu
coração, que deus proteja a todos com a força
da eucaristia, que a ninguém falte a coragem e
o pão de cada dia.



vai ficar na memória tanta história bonita
toda luta e ação de um nobre cristão de santa rita

seu nome era valdemar, para nós ele era o
nengo, homem íntegro e honesto, torcia para o
flamengo, da família ele cuidava e dos amigos
também, na igreja estava presente louvando e
dizendo amém!

homem de fé e de coragem, pregador do
evangelho, ajudava sempre a todos, crianças,
jovens e velhos, lutador e generoso praticava
a caridade, vivia muito feliz no seio
da comunidade.

partiu muito de repente, pegou todos de
surpresa, deixou-nos muito abalos envolvidos
de tristeza, mas a vida é assim, nós cremos no
criador, se ele o levou daqui num bom lugar
o colocou.

vai ficar na memória tanta história bonita
toda luta e ação de um nobre cristão de santa rita.



NENGO DO CARIONGO

Valdemar Muniz, brasileiro, maranhense, flamenguista, santaritense, católico, integrante das comunidades eclesiais de base, devoto de São Jose de Ribamar, simpatizante das religiões de matriz africana, cantor, compositor, instrumentista, animador, pai, esposo, avô, tio, compadre, amigo, lutador-guerreiro-companheiro, inspiração para muitos – inclusive para mim (Mateus) – morreu vítima da imprudência de criadores de animais de grande porte, nas margens da BR -135. Conhecido como Nengo do Cariongo, teve uma atuação política histórica ao longo de seus anos de vida,

muitos dedicados ao Partido dos Trabalhadores (PT) do município, tentando ser eleito ao cargo de vereador, por diversas vezes. Atuou fortemente na promoção do direito à vida digna das pessoas das comunidades, incentivou a formação política nas comunidades e o ativismo político da juventude. Pouco antes de seu falecimento, atuou fortemente junto às comunidades Outeiro dos Pires, Sítio do Meio II, Vaca Morta e Retiro, impactadas pela estrada de ferro Carajás, operada pela Vale, pela viabilização de uma passagem digna sobre a mesma. Atuação que viria a lhe custar um processo judicial, mesmo posterior sua partida do meio de nós, o que acarretou ainda mais sofrimento para sua família.

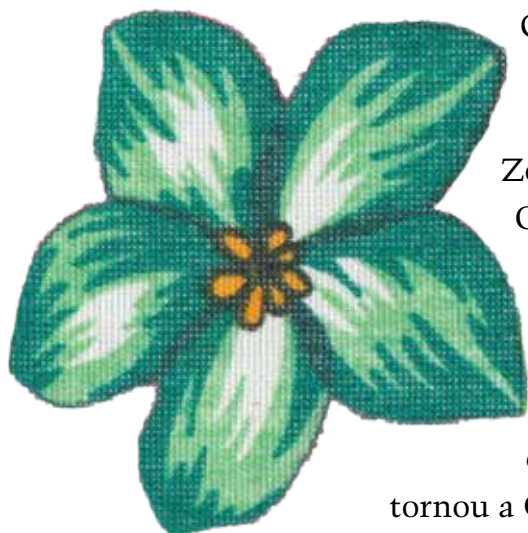


SANTA RITA

→
Valdemar
Muniz (Nengo
do Cariongo).
Fonte: Júlio Aldo
Marvão



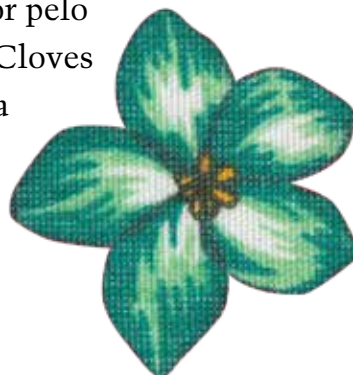
Seu Ribamar do Sindicato, companheiro de luta e amigo de Nengo, me contou que o conheceu em 1987, na fundação do Partido dos Trabalhadores do município de Santa Rita. Após a fundação do PT, atuaram como coordenadores regionais da campanha do companheiro Anselmo Ferreira à prefeito de Santa Rita, em 1988, que ficou em terceiro lugar. Nengo e outros líderes de comunidades da região dos



Campos Naturais atuaram ainda na luta pela retirada dos búfalos dos Campos e em 1992 Nengo junto com Anselmo, Osmar, Ezequiel, Zé Lazaro, e outras lideranças, entre elas o pe.

Oswaldo Marinho Fernandes, atuaram na luta com os trabalhadores rurais do povoado Sitio Novo que foi destruído várias vezes pelo latifundiário Adir Sawaia, luta essa que culminou na retirada do “dito cujo” e as terras foram desapropriadas pelo então governador Lobão e se tornou a Gleba São Benedito, destinada à comunidade, que hoje é conhecida como Pe. Josimo. Em 1992, Nengo foi

candidato pela primeira vez a vereador pelo PT, naquela eleição, o companheiro e saudoso Cloves foi candidato à prefeito. A eleição não foi ganha na época, mas a luta e a caminhada continuou, atuaram no Sindicato como dirigentes, nas comunidade de base, até o triste e trágico acidente que lhe vitimou.





→
Pesca nos
campos naturais
de Anajatuba.
Fonte: Aldeny
Everton



CAMPOS DE VIDA

Os Campos Naturais são vastas áreas alagadas que enchem e secam de acordo com a estação meteorológica vigente – inverno ou verão. Estão localizados na Área de Proteção Ambiental (APA) da Baixada Maranhense, são ambientes complexos do ponto de vista ecológico e abrangem vários municípios, como Bacabeira, Santa Rita e Anajatuba. Pela sua localização natural, os Campos se constituem em fonte de vida para inúmeras pessoas que moram e vivem no seu entorno, como pescadores e lavradores. Este ecossistema também é reconhecido internacionalmente como Sítio Ramsar¹, zonas úmidas de relevante interesse para a humanidade.



SANTA RITA

¹ Sítios Ramsar são áreas que fornecem serviços ecológicos fundamentais - atendem necessidades de água e alimentação - para as espécies de fauna e flora e para o bem-estar de populações humanas, rurais e urbanas. Além de regular o regime hídrico de vastas regiões, funcionam como fonte de biodiversidade em todos os níveis. São fundamentais no processo de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, já que muitos desses ambientes são grandes reservatórios de carbono. O colapso dos serviços prestados por estas zonas pode resultar em desastres ambientais com elevados custos em termos econômicos e, mais importantes, humanos. Em 2000, a Área de Proteção Ambiental Baixada Maranhense, na qual os campos naturais estão inseridos, foi incluída na lista de Sítios Ramsar.

Desde o início dos anos de 1930, a região vem sendo palco de inúmeros conflitos ocasionados por fazendeiros, empresas e políticos que, ao longo da história, vêm tentando se instalar no local. No final dos anos 1950 e início dos anos 60, os Campos passaram a ser prejudicados, com a introdução da bubalinocultura, como aposta de “desenvolvimento” para a região, o que se mostrou inviável devido aos graves danos ambientais à região que comprometeram a fauna, a flora e os recursos hídricos. Nesse momento, foi desencadeada a chamada “guerra dos búfalos”, evento que marcou a cidade, envolveu inúmeras pessoas de dentro e de fora e organizações, com o Dr. Heluy e sua esposa Dra. Elena Heluy, a igreja católica, na pessoa do padre Osvaldo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na pessoa de Cloves Alves de Sousa. Inúmeros trabalhadores foram presos, como o Sr. Zé Ingá e seus companheiros da comunidade do Cai Coco, o movimento de mulheres foi instituído, tendo à sua frente Almerinda, mulher de luta. Os lavradores e lavradoras se organizaram para enfrentar os fazendeiros que insistiam em criar os búfalos soltos nos Campos, animais perigosos que destruíam as roças, colocavam em risco a vida dos pescadores e contaminavam os campos com suas fezes. Como os fazendeiros não retiravam os animais e nem compensavam os prejuízos causados, lavradores e pescadores se organizaram e começaram a matar os animais. Toda essa luta resultou numa ordem para a retirada dos búfalos dos Campos, pela Lei Estadual nº 5.047/1990, e posteriormente, pelo Decreto Estadual nº 11.900/1991, e com a introdução de um artigo na lei orgânica de Santa Rita. Leis que determinavam a retirada dos animais dos Campos.

Com o passar do tempo os conflitos não chegaram a uma solução; pelo contrário, vêm sendo minimizados e silenciados e a ocupação por pessoas de fora continua causando inúmeros problemas, que vão desde a grilagem das terras que, por meio de violência e de ameaças, tentam impedir as comunidades de praticar suas atividades rurais até a tentativa de implantação de empreendimentos voltados para a carcinicultura e para a

captação de energia eólica na região, que não trarão nenhum benefício, pelo contrário, representam a destruição dos Campos e das vidas dos que deles dependem, uma vez que se o campo deixar de existir, as pessoas não terão nem o que comer.

SÍTIO DO MEIO II

Sítio do Meio II é uma comunidade rural do município de Santa Rita, é uma comunidade simples e acolhedora. Apesar de não termos área de lazer, escola, posto médico, campo de futebol, rua asfaltada, igreja católica, saneamento básico, água tratada, rede de esgoto, temos nosso lazer, com brincadeiras, rouba bandeira, pega-pega, tacobol, etc.

A comunidade costuma jogar bola em um campo sem estrutura física, há um espaço que é usado como sala de aula, medindo 6 x 6 metros, em que a professora e a merendeira são remuneradas pelo município de Itapecuru Mirim. As crianças, que não conseguem vagas nessa escola, vão para o povoado vizinho, Oiteiro dos Pires, onde funciona apenas o ensino infantil. O ensino fundamental e médio se dá na sede do município de Santa Rita. As consultas médicas são realizadas na igreja evangélica Assembléia de Deus, única igreja do povoado. A estrada vicinal é de piçarra, temos muita poeira no verão e muita lama no inverno, quando



Pé de babaçu,
árvore comum
na região.

Fonte: Aldeny
Everton



as coisas pioram porque os igarapés entupidos transbordam e nos deixam impossibilitados de sair para a cidade ou entrar na comunidade. Os nossos Igarapés vêm sendo entupidos ano após ano. Primeiramente, pela criação de búfalos nos Campos Naturais, colocados por fazendeiros na década de 1960; em seguida, pela instalação da estrada de ferro Carajás no final dos anos setenta, operada pela Vale S/A. Com a duplicação da ferrovia, iniciada em 2012, a situação piorou muito, pois 22 igarapés foram entupidos.

Os moradores do Sítio do Meio II têm várias produções, tiram boa parte do seu sustento das roças: a produção da farinha d'água, da farinha

seca, o plantio de hortaliças, entre outros, que podem ser destinados à venda ou para consumo próprio. Antigamente, as pessoas quebravam tucum e coco babaçu para venderem ou trocarem por outros produtos nas pequenas feiras em Carema. A maior parte das famílias tem tanques, "açudes", de criação de peixes pra venda e consumo. As famílias dependem muito dos campos naturais para o seu sustento, pois é de lá que tiram



Roça de milho, 2016.
Fonte: Aldeny Everton



seu alimento, tanto no inverno, período das cheias; quanto no verão, período de pesca nas barragens. Dos campos, tiram também o junco (planta que cresce nos campos), para a construção de selas de cavalos e para o alimento dos bois, que são criados soltos no campo.

Hoje nosso campo está sendo ameaçado pela empresa Bomar Pescados², que prevê a execução de um projeto de produção de camarões nos Campos que atinge três municípios: Anajatuba, Bacabeira e Santa Rita. Se instalado nos Campos, vai atingir 5.000,00 famílias. Conforme o Forum em defesa dos Campos Naturais, 40 % de toda a economia de Santa Rita, Anajatuba e Bacabeira depende dos Campos Naturais.



→
Plantio de
mandioca em
Sítio do Meio II.
Fonte: Aldeny
Everton



² Empresa brasileira, situada no Ceará, voltada ao cultivo e comércio do camarão marinho da espécie *Litopenaeus vannamei*, iniciou sua produção em meados de 2006 para atender as demandas do mercado interno e externo. Tem histórico de conflitos com pescadores no Ceará. Está querendo se expandir para o Maranhão.

A OCUPAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS CONTRA AS MORTES E PELA VIDA

*nesse acompanhamento, nossas comunidades permaneceram
convictas na luta e começamos a sentir o gosto da conquista,
mas foi quando a justiça deu a liminar para sair da ferrovia*

- aldeny evertton

Nos anos 1980, com o início da circulação dos trens de carga da então Companhia Vale do Rio Doce, as comunidades Vaca Morta, Sítio do Meio II, Outeiro dos Pires, Retiro São João da Mata, Cai Coco, Mata e outras sofreram com a dificuldade de travessia, pois a empresa não construiu viadutos e os poucos túneis que haviam ficavam alagados, no período chuvoso, não permitiam a passagem de ônibus ou caminhões. Além disso, estavam situados em locais ermos, sem iluminação pública, o que deixava as pessoas sujeitas a ataques de marginais, por isso raramente eram usados.

Durante muitos anos, as comunidades reclamaram para a Vale a construção de viadutos, sem serem atendidas. Enquanto isso, pessoas acabaram sendo atropeladas pelo trem, tiveram seus animais atropelados e as residências mais próximas começaram a rachar, em função do aumento no tamanho dos comboios de trens que passou a ter mais de trezentos



→
Momento
em que os
moradores
bloqueiam a
ferrovia. Ano
2013. Arquivo
rede Justiça
nos Trilhos



SANTA RITA

vagões e a fazer mais viagens. No ano de 2012, cansados de esperar pela Vale, o presidente da Associação de Moradores Retiro São João da Mata oficializou denúncia no Ministério Público Federal e começou a se articular com as demais comunidades atingidas.

Em 2013, um morador da comunidade Outeiro dos Pires passou mal e precisou ser levado para a sede de Santa Rita. Todavia, quando chegou na comunidade Vaca Morta, os moradores não puderam passar com ele, porque o trem estava estacionado na entrada da comunidade. O que fez com que os moradores tivessem que percorrer um caminho maior, e o homem morresse. Esse fato foi o estopim para que homens, mulheres, crianças e idosos de mais de dez comunidades acampassem à beira da ferrovia Carajás, próximo à comunidade Vaca Morta, para denunciar o descaso da Vale, assim como, para pressioná-la a construir um viaduto. As organizações rede Justiça nos



Acampamento
na beira da
ferrovia, 2013.
Arquivo rede
Justiça nos
Trilhos

Trilhos, a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se colocaram ao lado do povo. Diversas comunidades vizinhas ofereceram apoio também, doando alimentos para os acampados permanecerem na resistência. O acampamento durou três dias e somente foi desocupado após uma liminar de reintegração de posse que criminalizava alguns representantes de comunidades. Os moradores estavam dispostos a resistir e enfrentar a polícia, se fosse necessário. No entanto, como havia muita criança e idosos, acharam melhor levantar o acampamento. Publicaram uma carta, alguns dias depois, agradecendo o apoio das comunidades e explicando que o movimento estava apenas no começo. Esse movimento foi importante porque animou outras comunidades oprimidas pela empresa a se organizarem e denunciarem as violações sofridas. No mesmo ano, percebendo a gravidade da situação, o Ministério Público Federal instaurou uma Ação Civil Pública, em que solicitava da Vale o atendimento ao pedido das comunidades. A ação transcorreu até 2015, quando a empresa se viu obrigada a construir o viaduto.

DICA, DO SÍTIO DO MEIO II

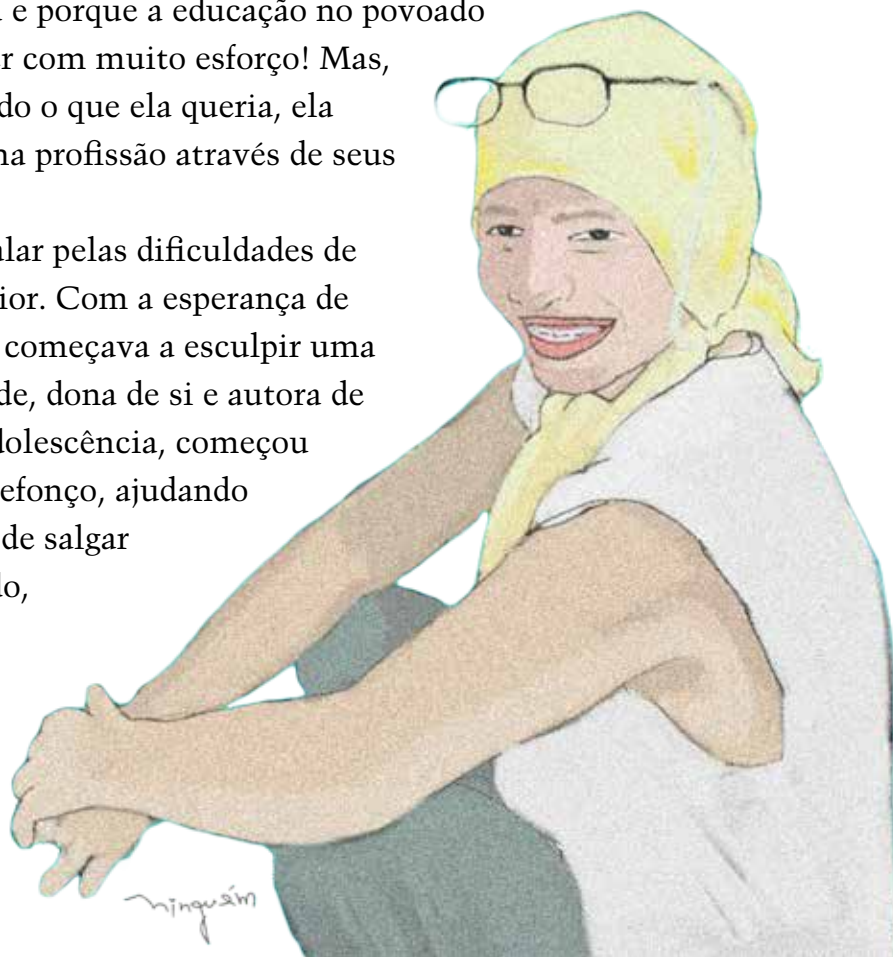


IN MEMORIAM

deixou sua marca em todos que a conheceram, pois ajudava a quem precisava, o movimento na comunidade era sua inspiração, dizia ela!

Maria Raimunda Ferreira Everton, mais conhecida como Dica, nasceu em 19 de junho, de 1968, na cidade de Santa Rita- MA, filha de Maria Marcolina Alves Torres e Manoel da Trindade Ferreira. Morava no Povoado de Sítio do Meio II. Em sua infância, não teve acesso aos estudos por percalços em sua família e porque a educação no povoado era difícil. Aprendeu a ler com muito esforço! Mas, aprender a ler não era tudo o que ela queria, ela queria mesmo era ter uma profissão através de seus estudos!

Nunca se deixou abalar pelas dificuldades de uma vida difícil no interior. Com a esperança de uma vida melhor, a vida começava a esculpir uma mulher guerreira e rebelde, dona de si e autora de sua própria vida. Já na adolescência, começou a acompanhar seu avó Defonço, ajudando em seu trabalho, na lida de salgar peixe e buscar sal pedrado, no conhecido Porto da Gambarra, na região de Anajatuba. Depois começou a trabalhar





em um bar em Santa Rita, para poder ganhar seu próprio dinheiro. Assim, começou sua vida como mulher trabalhadora que era. Depois começou a trabalhar em casa de família. Fugida de casa, começou a trabalhar em Miranda do Norte num restaurante de beira de estrada. O dinheiro que ganhasse, pensava, juntaria para viajar em busca de estudo e melhoria de vida, foi quando seu plano falhou, foi descoberta por um tio caminhoneiro que avisou a



←
Dona Dica,
Etapa da
Formação
Política em
Santa Rosa dos
Pretos, 2017.
Foto: Aldenora
Everton

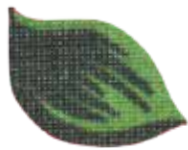
sua família. Voltou para o interior quando soube que sua mãe se encontrava muito doente.

Mãe de seu primeiro filho, Alexandre, aos 18 anos, teve mais força ainda para criá-lo sozinha e lutar por uma vida melhor. Teve mais duas filhas, quando encontrou seu companheiro, Aldenora e Aldeny.

Em sua trajetória, morou no centro de Santa Rita - MA, se mudando em seguida para São Luís, morou em um bairro periférico, lavava roupa para vizinhos, que não era muito, mas ajudava! Mas gostava mesmo era de costurar e pescar. Pescar era sua maior paixão, pois se sentia livre ao estar nos campos naturais, pescando e se divertindo com todos!

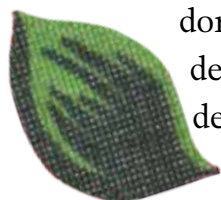
A vida na cidade era custosa, então ela e sua família voltaram para o interior. Já no interior, trabalhava também na roça, passou a produzir seus alimentos, como o milho, o arroz, a mandioca,





→
Dica e Aldeny
com peixe do
açude, 2016.

✕
Pesca nos
açudes – muito
comum na
comunidade,
2016. Foto:
Aldeny Everton



e outros... o que produzia era para a sua alimentação e vendia boa parte na feira em Santa Rita! Seu esposo, Sebastião, trabalhava fora como mecânico-montador, para tanto tinha que viajar para outros estados, em busca de serviço. Assim os dois cuidavam de sua família. Enquanto isso ela cuidava da casa, dos filhos, trabalhava pescando, plantando e ainda vendendo!

Junto à comunidade, sempre lutou por seus direitos e ajudava quando a comunidade se reunia! Infelizmente, por um triste traço em sua história, em outubro de dois mil e quinze adoeceu e foi remetida a uma cirurgia, que a diagnosticou um tumor cancerígeno, que já havia lhe comprometido. Os médicos disseram que ela tinha apenas mais um mês de vida, mas viveu um ano e mais 2 meses, vivendo sempre com garra pois, o câncer a cada dia lhe fazia sofrer com dores cruéis! Em dois mil e dezesseis, no dia trinta de dezembro, a perdemos!



RETIRO SÃO JOÃO DA MATA-ANATAJUBA

“Aqui aonde moro, antigamente era mata virgem! O nome São João da Mata foi colocado pelos primeiros moradores do lugar, que foram os negros fugidos das fazendas de escravos.

Os moradores mais antigos chamavam-se Raimundo Borges, Antônio Borges, depois veio a Chica Brandão, a Francisca do Rei Sampaio, que era dona dessa região, e tinha os senhores Queca e Manoel Mardivino, que moravam aqui nessas terras. Eles montaram um engenho no Madai³, que era o centro da gravidade de São João da Mata. Madai era o centro dos escravos, uma fazenda



de escravos que existia lá. A fonte de renda naquela época era trabalhar de roça, vender arroz na palha, pescar e vender o peixe para comprar farinha e outros alimentos. Essa era a renda que o povo tinha. Aquele que tinha um açude no campo, enchia as cargas dos cavalos de peixe e saía vendendo. O porto da Gambarra era também um local de comercialização naquela época, lá se trocava de tudo, todo tipo de

←
Ezequiel
Cardoso, Etapa
Formação
Política em Sítio
do Meio, 2015.
Fonte: Gedmma

³ Madai: sobrenome de um antigo fazendeiro que deu nome a um povoado.

→
Festa da
associação
de pequenos
produtores
rurais de Retiro
São João
da Mata

*mercadoria.
Era no porto da
Gambarra que
se vendia sal
em pedra. O
transporte do
povo antigamente
era a cavalo e
a pé, não existia
bicicleta, carro
e nem motos.
Os caminhos
eram só veredas,
“caminhos
estreitos”, a vida*



daqui era uma vida crítica, trabalhosa, poucos que tinham uns bois e criavam porcos no campo

Santa Rita não existia como cidade, era só um povoado abeirando a BR 135, que não era asfaltada, era só uma picada, um ramal, onde moravam poucas pessoas e existia um restaurante que todos os caminhoneiros paravam pra se alojar e almoçar. São coisas que a gente vê que hoje evoluíram demais. Em São João da Mata tem a Igreja da Santa Nossa Senhora dos Remédios, onde se realiza, todo ano, no dia 16 de outubro, a missa dela, juntamente com batizados e um festejo.

Na minha comunidade temos várias comemorações, como o pagamento de promessa a São Benedito da Casa do Forno, que é pago com salves de tambor de crioula, temos festas normais, o aniversário da Associação de Pequenos Produtores Rurais, que se realiza no dia 12 de agosto. Temos um posto de saúde básico, que funciona com recursos de Anajatuba."

– Ezequiel Cardoso, Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Retiro São João da Mata



OCCUPAR
RESISTIR E
PRODUZIR
no PA Vila Diamante

Antônio Silva Fernandes
Elenilson Silva Fernandes
Luilson Silva Fernandes
Manoel Silva Fernandes
Neuziane Sousa

...moro na vila diamante há trinta anos. a luta pela terra é importante desde que você tenha aquele sonho de ter um pedaço de terra e lutar por um pedaço de terra, a gente sabe que ninguém vive sem a terra. todo mundo vive em cima da terra, tira a produção de cima da terra, a alimentação. então a luta pela terra não tem fronteira. a gente quando começou a fazer a luta, muita gente ignorava a nossa luta, mas nós acreditamos uns nos outros, nas ideias de cada um e lutamos e temos aqui hoje por esta razão. muita gente acreditava que nós não ganhávamos porque eles diziam que pedra não brigava com garrafa, mas nós juntos, firmes e fortes, vencemos a luta e hoje estamos aqui mostrando pros nossos filhos, mostrando pros nossos amigos que é possível, bonito, nós ganharmos a nossa liberdade. ... muita gente não quer fazer essa luta pelo espaço de uma moradia, de um trabalho, lá de onde a gente tira o sustento pra sobreviver, vive morando agregado na terra dos fazendeiros, sendo humilhado e ele não imagina que quando o fazendeiro precisa dessa terra a pessoa tem que sair, os trabalhadores têm que sair de qualquer jeito, ou por bem ou por mal. então se nós não tivéssemos lutado há trinta anos atrás, desde 89, 1989, hoje a gente não sabia o nosso rumo, nós não sabíamos o que ia acontecer com nós. se

nós tavamos nas periferias da cidade, se nós tavamos jogados na beira da estrada, se nós tava sendo um trabalhador, vendendo diária barata pros fazendeiros. então, eu digo e torno a reafirmar, a gente nunca é de tirar o chapéu pra esses caras que tem aí, que diz que é dono das terras, que a gente sabe que essas terras tudo é grilada, né? a gente sabe que a maioria dos fazendeiros tem terra, mas é do estado. eles fazem muito documentos falsos pra adquirir a terra, mas tem exemplo aqui, bem aqui próximo, de novo pindaré, uns companheiros tão lá, tavam lá nessa terra produzindo muito. já tava com dois anos e poucos meses e saíram de lá perdendo tudo que fixeram, que produziram. muito triste a gente falar isso e a gente ria da situação deles tudo alegre de um dia ter seu pedaço de terra e perderam tudo. por quê? porque o governo nós sabemos que o governo do estado, o governo do presidente do Brasil..., e aí não dá apoio pra reforma agrária. mas vamos à luta! que um dia nós vamos ser vitoriosos!!!

- manoel da silva fernandes, 64 anos,
trabalhador rural



Ocupar

O projeto de Assentamento Negro Jutahy é constituído por oito agrovilas, a Vila Diamante é uma delas. Ele está localizado entre os municípios Monção e Igarapé do Meio – Maranhão (MA). Localizado na Região central do estado do Maranhão, às margens da Rodovia BR 222, à 235 Km da capital São Luís.

As histórias de lutas e conquistas das famílias da Vila Diamante iniciam-se no dia 03 de junho de 1989, quando 700 famílias de trabalhadores rurais sem-terra ocuparam a fazenda Diamante Negro Jutahy, com o objetivo de conquistar um pedaço de terra para produzir alimentos e garantir o sustento, bem como se libertar das ameaças dos coronéis.

Após a conquista da terra, iniciam outras lutas, agora por educação, saúde e produção. Para fortalecer o processo produtivo dos assentados, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), consolida-se a proposta de fundação de uma cooperativa, como forma de

agregar valor aos produtos da agricultura camponesa e garantir a organização da produção, fortalecendo assim a sustentação das famílias no campo.

Dentro do processo de organização do P.A Diamante, travou-se na sua história várias lutas populares, apoiadas por organizações sociais que se consolidaram como mecanismos de formação política para as comunidades, trazendo consigo as famílias como as principais protagonistas das lutas travadas todos os dias contra os latifundiários e os grandes empreendimentos minerais (Vale) e a própria política do Estado, dotada por representantes governamentais que não representam o povo.

O Assentamento Vila Diamante tem hoje 29 anos de luta e resistência, tem sua história marcada na consciência de cada assentado que lutou naquela época para garantir seu pedaço de terra, ocupado em 1989. Travou-se então muitos gargalos a serem enfrentados pelas famílias. O MST foi um dos pioneiros nessa luta e foi com essa organização que conseguimos consolidar a Vila Diamante como referência nacional e internacional da luta pela terra e pela sobrevivência.





RESISTIR

conflitos

Nos chamados Grandes Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Legal brasileira, oriundos da década de 1970, destaca-se o Programa Grande Carajás (PGC) que foi institucionalizado pelo presidente da república na época, João Figueiredo, no ano de 1980. Naquele contexto, Estado e capital internacional se articularam para impulsionar a acumulação do capital na Amazônia. O Projeto Ferro Carajás construiu o complexo produtivo de exploração mineral, com extração de minério de ferro em Carajás, no Pará (PA). O Projeto Ferro Carajás, da empresa Vale, teria como objetivo principal garantir as condições infra estruturais para a exploração e transporte das jazidas de minério de ferro do sudeste do Pará (CARNEIRO, 1997; MONTEIRO, 1997).

A expansão dos Projetos de Desenvolvimento Econômico no Maranhão criou polos industriais na Ilha de São Luís, Açailândia e Imperatriz. Os conflitos ambientais provocados pelas atividades de mineração estão

distribuídos em quase todo território nacional. Com relação aos estados do Pará e Maranhão, estão vinculados à extração e beneficiamento mineral, ao longo da cadeia produtiva da mineração no complexo Carajás, e à produção de carvão vegetal, ferro-gusa e aço (MILANEZ ET AL, 2013).

A comunidade Vila Diamante sempre teve conflitos diretos e indiretos na luta pela terra. A 500 metros do assentamento, passa a linha ferroviária da mineradora Vale S/A. Desde o início do funcionamento da linha férrea, a comunidade começou a debater a questão do impacto da mineração na base. A Vale tem o acesso livre para passar no assentamento com seus carros pesados, trazendo junto a poluição, a violência e o impacto sonoro do trem. A luta tem se travado constantemente com a referida empresa.



O processo de conflitos tem se estendido cada vez mais, não há apenas a Vale S/A, enquanto ameaça, mas também o conflito de terra, que ainda é constante na luta dos assentados. Nos últimos anos tem se acirrado a luta pela terra. Recentemente, um juiz do estado do Maranhão declara-se como ex-morador e dono das terras ocupadas pelas famílias sem-terra, nos anos de 1980. O mesmo argumenta que seu pai tinha deixado a terra de herança. Desde 2010, o juiz também vem disseminando conflitos entre o P.A Diamante e comunidades vizinhas. O assentamento está em conflito com uma comunidade quilombola Jutay, conflito esse causado pelo o Juiz que chega com um discurso falso prometendo mais terra para as famílias quilombolas dessa área, instigando-as contra as famílias sem-terra.

Então a Vila Diamante está com esses dois conflitos diretos, podemos dizer que os indiretos são os conflitos ideológicos do sistema posto na sociedade, a alienação das famílias e, principalmente, da juventude, é preocupante para a comunidade e para a sociedade como um todo.

Resistência

“Resistir é persistir!” Este é um lema que as famílias sem-terra do assentamento carregam no sangue, a luta pela terra conduz a conquistas e às práticas da resistência que se colocam como armas principais da luta dos assentados, frente as ameaças que os cercam. Vila Diamante é um dos assentamentos em que a organização se torna presente a cada dia, o trabalho se torna algo vivo, no que diz respeito as gerações futuras, que tendem a redirecionar novos quadros ativos na organização de base.

A trajetória de luta dos assentados só é resistente quando os mesmos tornam-se parte da conquista e estabelecem parcerias. A organização traça uma vivência grandiosa na região do Mearim, onde está localizado o assentamento. Trata-se do acúmulo de conhecimento nos trabalhos realizados por pessoas que pertencem à luta e aos movimentos de base que

defendem a causa. O movimento sem-terra sempre esteve presente nas atividades do assentamento, realizando várias formações políticas com as famílias e buscando entender a prática do coletivo em um meio social e principalmente fortalecendo a identidade camponesa. Outro exemplo que podemos ter no assentamento, são as formações políticas realizadas pela Justiça Nos Trilhos – JNT, um trabalho direcionado à juventude camponesa, quilombola, indígena, impactadas pelo Programa Grande Carajás. Desse modo, a cada dois meses, jovens do assentamento saem para outras comunidades, também impactadas pelo mesmo projeto, para compartilharem saberes e conhecerem a realidade vivenciada pela juventude das demais comunidades.

Importa ressaltar que o trajeto só se torna difícil quando não conhecemos a realidade, quando não nos tornamos parte da luta dos nossos pais para conquista a terra, e essas formações tanto do MST, quanto da JNT, são justamente para compreender em que meio vivemos, para nos perguntar: Quem somos nós? A que classe pertencemos? Quem são nossos inimigos? A nos perceber como sujeitos históricos da luta de classe e principalmente conhecer nossos direitos enquanto jovens.

Todos esses trabalhos são essenciais para nossa formação, para nossa vida. Todavia, a resistência dos nossos assentamentos e do assentamento Diamante vem da formação de base, onde podemos resumir que fazemos parte da nossa história e dos nossos sonhos.

Conquistas

O processo da luta de classes e o enfrentamento aos projetos que se instalam no território se tornam visíveis diante dos olhos do povo, porque o campo, na visão dos grandes latifundiários e empresários, é um meio de produção de exploração dos bens e da mão de obra barata. Como o assentamento vem passando e vivenciando formações de base, entendemos



←
Protagonismo
feminino no
assentamento,
2015. Fonte:
rede Justiça nos
Trilhos

que, para impedir esses predadores empresariais, devemos estar organizados ideologicamente e unidos, estabelecendo o que deve ser feito para não nos deixarmos alienar pelo sistema capitalista.

No assentamento, há três escolas, um posto de saúde, projetos de habitação, saneamento básico, ruas asfaltadas, um centro de capacitação para filhos e filhas de assentados e acampados. Todas essas conquistas foram reivindicadas nos anos de 1990 a 2000. As famílias dos assentados, organizadas, ocuparam o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em São Luís, BRs, delegacias, prefeitura, porém tiveram muitos conflitos nessas ocupações com a polícia do estado e do município, mas com inteligência, organização e trabalho coletivo, conseguiram dar uma resposta à altura para as repressões.

Vila Diamante tem batalhado muito nos últimos anos com a empresa Vale S/A. Em 2010, o assentamento cobrou da empresa uma lista de

demandas na área de infraestrutura, pois a comunidade está sendo impactada diretamente pelos carros grandes, pela poluição sonora do trem e pela ferrovia que fica a cerca de 500 metros do assentamento, dividindo toda a área.

Diante dos males, produzidos pela mineradora, temos todo direito que a Vale cumpra com suas responsabilidades perante seus impactos. Portanto, trilhamos estradas divididas e cheias de ódios e, conseqüentemente, nos deparamos com os empecilhos dolorosos da luta.

Porém não nos calamos para nossos inimigos e sim os enfrentamos. 2010 a 2018, foram anos turbulentos para o assentamento, que estava em conflito com a Vale, as demandas foram feitas, porém os representantes da comunidade não eram atendidos. O tempo foi passando e não havia respostas, a comunidade decidiu ocupar a ferrovia, fechar a BR 222, realizar mobilizações em cima de mobilizações. O assentamento estava preparado para enfrentar a Vale. Como o assentamento tem uma força política grande e a massa estava ativa, resolveram fazer uma intervenção maior, que repercutiu em todo o estado, uma resistência jamais vista na região.

Todo ano é homenageado o 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – e foi nesse dia que as mulheres sem-terra de vários assentamentos e acampamentos do Maranhão se reuniram para ocupar a ferrovia e representar as milhares de mulheres que morrem na estrada de ferro. Foi uma luta acirrada e uma luta representativa no Maranhão. Demos uma resposta grande, muito grande, daí sim, conseguimos fazer que a empresa atendesse algumas demandas: QUADRA POLISPORTIVA, UMA PRAÇA COMUNITÁRIA, O VIADUTO, todos frutos da luta e da resistência.





PRODUZIR

A produção é caracterizada pelo o sonho a ser seguido, os trabalhadores e trabalhadoras sentem-se parte da terra e ao mesmo tempo a semente, produz-se de tudo. No entanto, vale ressaltar que as mulheres exercem um papel importante na produção, por exemplo, no P.A Diamante, onde as mulheres trabalham com o extrativismo do coco babaçu que vem se consolidando como uma linha de produção da cooperativa, com grande potencial na geração de emprego e renda, principalmente para as mulheres cooperadas.

Ao longo do tempo, a COOPERVID foi evoluindo nas conquistas, conseguindo projetos nas linhas de créditos da reforma agrária, acessados e aplicados coletivamente nas seguintes linhas de produção: gado de corte, cana de açúcar, aves, milho, arroz, mandioca, hortaliças, entre outras, uma agroindústria de extrativismo do coco babaçu. Com esse projeto, as mulheres aumentam suas captações de recursos, gerando renda para a sustentação familiar e socialmente mais se identificando como camponesas. O trabalho coletivo é um ponto chave na produção dos bens de consumo, a comunidade Vila Diamante é umas das grandes produtoras de feijão e farinha, que gera uma renda local no município de Igarapé do Meio e trabalha com a conscientização da produção sem o uso de agrotóxicos.

→
COOPERVID
– cooperativa
Vila Diamante,
2014. Arquivo
rede Justiça nos
Trilhos



Escrever a respeito do Assentamento Vila Diamante é reconhecer o papel histórico que as famílias travaram ao longo do tempo. É trazer o reconhecimento da luta pela terra e da luta de classes. Tantos acúmulos de experiências e práticas pedagógicas tornam as famílias ricas em esperança e perseverança. Porém, problematizamos alguns pontos de extrema importância para análise do assentamento. Nos dias atuais, apesar da conjuntura, a simbologia nos revigora a continuar resistindo, sempre acreditando em nossa luta.

O assentamento tem sua vivência coletiva que fortalece nossa identidade enquanto sem-terra e camponês. Viver pra contar essa história é um prazer grandioso da nossa vida.





Memória Viva





Manoel dos Santos Fernandes – Assentado no P.A Diamante, morador da comunidade Vila Diamante, tem 64 anos. Desde 1989, esteve no processo da luta pela terra, um grande defensor dos direitos humanos.

Seu Manoel, como é conhecido popularmente na comunidade, esteve em várias formações das famílias sem-terra no assentamento. Na época do acampamento, ele se ateve ao processo de trabalho de base, foi um dos grandes militantes que contribuiu na consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra na região. Seu Manoel fez parte da presidência da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Produtores da Microrregião da Baixada Maranhense – COOPERVERID. Também faz parte do conselho de negociação da comunidade com a empresa VALE, levando a demanda da comunidade para a empresa. O seu papel como militante teve um grande avanço na organização, na luta e na formação. Manoel dos Santos é casado com Maria das Graças e é pai de 6 filhos. Atualmente mora no assentamento com a família.





DESENVOLVIMENTO,
CONFLITOS AMBIENTAIS NA
ZONA RURAL
DE SÃO LUÍS
E A LUTA DO CAJUEIRO
NA RESISTÊNCIA EM DEFESA
DO TERRITÓRIO

Audecir Valentim de Melo
Gabriel Silva da Graça
Gracyelma Torres da Paz
Maria Ecy Lopes de Castro
Mailson Santos da Paz



“Na Formação Política aprendemos que unidos podemos vencer”

– Audecir Valentim de Melo

“Dinheiro não compra o que temos aqui”

– Joselino Almeida dos Santos

“Nós, da comunidade Cajueiro, desde 2014 estamos no enfrentamento contra uma empresa chamada W. Torres. Chegaram dizendo que estavam a mando do Governo do Estado do Maranhão e da Secretaria do Meio Ambiente. Nós, como jovens e moradores da comunidade do Cajueiro, que nascemos e fomos criados aqui, trabalhamos na roça e pescando nas nossas praias, estávamos sendo proibidos pela empresa de continuar com nossa pescaria e nossa roça. No passado não vivíamos assim, tínhamos total liberdade.”

– Audecir Valentim,
entrevista em 18 de outubro de 2018





←←

Praia de
Parnauçu,
2017. Arquivo
Gedmma

←

Dona Aiá,
09/01/2019.
Foto: Gracyelma
Torres da
Paz. Arquivo
Gedmma

NO TEMPO DA LIBERDADE

“Nosso único medo era de visagem.”

– Manoel Nascimento Paz, 50 anos ¹

Dona Aiá tem 95 anos, seu nome é Maria José Araújo, é uma das velhas moradoras da comunidade. É oriunda de um lugar chamado Maurício, no interior de Alcântara-MA.

O Cajueiro de Dona Aiá é uma comunidade tradicional com atividades de extrativismo vegetal, de agricultura familiar e de pesca. Fica localizado na Zona Rural de São Luís-MA, na porção sudoeste da Ilha, às margens da baía de São Marcos, sendo o acesso principal à comunidades realizado pela BR-135 próximo à Vila Maranhão.² Na última década vem sofrendo um processo de transformação profunda relacionada à chegada de empreendimentos na região.

Devido sua localização, de acordo com representantes dos empreendimentos projetados para o local e setores do governo estadual, a localidade tem “vocaç  o” para ser transformada em área industrial. Por isso, o espaço vem ao longo dos anos passando por várias tentativas de

¹ Filho de Seu Antonio Roxo e dona Maria Francisca em 24/08/2018, filho de moradores mais antigos da comunidade.

² Segundo Otoni (2005, p.5) “A Vila Maranhão se localiza na porção oeste da ilha do Maranhão, no município de São Luís, distante 22 quil metros do centro da cidade e cerca de 14 quil metros do perímetro urbano. Esta comunidade a partir do final da década de 1970 começou a ser cercada por grandes plantas industriais, primeiramente a empresa de alumínios do Maranhão (ALUMAR), do grupo da transnacional ALCOA, no extremo oeste da ilha e depois a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a maior exportadora mundial de minério de ferro através do sistema da Estrada de Ferro Carajás”. (http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Ricardo_benedito312.pdf, acesso em 16/03/2019).



instalação de grandes empreendimentos e os moradores sofrendo tentativas constantes de deslocamento compulsório, mesmo tendo um título condominial desde 1998, concedido pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA). O documento não é o mais importante para a comunidade, mas a relação com o lugar, o sentimento de pertença.

Atualmente a comunidade vive uma luta incessante contra a WPR/

WTorres responsável pela instalação, em curso, de um porto privado que usurpará suas terras, deslocará moradores, acabará com áreas de mangues, locais de pesca e de roça. Desde a chegada do empreendimento ao local no ano de 2014 instaurou-se também muita insegurança nos moradores e perda do sossego. Mas, os laços existentes entre seus moradores, apesar de alguns conflitos internos, permitem que continuem tentando manter o seu modo de viver, suas atividades tradicionais e suas relações com a natureza.

Na comunidade Cajueiro, além da pesca, do extrativismo e da agricultura familiar, encontra-se o Terreiro do Egito, lugar sagrado para as religiões de matriz africana, um dos terreiros mais antigos do Brasil e que deu origem a vários outros. Por isso, em 22 de novembro de 2015 aconteceu uma grande manifestação dos povos de terreiros em defesa do Cajueiro. Foi

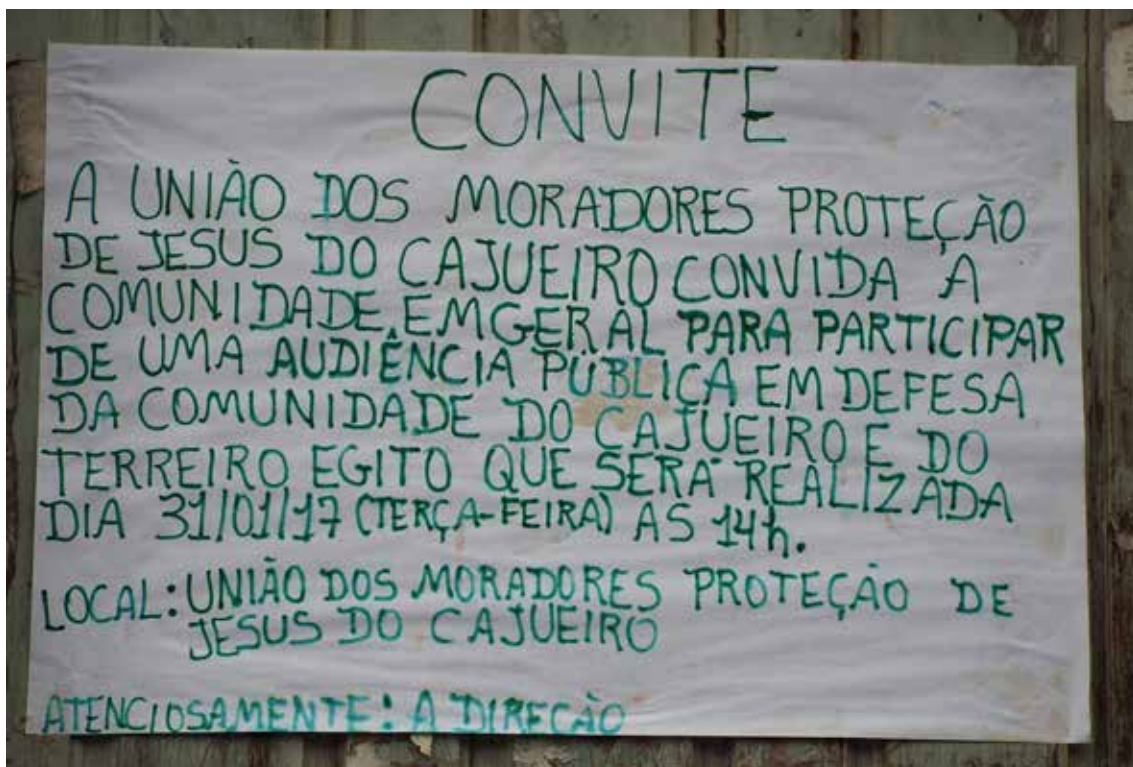
←

Nenezina em
23/08/2015.
Arquivo
Gedmma/JnT

→
Morador em
atividade de
pesca em
2012. Arquivo
Gedmma



→
Cartaz
convocando a
comunidade
para audiência
em defesa
do Cajueiro
e Terreiro do
Egito. Arquivo
Gedmma





←
Secagem de
camarão em
2012. Arquivo
Gedmma



←
Caminhada até
o Morro do Egito
de integrantes
de religiões de
matriz africana
em 2015.
Fonte: Autor
desconhecido

realizada uma caminhada até o local sagrado por moradores, pais e mães de santo, povos de terreiros de São Luís, vários coletivos e organizações da sociedade civil e pesquisadores que apoiam a comunidade.

Na ocasião, foi escrita uma carta aberta das religiões de matriz africana em defesa do Cajueiro e do Terreiro do Egito em que se conta a história deste lugar sagrado:

“o Terreiro do Egito era chamado de Ilê Nyame e que foi fundado nos meados de 1860-70 por Basília Sofia, uma negra, cujo nome privado era Massinocô Alapong, vinda de Cumassi, Costa do Ouro, atual Gana. Basília Sofia, teria chegado à São Luís em 1864 e falecido em 1911. A partir de 1912, o Terreiro passou a ser

chefiado por uma outra negra, chamada Maria Pia, que o liderou por cinquenta e cinco anos. [...] Terreiro do Egito era Jeje-Nagô e Cambinda sendo responsável pelo surgimento de várias linhas de encantados no Tambor de Mina (Família de Marinheiros, Botos, Sereias, Bandeira, Gama, entre outras) [...], antes da abolição, a localidade era um quilombo, ‘um esconderijo de negros fugidos’ e que ficava numa ponta de terra por trás do local onde foi construído o Porto de Itaqui, no alto de um morro, no centro do terreno, também chamado de ‘Ponta do Quilombo do Egito’; esse terreiro foi assentado por velhas africanas com os voduns: Lissá, Vó Missã, Navezuarina, Xapanã, Ewá e Toy Averequete. O terreiro do Egito é, portanto, a memória viva de muitos terreiros. Pai Euclides fala que o morro onde se situa o Terreiro, serviu de quilombo, pois para lá iam negros embarcados fugidos da opressão, das regiões de Cururupu, Guimarães, entre outras. Inúmeros praticantes do Tambor de Mina da ilha de São Luís e de outras regiões frequentavam o Terreiro do Egito, um lugar em que poderiam realizar seus cultos, já que se tratava de um local mais distante da cidade, para onde se deslocavam principalmente de embarcações, dada a dificuldade de acesso por terra naquela época. Assim como estes, os seus descendentes continuam buscando na memória as nossas histórias, e nas imagens que tinham de cima do morro, na virada da noite de 12 para 13 de dezembro, quando os(as) encantados(as) apareciam e avisavam que o navio iria chegar, e ao som dos tambores e cânticos, avistava-se o Navio de D. João, iluminado!. [...] E hoje a defesa pela preservação e reconhecimento como lugar sagrado do Terreiro do Egito.³

³ Publicada no blog <http://cajueiroresiste.blogspot.com/>.



OS TEMPOS DO CAJUEIRO

“Naquele tempo era bom de viver, morávamos perto da praia. Papai nos criou da pesca e roça, todos eram unidos. Naquela época ele fazia festas, vinham várias pessoas. Papai pagava as professoras para nos ensinar, lembro que naquele tempo a estrada era só um caminho estreito, tínhamos que pegar o ônibus indo à pé pra Vila Maranhão ou então embarcados. Hoje já tem ônibus, energia, internet, melhorou bastante por conta disso. Mais naquela época jogávamos futebol e nos divertíamos bastante, hoje muitos foram embora, outros já faleceram. Naquela época íamos buscar água no Egito, lá existia um poço de águas cristalinas, água essa que ninguém sabia de onde vinha, diziam ser encantadas, sempre íamos com alguém buscar água, nunca íamos só, pois, naquela época o nosso único medo era de visagem. Lembro que quando era o tempo do festejo do Terreiro do Egito, vinham várias pessoas, vários brincantes, a Dona Maria Pia, eles traziam ela, quando o encantado Dom Sebastiao chegava com sua tripulação e baixava nela, ela começava a dançar e a festa começava. Lembro que não ficávamos até tarde lá, pois éramos crianças e papai vinha nos deixar em casa e voltava para o festejo. Hoje está tudo mudado, a comunidade está dividida. Naquele tempo era bom de caça de frutos, hoje essa empresa chegou e

→
Concentração no
Morro do Egito
em 26/11/2015.
Fonte: [http://
cajueiroresiste.
blogspot.com/](http://cajueiroresiste.blogspot.com/)

acabou com tudo, destruindo tudo, não se vê mais uma caça, pois está tudo derrubado, tudo no chão. Antigamente nos perdíamos nessa mata, até as frutas não estão mais se desenvolvendo, essa empresa veio para acabar com tudo, tirar nosso sossego, pois vivem direto intimidando nós moradores que somos donos desse chão. Não tenho vontade de sair daqui, porque é daqui que muitas das vezes tiro o sustento da minha família, pois vivo da pesca também, do remendo de redes, aqui é “sossegado”, não tem lugar melhor de se viver, do que o Cajueiro. O que queríamos de verdade é melhorias para o bairro.”

– Manoel Nascimento Paz, 50 anos



“Cajueiro mudou bastante, pois naquele tempo não havia ônibus, tínhamos que ir pra Vila Maranhão pegar a piçarra. As mulheres que trabalhavam em casa de família, só vinham em casa de mês a mês ou final de semana. Naquele tempo existia só um caminho estreito e sempre os homens se reuniam e iam bater o mato para não fechar o caminho. À noite, não saíamos muito assim, pois existia o medo de visagem, esse era nosso único medo. Hoje a comunicação melhorou muito com o uso de celular. Antes todos eram unidos, quando amanhecia o dia todos iam pra praia, a noite iam pra festa e ao amanhecer íamos para a croa. Quando era no tempo das festas no Terreiro do Egito, vinham muitas pessoas, o Senhor Euclides vinha, as mulheres que brincavam, as crianças, eu era pequeno nesse tempo. Lembro que íamos pedir para seu Euclides que deixasse seu filho Rininha ir jogar bola conosco, pois ele era muito rígido. Eles sempre faziam as cabanas para as pessoas ficarem, minha vó sempre me contava



as histórias do Terreiro do Egito, pois era antigo. Naquele tempo havia contação de histórias, tenho saudades daqueles tempos. Eu não tenho vontade de sair daqui por causa de dinheiro, perder nosso lazer, nossa cultura, nunca pensava que Cajueiro ficasse assim, Cajueiro está crescendo, antes eram poucas casas, antes eram somente conhecidos, hoje moram pessoas aqui no bairro que nem conhecemos. Quando viajei em 2015 fiquei com medo e pensando que quando voltasse jamais iria olhar meus parentes e amigos, que fomos nascidos e criados juntos. Hoje o que mudou foi esse desmatamento, um impacto ambiental, tiraram as árvores. Hoje ficam só as lembranças do tempo passado, eu não quero sair daqui não, minha família está toda aqui, criei meus filhos aqui. Vamos ali no mar e temos pescados. Dinheiro não compra o que temos aqui. Meu medo é de contar a história do Cajueiro para meus netos e eles não poderem ver, do Cajueiro não existir mais. Já conheci vários lugares, mais meu pensamento fica só aqui no Cajueiro. Quando saio guardo as minhas redes, mais quando chego vou logo pescar, sempre conto para os meus colegas do Cajueiro, de como é aqui e eles ficam pensando. Aqui é bom demais, aqui é um paraíso, mais as vezes os moradores que não dão valor. Só vão valorizar depois de irem embora.”

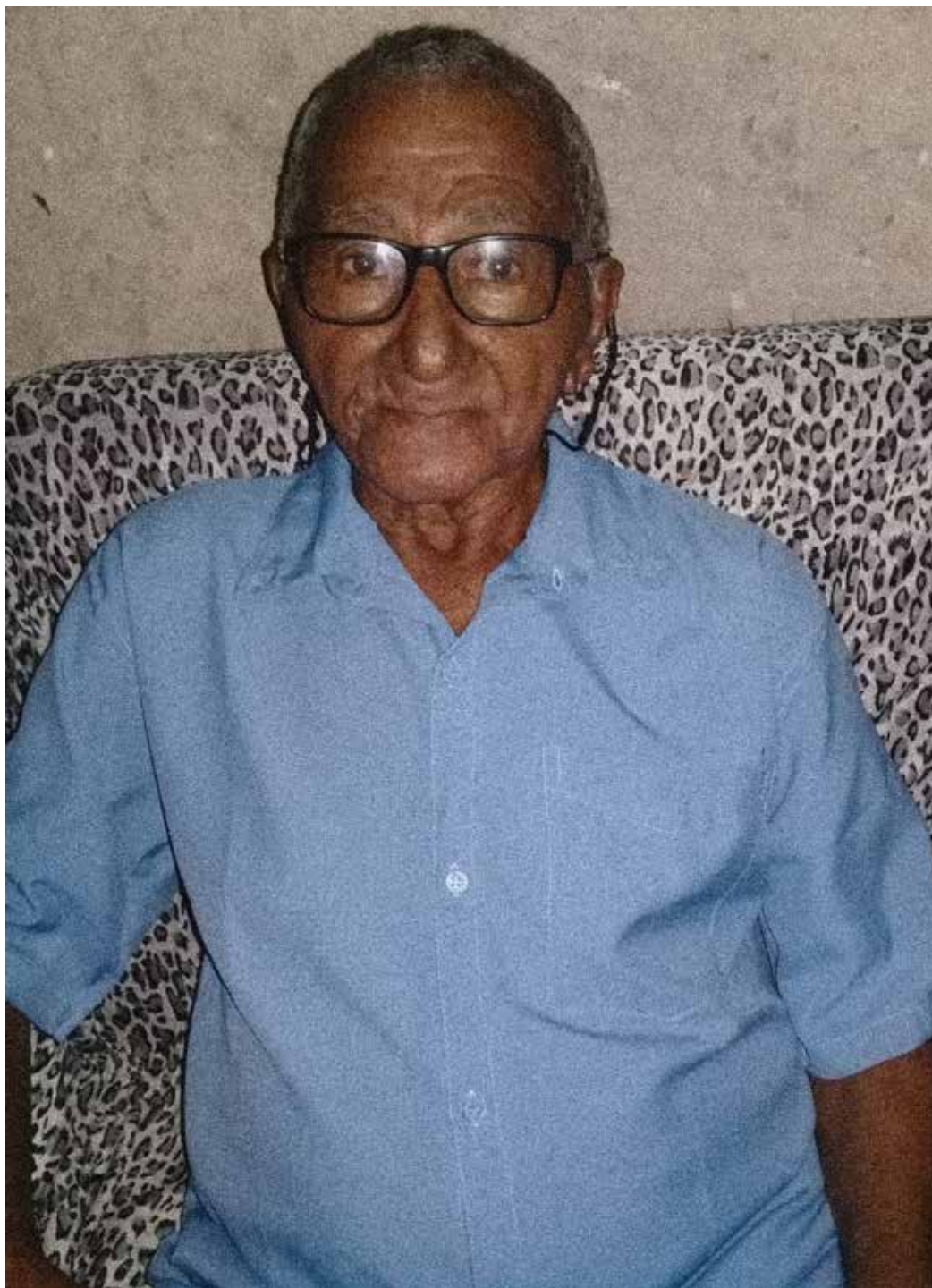
– Joselino Almeida dos Santos, 47 anos em
28/08/2019





“Viemos de Tutoia, pois meu sogro que nos trouxe. Naquele tempo era diferente, eram todos unidos, se reuniam para ouvir histórias, para conversar prosas e participavam de festas que eu fazia. Aqui está minhas raízes. Antes não tinha energia, tudo era na lamparina ou lanterna, não havia estradas, era apenas um acesso único. Tínhamos que ir é para Vila Maranhão pegar ônibus ou então pelo mar, em canoas. Os peixes eram vendidos no Cajueiro e, também no Itaqui, lá tinha os fregueses já na espera. Criávamos vários animais. Hoje só tem animais domésticos. Quando tinha festa no Terreiro do Egito não perdia um só dia, ia com meus filhos participar do evento e ao entardecer levava os filhos de volta para casa e voltava para festança comandada por dona Maria Pia. Nunca fui à escola, mas, meus filhos foram estudar. Naquela época, os professores cobravam preço por cada criança que iria estudar. Participava de um time de futebol, era minha paixão, eu, um dos melhores jogadores que tinha naquela época. Quando chegamos aqui tinham poucas casas, lugar tranquilo, calmo e bom de se viver. Hoje tá tudo mudado, até mesmo as pessoas, não são mais unidas, meus velhos amigos já faleceram. Hoje está tudo desmatado, os Chineses estão aí, os empresários intimidando os moradores sendo que o Cajueiro sempre foi nosso e não deles, hoje não falo mais por causa da idade”.

– Antonio Roxo



→

Antônio Roxo,
23/01/2019.
Fonte: Gracyelma
Torres da Paz

Conhecido como,
Antonio Roxo, o
senhor Antonio
Pereira da Paz,
tem 90 anos,
nasceu em Tutoia
- MA, em 13 de
junho de 1928.
Veio para São
Luís, para o bairro
Cajueiro, no ano
de 1953, há 66
anos. Pescador,
criou seus 12
filhos e mais os
netos através da
pesca e roça.

“Eu vim ali do município de Alcântara, no ano de 1979, vim porque o custo de vida estava muito pesado lá, não corria dinheiro e tal e eu vim para cá afim de escapar um pouco sobre essa parte. Criar vários filhos onde não tem dinheiro, é difícil, e afinal é que eu cheguei aqui, trabalhando na maré, de pesca, trabalhando na roça e foi o ponto que deu para mim criar 13 filhos, mas meu trabalho nunca proibiu o horário deles irem para o colégio, só não fez o “segundo grau”, quem não quis. Foi uma luta tremenda, porque aqui no



←
Com o microfone seu Joca. Sua casa é alvo de insistentes propostas de “compra” por parte de representantes da empresa. Arquivo Gedmma

bairro não tinha estrada, não tinha transporte, não tinha colégio e não tinha energia e entramos aqui com luta com os companheiros e adquirimos tudo isso. E hoje, depois que já havíamos passado mais um sufoco, desde 2014 pra cá, chega essa empresa aqui, nos perturbando, querendo tomar o que é nosso e terminou o sossego, terminou a vontade até de trabalharmos, fazer uma força tremenda para depois eles meterem as máquinas e acabarem com tudo, é uma coisa horrível, procuramos as autoridades máximas do Maranhão, eles não dão nem bola para o que a empresa ameaça fazer, faz mesmo e fica por isso mesmo, e ficamos muito revoltados e muito revoltados com isso. Hoje eu estou ainda aqui, estou reagindo, não sei até quando vou, porque a minha idade já está bem vencida, já estou com 85 anos, não estou tendo uma certa resistência, mas como sempre digo, a vida continua. A minha companheira (Diná Amorim da Silva) já se foi, chegou a falecer nessa luta e eu só não fiquei mais triste porque ainda tenho uns filhos ainda aqui junto comigo, mais a falta é imensa, pois convivemos juntos há 55 anos, pra depois separarmos por morte, não é moleza, pois quando a pessoa tá novo, pelo menos o que aconteceu com o pai dela, acontece com qualquer um, a mãe dela faleceu, ela ficou com 1 ano e o pai dela faleceu ela ficou com 5 anos, ela sentiu, mas quando a mãe dela morreu, o pai dela estava novo

e logo casou-se com outra, não teve sorte porque depressa ele faleceu e os filhos foram criados todos em casa alheia, casa de tio, de parentes. Estamos no mundo para aquilo que Deus determina e ele determinou foi assim, eu não posso me reclamar sobre isso[...]. Eu costumo dizer que aqui é um bairro escondido, que tem suas dificuldades, mas pela tranquilidade que temos, pelas plantações que temos, dá pena abandonarmos. Eu continuo



←

União de
Moradores
do Cajueiro,
2017. Arquivo
Gedmma

dizendo que quero continuar aqui, mas como eu disse pra um deles da empresa, ele veio aqui dizendo que queria negociar e eu perguntei a ele: Você quer comprar? Ele disse: Eu quero! E eu lhe disse que não estava com intenção de vender e nem queria, pois já andei na Ilha de São Luís toda e não encontrei um local que me agrade, pois na idade que estou, eu quero é sossego e pra onde vamos por aí, o que não tem é sossego, mas não será eu que vou embargar o trabalho de vocês, só depende de chegarmos um ponto de combinarmos, ele mandou eu pedir o valor, eu pedi, ele disse que não dava porque era alto e que iria repassar o valor para uma pessoa superior a ele e que no outro dia retornaria, isso já está com mais de seis meses e esse amanhã nunca chegou. Eles são pessoas sem palavra, pessoas sem consciência e eu não negocio com esse tipo de gente. Até hoje estou aqui, até quando Deus quiser e se por acaso eu falecer daqui há alguns dias, isso todos nós não podemos nos livrar, tudo bem, mais o que é meu, vai passar de um para uma porção, porque os filhos serão os verdadeiros donos disso aqui.”

– Joao Germano da Silva, 85 anos, conhecido como seu Joca, em 06/01/2019



MEU CAJUEIRO, MINHA VIDA⁴

vou pedir sua atenção
pra escutar o que vou dizer
vou falar da minha comunidade
lugar bom de se viver

fica próximo ao mar
na ilha de São Luís
lugar de exuberante natureza
onde o povo era feliz

são mais de 400 famílias
que residem no local
vivendo da criação, da produção
e da pesca artesanal

⁴ O cordel foi produzido por Leleco, um dos cursistas da etapa 2014-2017, quilombola de Santa Rosa dos Pretos e Mestrando em Cartografia Social da Amazônia. Foi construído a partir de entrevistas feitas com os moradores Eunice Araújo da Silva, conhecida como Nicinha, Joselino Almeida dos Santos, conhecido como Jorge e filho de dona Maria Matilde Macedo, conhecida como Mariazinha de 95 anos. Também a partir da entrevista com João Germano da Silva, conhecido como Joca.

uma terra de encantarias
de amor e de entendimento
que perdeu muito de sua essência
por causa do desenvolvimento

estamos sofrendo muito
e isso nos incomoda
intimidados por tratores
de forma desrespeitosa

há famílias que residem no local
há várias gerações
que estão tendo suas casas derrubadas
pra defesa dos patrões
um desenvolvimento maligno, cruel

brutal e feroz de se ver
que vem passando por cima da gente
sem olhar nosso viver

são dias amargos onde estamos
entrelaçados

tudo isso por conta
dessa política de estado
deram tudo pros chineses
nossa vida não tem valor
na mão desses políticos
que expressam seu desamor

meu coqueiro, minha vida
do terreiro do egito
meu sentimento é de revolta
que se mostra em um grito

um grito de tristeza
de clamor, rebelião
que as deusas da natureza
nos tragam sua proteção

terra de seu antônio roso
e dona mariatinha
um dos primeiros a chegarem
nessa terra de moresia

senhores com idades avançadas
que de modo insurgente
não querem sair de seus aconchegos
pras amarras da corrente

meu cajueiro, minha vida
hoje tem o desmantelo
entregue pro capital
que desmatou, arreventou.
e tirou o seu natural

estamos em frente de batalhas
e de ti não vamos desistir
manifestando, lutando
pra segurar nosso **existir.**



CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

A partir de 2014, os moradores do Cajueiro vêm passando por várias situações para se defenderem como, por exemplo, se abraçarem em frente à casa de pessoas da comunidade para que ela não seja derrubada a mando da empresa que está instalando o porto privado.

CAJUEIRO × PORTO WPR

“A empresa WPR iniciou os trabalhos na comunidade do Cajueiro em 2014, fazendo ‘cadastros’ nas casas de cada morador, em seguida lançaram propostas aos mesmos, e ‘indenizaram’ os moradores que residiam às margens da praia de Parnauaçu, dando valores baixíssimos em suas casas.

Após a compra de alguns terrenos, a empresa (WPR) contratou uma empresa de segurança que não era cadastrada na polícia federal, sendo então considerada por várias entidades que estavam na luta uma milícia. Os conflitos mais intensos começaram nesse momento, os seguranças amedrontavam os moradores com ameaças e outras formas. Impediam os moradores de construir novas casas e outros tipos de construção, ameaçavam derrubar as construções.

→
Foto tirada em
frente à casa do
senhor Lourenço
para não deixar
as máquinas
entrarem na
comunidade.
Fonte: Autor
desconhecido



CAJUEIRO

→
Derrubada
casa Cajueiro,
18/12/2014.
Arquivo
Gedmma





←
Audiência
convocada pela
comunidade para
discutir sobre o
empreendimento,
2017. Arquivo
Gedmma

No dia 18 de dezembro de 2014, ocorreu um ato de barbaridade, derrubaram 15 casas na comunidade, tendo como envolvidos os milicianos e outros funcionários a mando dos dirigentes da empresa WPR. Desde então, houve uma reviravolta dos moradores da comunidade, eles se reuniram para expulsar a milícia de dentro da comunidade, os moradores fecharam a via principal do Cajueiro onde fica a casa do senhor Loureço⁵ durante três dias reivindicando e pedindo justiça, foi quando ocorreu a

⁵ Foi a casa na qual os moradores se abraçaram e não foi derrubada.

prisão das milicianos pela polícia federal. A partir de então, intensificou-se o conflito entre comunidade e empresa.

A empresa começou o desmatamento no início de 2018 causando vários danos à comunidade e conflitos internos, alguns moradores passaram a apoiar a implantação do porto, principalmente os que chegaram mais tarde em Cajueiro, e outros, que estão há gerações continuaram resistindo e defendendo suas vidas no local. Todos da comunidade passaram a sofrer as consequências dos processos de destruturação de suas relações com o início da implantação do porto.

Os moradores residentes na comunidade não têm mais sossego, com o intenso fluxo de veículos pesados foram provocados vários danos como: poluição sonora, crianças não circulam como antes, dentre outros fatores negativos.

Esse é o conflito enfrentado pela comunidade do Cajueiro com a WPR, pois, a empresa não tem nenhuma responsabilidade com a comunidade, desrespeitam todos os que nela vivem, tiraram o sossego e a fonte de renda que era a pesca. Atualmente a empresa já iniciou as perfurações marítimas causando danos na pesca e prejudicando a renda dos pescadores.

O que a comunidade quer é que seja mantida a integridade e respeito de todos os que nela vivem.”

– Gabriel Silva da Graça⁶, entrevista concedida em 02/09/2018

⁶ Cursista da Formação Política contando a história do conflito.

OS EFEITOS DA INSTALAÇÃO DO PORTO × EFEITOS DA RESISTÊNCIA

Os conflitos na comunidade Cajueiro se intensificaram com o lançamento da pedra fundamental para instalação do porto em 16/03/2018. As reações contra o porto também foram intensificadas naquele momento. No dia do lançamento da pedra, houve um ato dos moradores contrários à efetivação do porto e entidades que apoiam a luta.

Dentre os fatos que aconteceram desde a intensificação dos conflitos destacamos a derrubada de babaquais e derrubada da casa do morador senhor Moisés.

Em dezembro de 2017, a empresa a WPR/WTorres obteve autorização da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão (SEMA) e, sem nenhum escrúpulo, desmatou uma vasta área, inclusive, babaquais, que complementavam a renda de várias famílias da comunidade, o que é proibido pela Lei Estadual 4.734/86 de 18 de junho de 1986. Com isso, foi



←
Mangue: os efeitos do desmatamento feito para viabilizar a construção do porto, 01/12/2018.
Fonte:
Carlos Silva

→
Casa do senhor
Moisés Farias
derrubada em
12/11/2018.
Fonte: Autor
desconhecido



→
Cancela
instalada no
acesso de
moradores
irem à praia.
Registrada no
dia/01/2019.
Fonte:
Léia Pontes



CAJUEIRO

diminuído a autossuficiência econômica destes moradores extrativistas.

O direito de ir e vir dos moradores da comunidade começou a ser brutalmente ameaçado, o sossego dos tempos do Cajueiro deu lugar à depredação, às casas derrubadas, à pesca prejudicada. Cancelas foram colocadas no caminho dos moradores, na vida dos moradores, lembrando que ali não se trata mais do lugar deles e produzindo um processo de humilhação que dói, tanto quanto as árvores derrubadas.

O mangue também passou a sofrer, o barro oriundo das derrubadas de árvores frutíferas e babaquais, misturado às águas da chuva provocaram deslizamentos que conduziram a lama aos mangues.

FORMAÇÃO POLÍTICA



↑

Etapa da Formação
Política no Cajueiro,
2017. Cursistas em
visita à praia de
Parnauçu.
Arquivo Gedmma

“Eu entrei na Formação Política através de uma colega minha (Nenezinha), a mesma me perguntou se eu queria participar de um curso, como eu não sabia como funcionava, ela foi me explicando, de pronto eu resolvi participar e gostei.”

– Mailson Santos da Paz

“Eu entrei porque Samarone fez um curso de fotografia no Cajueiro. Ele me falou da Formação Política aí eu fui para o Taim para um encontro que teve lá, comecei a participar com os meninos. Comecei a entender mais e até hoje participo da Formação Política. Apreendi coisas novas e obtive mais conhecimento, porque a Formação Política nos ensina coisas novas que ainda não temos conhecimento. Conheci várias comunidades e lugares e principalmente a realidade que eles passam, as lutas, dificuldades de cada comunidade. A Formação Política tem grande importância na vida de vários jovens, pois os mesmos já se interessam e em cada encontro percebemos uma melhor interação de cada jovem, já falam mais sobre suas comunidades, a realidade que eles passam, as lutas e



→
Etapa Formação
Política em
Cajueiro,
2017. Arquivo
Gedmma

também as conquistas. Tenho incentivado outros jovens a participarem e assim quero continuar participando de todos os encontros.

O curso de Formação Política nos possibilitou trazer novos aprendizados para lutar nesses conflitos diários com essa empresa que quer instalar o porto. Na Formação Política aprendemos que unidos podemos vencer.

As realizações das atividades são apresentação dos alunos de cada comunidade, tiramos as tarefas da militância, nós mesmos ficamos na organização para perdermos a vergonha, participamos de oficinas, falamos sobre cada comunidade. Pela noite, participamos da cultural, é feito o sorteio para saber onde será o local para o próximo encontro, que é, sempre onde está precisando levar jovem para a luta pela comunidade. No dia seguinte é a volta para casa. O que mais me marcou é que quando uma comunidade está em apuros, as outras comunidades se unem para ajudar.

Nós, como militantes da Formação Política e jovens moradores do Cajueiro, vamos lutar para que nossas comunidades tradicionais não sejam destruídas por esses empreendimentos que só irão trazer tristeza e morte para nossa terra.”

– Audecir Valentim de Melo, Nenezinha

REFERÊNCIAS

- <http://cajueiroresiste.blogspot.com/>, acesso em 09/01/2019.
- <https://projetocolabora.com.br/meio-ambiente/a-luta-contra-o-porto/>, acesso em 09/01/2019.
- <http://praquemnaosabe.com.br/2017/12/20/comunidade-do-cajueiro-uma-das-mais-importantes-do-maranhao-e-brasil-esta-ameacada-de-extincao/>, acesso em 09/01/2019.
- https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/legislacao/legislacao_estadual/Noticia1226A972.pdf, acesso em 23/02/2019.
- DAMASCENO, Elena. *A resex de Tauá-Mirim e seus rizomas: um trabalho de construção coletiva e etnografia do processo*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. 2016. 235f.
- OTONI, Ricardo Benedito. *A ocupação agrária da Vila Maranhão e a proposta de instalação de um polo siderúrgico em São Luís: soberania ou dependência brasileira através da política de exportação de recursos naturais?* In: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Ricardo_benedito312.pdf, acesso em 16/03/2019.





**MEMÓRIA
E LUTA
DO TERRITÓRIO
PRETO
INSCRITA NO CORPO
e na alma**

Anacleta Pires

Joécio Pires

Josicléa Pires (Zica)

Joseane Pires

Maria Francisca Rocha Ennes

Sislene Costa da Silva



seu doutor. doutores capitalistas, o que
queremos?

queremos pouco ou quase nada, pois os
senhores jamais, para que fique claro,
jamais, poderão
reparar, impactos e violências de cinco
séculos,

ou mesmo 517 anos

queremos por agora, o que não basta, porém
serve.

queremos resolvidos se não todos, poucos
dos muitos problemas

—

queremos resolvido o desemprego
queremos resolvido o analfabetismo
queremos resolvida a desapropriação dos
latifúndios

que praticam violência, trabalho escravidão
e crime ambiental

queremos resolvida a falta de soberania
nacional

queremos resolvido o poder judiciário que
contraria

os interesses da sociedade

queremos resolvida em forma de expulsão
todas

as empresas multinacionais que atuam no
país

queremos, por que não? a reestatização da
vale s.a.

e que se estabeleça o seu controle social
cansamos de desrespeitos, estamos fartos de
agressões

a nós e à natureza, sem tempo ou paciência
para mentiras e falácias palacianas
pois bem, senhores capitalistas, o que
queremos?

todos sabemos, queremos direitos

- zica pires





Memória e luta inscrita no corpo e na alma

O Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos está situado à margem esquerda do Rio Itapecuru, no município de Itapecuru-Mirim, fica a 86 quilômetros de São Luís, capital do Maranhão. Santa Rosa dos Pretos é um território que tem sua história e memória inscrita no corpo e alma dos pretos que nele viveram e vivem. Nossa historicidade remete à chegada de sete famílias de escravizados do continente africano para o trabalho na fazenda da família Belfort, do barão Joaquim Raimundo Nunes Belfort, precursor do bicho da seda no Maranhão. Após o “fim” do regime escravocrata em 1888 e com a falência das fazendas, o barão “doou” as terras de Santa Rosa para Américo Henriques, filho que teve com a escravizada América, e para os pretos que o serviram como escravos, para criar seus filhos netos e descendentes não podendo em tempo algum ser vendido, alienado ou dado como instrumento de troca, por se tratar de seu patrimônio perpétuo. Essa é uma história contada de geração em geração pelos moradores e descendentes do território, como destacado por Silva (2017), que contesta a versão da doação, a partir da seguinte compreensão:

...nunca aceitei essa palavra de doação. Porque doar uma coisa é quando você – vamos imaginar... Eu vou lhe doar isso eu me simpatizei de você, eu tive ali o amor por você e lhe doeí aquilo. Agora aquilo que você foi forçado e depois eu lhe passo alguma coisa, pra mim eu não considero doação. E o trabalho forçado que tiveram nossos antepassados da forma que escravizaram eles, como é que agora vai ser uma doação? (Entrevista Anacleto Pires, 18/01/2015).

O acesso à terra à partir do episódio do abandono das mesmas pelo barão, não garantiu a sua posse legal. Podemos dizer que durante algum tempo nossos ancestrais viveram com certa autonomia sobre o território, usufruído de modo coletivo. No entanto, começamos a sofrer perdas territoriais, a partir do processo de demarcação judicial das terras por conta do decreto-Lei N° 9.760, de cinco de setembro de 1946, “que dispõe sobre os bens e imóveis da união e dá outras providências”. Já em setembro de 1952, Silva (2017, p. 35) destaca que

“João da Silva Rodrigues, que na época era o então prefeito de Itapecuru-Mirim, encaminhou requisição ao juiz de direito da localidade, em nome de Urbano Belfort e outros, para assim se fazer a demarcação judicial das terras da antiga fazenda Santa Rosa”.

A partir dessa licitação demarcatória, ainda segundo Silva (2017), nosso território foi dividido em sete quinhões (partes de terra), ação que possibilitou e facilitou as vendas e invasões do território, por parte de latifundiários, empresas, imigrantes, fazendeiros e grileiros de terra.

Nessa mesma época, a estrada BR 135 é construída cortando Santa Rosa dos Pretos, fato que reforçou as grilagens de terra e contribuiu no rompimento com o modo de uso comum do mesmo.



←
Fazendo caeira,
2018. Foto:
Zica Pires

Como consequência do ocorrido, a partir de 1952, nos organizamos para tomar a frente na luta, tendo como objetivo central a retomada de seis quinhões do território, que foram perdidas para “outros agentes”, terra essa fundamental para a manutenção da vida, pois eram áreas onde fazíamos a lavoura e a produção de alimentos.

Os anos 1950, além de marcarem o início da grilagem de nossas terras, por parte de fazendeiros; também é quando começam a chegar os grandes empreendimentos que vão tomando porções do território com todo o suporte do estado, como: linhões de energias (CEMAR, Eletronorte), estrada rodovias (BR 135), estrada de ferro (Carajás e Transnordestina). Isso mudou drasticamente a nossa forma de vida no território, passamos a

conviver com outra realidade. Consequentemente, hoje temos um grande processo de luta contra esses empreendimentos. A Vale S.A, empresa responsável pela manutenção e logística da ferrovia Carajás, colocou uma barragem de concreto bem no meio do igarapé que era o principal meio de obtenção do pescado e isso acabou com os peixes; os linhões, da Eletronorte e CEMAR, passaram em cima de onde era o nosso espaço de roça. Essa ação impossibilitou que continuássemos a produzir naqueles lugares. Desde 2014, o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) proibiu a construção ou reforma de casas no nosso território alegando que estamos invadindo uma sua área, com isso ele pretende duplicar a BR 135 e remover de 345 casas de moradores, sem indenização ou qualquer compensação aos donos. Cabe dizer que a população do território cresceu muito nos últimos anos, passando de 325 para aproximadamente 800 famílias. Antes éramos 1500 pessoas, agora somos 4500 pessoas. Ao mesmo tempo em que a população cresceu, o território foi diminuído por essa série de empreendimentos já colocados, e como consequência, temos hoje um território com muitos problemas estruturais e logísticos.





Sentir, festejar e cultivar a memória

Nosso território é nacionalmente conhecido pelo processo de luta, pelas manifestações, festividades e ancestralidade. Cultivamos o respeito pelos anciões, que guardam os saberes naturais, que adquiriram por meio da vivência e dos dons do sentir e das inspirações espirituais.

Como meio de sustento, fazemos a chamada “roça de toco”, em que derrubamos uma área de mata, queimamos, tiramos a coivara (resto de madeira queimada) e plantamos os alimentos: arroz, milho, mandioca, feijão, melancia, abóbora, melão, pepino, batata doce, entre outros. Além da roça no toco, fazemos a pesca nos igarapés e campos para a obtenção do peixe, e também, criamos pequenos animais e coletamos amêndoas e frutos da natureza como: coco babaçu, manga, pequi, azeitona, anajá, macaúba, etc.

Quanto as manifestações e festividades, o território quilombola Santa Rosa dos Pretos possui um extenso calendário de festejos e festas, que são cultivados desde o período escravocrata, assim, somos conhecidos como os mais festeiros da região. Realizamos o festejo tradicional do Divino Espírito Santo em duas etapas, janeiro e novembro. Outras festas também do Divino

→
Tambor de
crioula – Santa
Rosa dos
Pretos, 2018.
Foto: Dayanne
Santos



SANTA ROSA DOS PRETOS

em agosto, setembro e outubro, dança do coco, tambor de mina (religião matriz africana), tambor de crioula, terecô de caixa, bumba-meu-boi de zabumba, Carnaval com bloco tradicional, festa de Nossa Senhora da Conceição, Dom Lázaro, São Benedito, Santo Antônio, Nossa Senhora Santana, São Raimundo, São João, São Patrício, Santa Rosa, entre outros.



UM GRANDE TERRITÓRIO **negro**



chamo sua atenção pra ouvir a nossa história,
de um território negro, de afrodescendentes quilombolas.
uma terra de muita festividade, diversidade e encantaria,
onde o povo luta por direito, em prol de cidadania.

falo de um grande território negro, de escravizados
valentes e guerreiros,
que foram trazidos da mãe África em porões de navios negreiros.
filhos de guiné bissau, da cidade de cacheu, da talanca de caiou,
mulheres e homens fortes que (re)existem a cada pôr do sol

o lugar que estou falando, chama-se santa rosa dos pretos
uma terra de herança e total autonomia,
onde os pretos eram o centro e o povo os ouviam.
essa autonomia foi embora com a perda da documentação,
que aí tudo complicou,
daí veio o latifundiário e nossa terra cercou

junto do tal progresso, com o discurso da mudança
espropriando nossas terras, matando nossa esperança.
entupindo igarapés, matando os palmeirais
destruindo nossas roças e nossos bens naturais

passando com o (des) envolvimento, pautado nas marelas
acirrando conflitos e trazendo a miséria.

de sete famílias escravizadas, a população cresceu
hoje o território é constituído por faixa de 800 famílias
aproximadamente 4 mil pessoas,
terra do tambor de crioula e da expressividade corporal,
do coco e das festividades, tendo a mina como essencial.

lugar onde preservamos nossa ancestralidade
que é guardada com respeito, de modo a se notar
pois é ela, quem nos orienta, a cada passo na caminhada
em meio aos nossos enfrentamentos, que surgem em nossa
jornada.

e tem nossos guardiões que são os nossos medalhões,
preservando na memória, cada momento da vida
contando a nossa história de forma comprometida
eles trazem a nossa história de geração à geração,
preservando os saberes e conscientizando-nos
dos deveres que tem cada cidadão
na luta por direito, por vida digna e em comunhão



na luta do território, temos figuras centrais que podemos destacar,
joão soeira, libânio pires, e benedito belfort,
esses homens de valia, mostraram sua rebeldia,
encarando esse sistema, cruel e opressor,
afirmando suas identidades e mostrando o seu valor

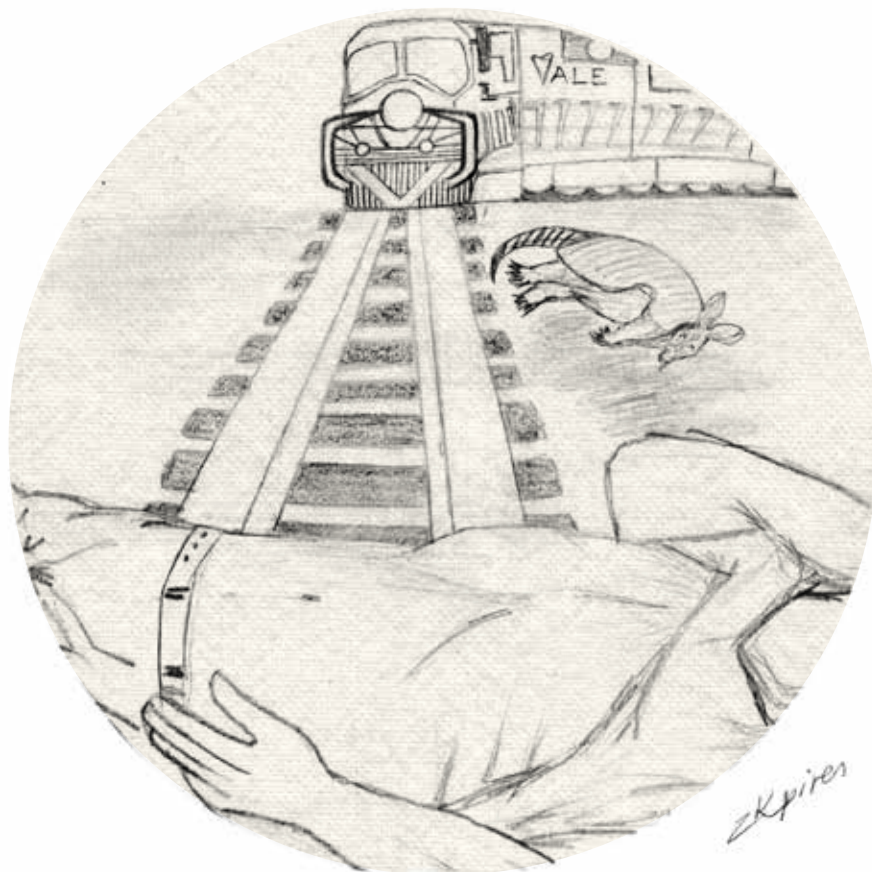
essa luta vem de longe, amigo, vou te falar
vem de nossos ancestrais, pois queira me escutar
de negro cosme, raimundo vaqueiro e francisco das chagas
que lutaram por justiça e nossos ideais
por isso faremos a memória da guerra da balaiada
só a luta popular, far o povo se juntar
resistindo ao opressor para um mundo novo criar

as mulheres em santa rosa, tem um papel central,
são elas que cuidam de tudo, de forma primordial,
e quando o caldo engrossa, ainda tem um macete,
são elas que vão pra briga e descem o cacete.

são muitos anos de luta, pra na terra nós ficar
pois a terra é nossa mãe, quem nos dá sustentação
pra lutar por nossos direitos, saúde e educação

esse dito desenvolvimento, é um capivoto cruel e esmagador
que destrói a nossa vida sem notar nosso valor
destruindo as famílias de um pai trabalhador
a vida não tem mais vida, a morte torna-se urgente
o homem não é mais homem, é tido como indigente

o respeito não existe mais, o ferro passou por cima
bendito é mãe saudosa, saudosa nossa menina
a ferrovia carajás passou pelo simaúma
causou entupimento, fechando o igarapé,
começo do sofrimento
o peixe que se pegava sumiu-se pra danar
aquilo se tinha, agora tem que comprar
a vale passa direto, com um barulho ensurdecedor
com carga de riqueza, que causar morte e dor



o território tá, fazeado, essa é a situação
onde se produzia arroz, agora se tem linhão
com br, a luta tá grande, escute o que acontece
passaram em nossas terras como quem não queria nada
e construíram a estrada, veja o que resultou
hoje eles são donos e os donos são invasor
é um racismo escancarado desses órgãos de estado
que invisibilizam nossa história, contando outra versão,
da dita história oficial que só tem um lado da moeda, cheio de "sensatez"
o lado discriminado não tem fala, voz, nem ver.

o sagrado é desrespeitado, os espaços de encantaria
o moderno passa por cima, com toda sua revelia
expressa destruição causada pela maldade
tira nosso sossego em nome da crueldade

a solução que acontece é nós se organizar
montar nossas alianças e partir para lutar
formamos a resistência, com camaradas e irmãos
pra derrubar esse sistema temos que nos dar as mãos

mostrar nossa resistência, insurgência e rebeldia
matar a quem nos mata de forma bem natural
expressando nossa revolta dizendo que não dá mais

são muitos anos de chibata, de uma escravidão silenciada
de povos exterminados, por causa desse progresso
que pra poucos traz o lucro e pra nós deixa o regresso.

lhe apresento santa rosa de forma bem moderada,
um pouco da nossa história, da luta e caminhada
mas se quiser conhecer, pois não fique acanhado,
pegue o carro e chegue junto, nós estamos a esperar,
pra contribuir na luta, dá a mão e caminhar.





←
Caixeira do
Divino, Santa
Rosa dos
Pretos, 2018.
Foto: Dayanne
Santos

GUARDIÕES DE SANTA ROSA DOS PRETOS

Na memória de luta do território quilombola Santa Rosa dos Pretos os anciãos e anciãs são alçados à condição de guardiões, pois dominar um repertório de conhecimentos sobre o território é garantir que a história não vai se perder. Nesse sentido, os quilombolas resolveram registrar a existência de três guardiões. Dois ainda presentes em sua existência física e um presente em sua existência imaterial.

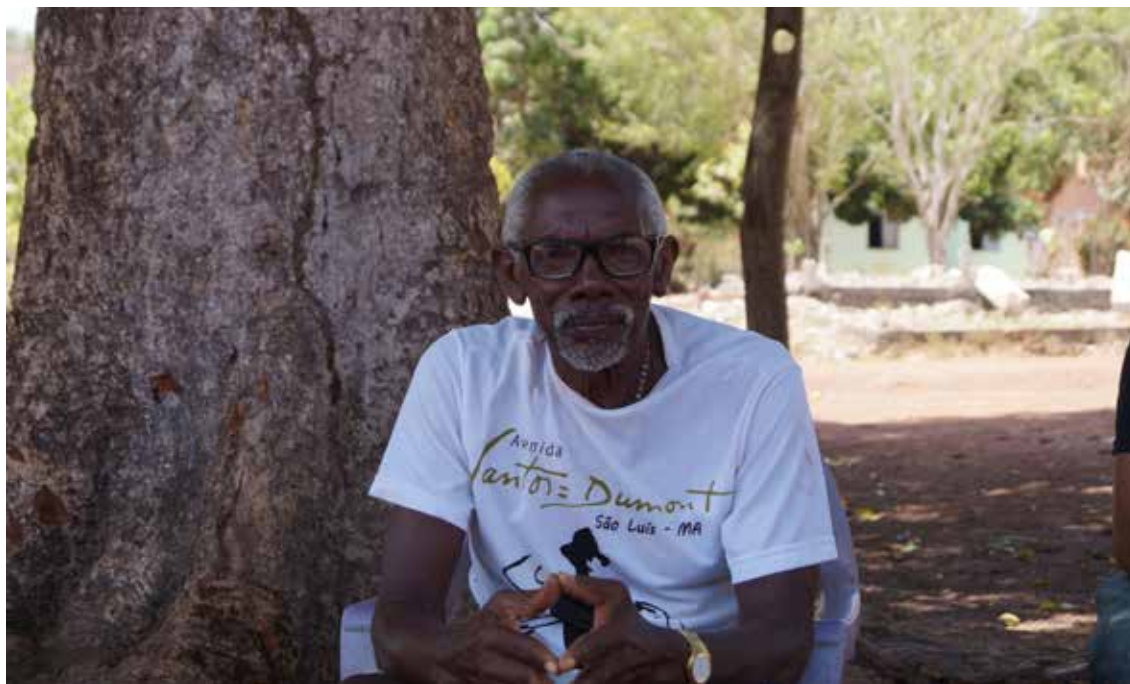
João Soeira

Começamos por este último, conhecido com João Soeira, neto de uma das patriarcas das sete famílias que fundaram Santa Rosa dos Pretos, é lembrado como aquele que, embora não dominasse a escrita, compreendia a importância de ter o “papel” de reconhecimento do território como instrumento de fortalecimento da resistência expressada nos corpos. Achava que assim deixariam de ser invisibilizados. Foi ele quem incentivou a busca da cópia dos testamento do barão nos cartórios, chegando a ir até Brasília atrás desse documento. Anacleta lembra que João Soeira afirmava a consciência sobre direitos no seu dia a dia através do repasse de conhecimentos para as crianças e no respeito aos mais velhos.



Sr. Benedito

Antes da luta com o “papel” a resistência era feita com os corpos, eram os corpos que se colocavam à frente para impedir o avanço da cerca, para impedir a entrada dos jagunços e é sobre um desses corpos, que em um determinado momento se viu tão oprimido pelos corpos brancos que travou, que contamos agora. Sr. Benedito Belfort nasceu em 1942, é filho de Anastácio, tinha menos de vinte anos quando o território começou a ser invadido por grileiros e não havia outro jeito senão lutar. Nos anos 1950, o vice governador do Maranhão, na época João Rodolfo, começou a expandir suas cercas para o território quilombola. As roças dos quilombolas, trabalhadas de sol a sol, constantemente eram pisoteadas pelo gado do grileiro. As instituições de justiça estavam ao lado do opressor (como ainda estão), o que fez com que todas as denúncias feitas contra o grileiro fossem ignoradas. Diante da inércia do Estado, os quilombolas travaram



←

Sr. Benedito,
2018. Foto:
Cíndia Brustolin

um plano de ação de enfrentamento direto, que foi suspenso no último momento. Deixando em sr. Benedito durante algum tempo preso em um estado de mudez, que deixou a comunidade preocupada. Com o tempo eles voltou a atuar, se inserindo na contrução do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itapecuru-Mirim. Espaço que ainda hoje, com 77 anos, ocupa, como delegado sindical.

→

Gerações de lutadores: da esquerda para a direita Anacleto Pires, Benedito Belfort, Justo Evangelista e Libânio Pires, em Encontro de narrativas Quilombolas Santa Rosa dos Pretos, 2018. Foto: Cíndia Brustolin



Libânio Pires

Outro grande guardião, que entrou na luta antes dos vinte anos é sr. Libânio Pires. Filho da escravizada Antônia, hoje com 84 anos. É trabalhador rural, mestre de tambor, pai de sete filhos. Mantém até hoje a sua postura de respeito aos saberes ancestrais sobre a natureza e de lutar pelo seu

povo. Nunca aceitou a ideologia do colonizador, vivida a mais de 500 anos e que, segundo Anacleto, somente empobrece a sustentabilidade humana e ambiental.. não teve acesso á educação formal, mas passou por inúmeros processos formativos.é um dos fundadores do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itapecuru-Mirim. Também é um dos fundadores da Associação do Produtores Rurais Quilombolas do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos em 1988. Até os dias atuais continua na luta por seu povo, mesmo com a visão afetada pela cegueira, continua participando ativamente das atividades no território.



A LUTA PELA TERRA E MARIA DARLUZ, UM RETRATO DA MULHER CAMPONESA

Altina Abreu
Leidiane Estácio
Uriel Meneses



ninguém

e o nosso lema principal é sustentabilidade:
produzir sem agrotóxico, cuidar do meio ambiente,
não queimar e fazer com que os sujeitos da própria
história valorizem o que têm; que é a terra.
- maria da luz sousa estácio¹



←
Maria da Luz. Arquivo
rede Justiça nos
Trilhos

¹ Maria da Luz, também é conhecida como Maria Darluz, por isso que no título está escrito assim.



Este escrito é dedicado a Maria da Luz Sousa Estácio, nascida no dia 01 de Fevereiro de 1966, mãe de cinco filhos, sendo 04 mulheres e um homem, ambientalista, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, formada em Educação do Campo, na I Turma de Educadoras e Educadores do Campo do MST/PRONERA/UFMA, turma de 2002/2005, e em Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática, pelo PROCAMPO, assentada no Assentamento Bom Jesus no P.A. Amazônia, desde 1997.

Contribuiu durante muito tempo nos processos de luta pela terra na região do vale do Pindaré, nos municípios de Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, e principalmente, em Buriticupu. Atuou na articulação e organicidade das comunidades camponesas no acesso à formação política fornecida pelo MST nas áreas de saúde comunitária, educação, comunicação, gênero, apoio técnico agrícola e no acesso ao fomento, que possibilitaram a permanência de muitas famílias no campo.

Maria da luz é daquelas figuras que transcendem os desafios do cotidiano e vê neles sempre uma perspectiva de luta de classe, respira militância em suas palavras fortes ou

de conforto. Atualmente, ela coordena a Casa Familiar Rural Padre Josimo, de Bom Jesus das Selvas, que recebe filhos e filhas de trabalhadoras e trabalhadores rurais, sendo uma das fundadoras, participando ativamente na formação de jovens do campo no acesso a uma educação do campo de qualidade para a classe trabalhadora camponesa, somando a sua experiência de militante à sua formação em educação do campo.

Como muitas mulheres do movimento, representa a luta da mulher, principalmente, da camponesa e seus desafios no enfrentamento dessa sociedade patriarcal, na luta árdua do direito à terra. Falar de Maria da Luz é personificar o papel das muitas histórias de mulheres que se doaram a luta feminista. Esse capítulo, assim, traça um rascunho breve das mulheres locais que perpassam do micro ao macro a questão agrária deste Brasil. Nada melhor do que fazer esse relato, mostrando também o lugar que Maria da Luz habita e a situação atual de seu assentamento que reflete os desafios atuais de quem no campo mora, produz e resiste.

enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra!!!

- palavra de ordem dos movimentos camponeses



A LUTA PELA TERRA E MARIA DARLUZ HISTÓRIAS QUE SE RELACIONAM

*e vamos entrar naquela terra e não vamos sair
nosso lema é ocupar, resistir e produzir.
- se pinto, descobrimos lá na base*

Ao realizarmos uma breve transcrição da questão agrária e da história de Maria da Luz, precisamos entender que o foco em discussão é a soberania da terra. É preciso compreender a questão da terra a partir dos sujeitos que nela vivem e se constroem historicamente e culturalmente. Percebemos, a partir dos conflitos, o surgimento de dois personagens, os que dominam e os que são excluídos do direito à terra, e que, por essa exclusão do direito a terra, viram povos resistentes na luta pela mesma.

Se quisermos entender toda essa complexidade, precisamos partir do ponto de vista da própria história do campesinato e por que não partir do olhar de uma mulher camponesa, como problemática central? Devido aos processos de dominação dos espaços, por modelos que exploram a terra com interesses voltados à produção capitalista. Com isso, parte dos camponeses passa a vender sua mão de obra, e outra, entra em rebeliões necessárias para terem o direito

de uso da terra. Atualmente, vemos em relação ao conflito agrário, a constante interferência do Estado, que age como um agente intermediário a atender uma agenda em detrimento de organismos externos, como corporações e empreendimentos do agronegócio, que mandam nos rumos do uso e da propriedade da terra, gerando assim, um levante popular contra essa forma de organização social, principal causadora dos transtornos aos povos do campo e, conseqüentemente, aos que vivem na cidade.

A construção de uma leitura sobre as lutas de classes, especificamente, na região de Buriticupu, Bom jardim e Bom Jesus das Selvas que compõem a região do Vale do Pindaré, nos mostra, em primeiro plano, uma região fundada, isso no caso de Buriticupu, pelo projeto de colonização no estado do Maranhão, que se deu na década dos anos 70, com um único objetivo de exploração das terras e das matas da região Pré-amazônica, e não pelo que era divulgado na época, um plano de elevar os índices sociais e econômicos e de participação dos trabalhadores rurais na cadeia produtiva do Estado. Naquela época, foram deslocadas centenas de camponeses de diversas partes, não unicamente do estado do Maranhão, mas também de outros estados, para Buriticupu, com o vislumbre de terra para plantar. Com o passar dos tempos, a história nos mostra que nem todos tiveram ou perceberam a concretização dessas promessas devido aos mandos e desmandos da elite que se formava no local.

No final da década de oitenta e início da década de noventa, aconteceram as primeiras ocupações de terras na região. Foram ocupadas a fazenda Capoema, no dia 16 de novembro de 1985; e fazenda Terra Bela, em 27 de julho de

1988. Além de outras fazendas, tendo destaque as ocupações das fazendas União, da Miril e depois Cikel. Ao todo 36 fazendas foram ocupadas por posseiros, pelo MST e por pessoas sem terras que viviam excluídas, desde o projeto de colonização, na miséria, pois grande parte da terra prometida estava nas mãos dos grandes latifundiários e madeireiros. O projeto de colonização havia contemplado com terras um número de famílias menor do haviam alardeado que o dito projeto contemplaria. Até os dias de hoje, existe um número considerável de camponeses sem acesso à terra e que conseqüentemente ainda exigem e participam de ocupações de terras. Diferentemente da pequena parcela da elite local, formada por grandes fazendeiros e donos de madeireiras, que além de se beneficiarem com a mão de obra barata do processo de colonização, viviam e vivem até hoje com todas as regalias e prestígios garantidos pelo Estado, no qual usufruíam e ainda usufruem das terras e das matas que são consideradas uma das mais férteis do Maranhão.

Assim nesse contexto a história de Maria da Luz se mistura com o processo de luta da região com a sua atuação participando do Movimento Sem Terra.





✦

←

O CONFLITO
AGRÁRIO, UM
DOS PRINCIPAIS
PROBLEMAS DA
REGIÃO

20 de abril de 2012,
Trabalhadores Rurais
e Movimentos Sociais
locais, cobravam
justiça pela morte
de Raimundo Borges
conhecido na região
como Cabeça.
Arquivo rede Justiça
nos Trilhos

O RISCO

o risco que corre o pau,
corre o machado,
não há o que temer.
aquele que manda matar
também tem que morrer

eu já tenho machado
falta só botar a cunha,
e fazer a moda gato,
dar o tapa e esconder a unha
nós estamos em guerra
lado de lá já decretou
pois já pagou pistoleiros
pra matar trabalhador
é a nossa proposta,
pois a gente quer ganhar.
se matarem um daqui,
de lá vamos matar

- Luiz Vilela Nova

A MULHER CAMPONESA

pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher. porque a luta não é só dos companheiros, participando sem medo de ser mulher.

organizando os movimentos populares, participando sem medo de ser mulher.

- é pinto, sem medo de ser mulher

Ao longo dos tempos é marcante como vem se concretizando a representação dada à mulher, tão importante quanto entender o simbolismo e o protagonismo da mulher camponesa nos processos de ocupação, na luta pela terra, na garantia da permanência. É bastante comum nas comunidades da região do vale do Pindaré, o protagonismo que a camponesa exerce nas comunidades como liderança local, se firmando e auto afirmando no papel de curandeira, benzedeira, parteira e liderança social nos assentamentos.

É a partir desses lugares que se precisa evidenciar uma espécie de feminismo libertário camponês transcendental, no qual a figura feminina exerce seu papel, em que as mulheres detêm os procedimentos organizacionais destes locais nos aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais. Compõem a organização coletiva da comunidade camponesa, seja nos primeiros processos de ocupação da terra, seja na organicidade envolvida nos mesmos. Ainda pouco foi debatido ou escrito sobre o papel exercido pelas mulheres nos conflitos agrários e no âmbito micro ou macro dessa conjuntura.

Através dos modos espontâneos e autônomos, essas mulheres camponesas e libertárias, na significação de autonomia das suas consciências coletivas e individual, são figuras centrais da biografia do campo, no âmbito das contínuas vivências, resistências e insurgências que ocorrem no espaço onde vivem, nos engajamentos aos processos contínuos de luta contra a ordem opressora construída contra os povos do campo – **ESTADO × POVOS DO CAMPO**, ou **CAPITAL × POVOS DO CAMPO**, ou **AMBOS × POVOS DO CAMPO**. É a partir dos relatos de Maria DarLuz, que veremos a marca registrada delas sobre os tempos de luta contínua que travam.

Carecemos considerar as circunstâncias, estabelecendo quem fala e de onde fala e como são estabelecidos os fatos que fazem essas mulheres protagonistas do processo de ocupação, mas para isso é preciso entender de onde vieram essas mulheres. É no discurso do desenvolvimento perpetuado tanto pelo Estado, quanto pelo Capital, que se arquitetam os sujeitos excluídos. Num contexto ainda muito mais opressivo aparece um terceiro elemento, o patriarcado, outro alicerce opressivo histórico na construção de mulheres exploradas. Então esses três elementos, fundamentados na supremacia masculina, oprimem historicamente a mulher e não permitem a construção de uma sociedade mais igual.

Nos processos que constituem a mulher camponesa, no elemento basilar que a leva a lutar por um pedaço de terra, estão somados muitos fatores: acompanhar muitas das vezes o seu companheiro, mães que criam seus filhos sozinhas e ou viúvas que decidiram buscar uma nova forma de renda, mulheres que já traziam consigo uma experiência de vivência com o espaço rural, assim como mulheres que buscam uma independência e tomam suas próprias decisões. Seja como for, todas estas encontram-se no mesmo

aspecto de luta de qualquer trabalhador, seja ele do campo ou cidade, ou seja, das injustiças sociais decorrentes de projetos hegemônicos que os excluíram do direito a uma vida digna. A baixa taxa de empregos e a pouca formação no âmbito exigido por esse sistema execrável extinguem qualquer aspecto de permanência existencial, condicionante importante para essas mulheres.

Assim, parte a mulher para o sonho da terra, somado à autonomia que se possa ter nesse nosso espaço que se apresenta e que se constitui enquanto espaço de luta, o território materializado nos barracões de lona preta que fundamentaram o contexto histórico sem terra local desses três municípios da região Pindaré. Há um ditado popular entre os camponeses sem terra, fundamentado na anarquia da quebra do paradoxo machista, que faz um sentido vivido de liberdade nesses espaços: “quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede”. Tal grito de ordem representa que há uma quebra desses sistemas opressores no âmbito dos sujeitos que afrontam a lógica estabelecida, dignificando e mostrando que é possível espaços mútuos e livres de sexismo.

Nas metodologias de ocupação da terra, a mulher tensiona para desconstruir o aspecto retrógrado patriarcal e transformar o pensamento machista de afazeres domésticos e de criação das crianças, como tarefas exclusivas da mulher, partindo para um processo de torná-los coletivos, pro bem da comunidade. No acampamento, podem ser adicionados outros fatores, como a tomada de decisões nas reuniões, as articulações para o bom funcionamento do acampamento, debater estratégias e condicionantes colocando suas sugestões a problemáticas, portanto, nesse sentido, ela cria um leque de novas possibilidades que a fazem construir o seu próprio jeito de ser mulher. Por tais fatores, a luta pela terra é ao mesmo tempo um projeto de transformação e da quebra de todos os regimes opressores que se levantam contra ela, a luta pela terra a torna feminista pelo ato libertário de entender as engrenagens do sistema opressivo e, assim, poder se construir como sujeita de sua própria história.

Enquanto indivíduos, nesse tempo, elas enfrentam um amplo desafio: um dos fundamentais elementos opressivos à vida da mulher campesina, a provocação constante do sistema capitalista e dos seus grandes empreendimentos, com o Estado operando como o cão de guarda. Os empreendimentos usurpam terras das mulheres camponesas e da classe trabalhadora, atingindo-as e se apossando dos recursos naturais de forma violenta e funesta.

Os conflitos são, deste modo, tanto um indicador como uma sequela dos danos ambientais e das iniquidades sociais decorrentes de projetos econômicos desvinculados do produzir, do viver e do relacionamento dessas mulheres com a terra. O que vemos também representa muito do cenário da mulher urbana, o que ela cria sofre uma depreciação, o que nos leva a perceber que essas segregações são iguais para ambas, assim como o silenciamento e exclusão do seu processo histórico. Nessa ordem de desvalorização, na ordem e pela ordem vigente, que ela estabelece um processo próprio, o da resistência e das insurgências que provocam o debate e/ou criam seus próprios mecanismos de debate, a fim de se consolidarem novas táticas e formas de construir suas próprias plataformas de autonomia e de reconhecimento.



ORGANICIDADES DO P.A AMAZÔNIA

se o campo não roça, a cidade não almoça.
se o campo não planta, a cidade não janta.
- palavra de ordem dos movimentos camponeses

A partir da conquista da terra, surgiu a necessidade das famílias assentadas se organizarem, socialmente e juridicamente, através de assembleias, coletivos de trabalhos e coordenadores das agrovilas. E foi a partir daí que se decidiu fundar as associações, para lutarem juntamente com o MST por melhores condições de vida, infraestrutura, educação, saúde etc. Assim foi fundada, no dia 23, de outubro, de 1999, a Associação dos Pequenos Agricultores Rurais da Vila Quilombo dos Palmares “Força Unida”. No início, contou com trinta sócios e seus primeiros dirigentes foram Antônio Marques, Antônio Costa, Maria da Luz, Manoel Lopes, Francisco Rodrigues e outros. A partir de sua criação iniciaram uma caminhada com muitas lutas, conquistas e dificuldades, mas ao longo de nove anos adquiriram através da associação, os créditos via INCRA (fomento, habitação e os créditos) e via bancos do Brasil e do Nordeste, através do PRONAF A, que é um crédito destinado exclusivamente ao assentado de reforma agrária.

Todos os trabalhadores que se organizaram tiveram um acompanhamento para a elaboração de projetos por meio dos técnicos do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em convênio

com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Conquistaram também na prefeitura municipal de Bom Jardim, escolas para todas as agrovilas do assentamento.

A maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores fizeram seus investimentos na pecuária de leite, onde o Sr. José Raimundo é um destes, na época puderam adquirir, cada um, sete novilhas incestadas e um touro (reprodutor). Conseguiram também bolas de arame, para a fabricação de cercas, para a formação de pastagens, e recursos para a melhoria das pastagens existentes.

Atualmente se analisa que esta conquista foi de grande relevância para os trabalhadores, interferindo diretamente na qualidade de vida dos mesmos, pois com a conquista da terra a sustentabilidade das famílias assentadas só tende a aumentar.

EDUCAÇÃO

No campo da educação, já engajamos uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvida no campo. Porque se trata de educar as pessoas como sujeitas, ou seja, fazer uma educação que forme, cultive suas identidades, sua alta estima, seus valores e saberes populares.

Sabemos que a educação do campo é direcionada para educar e reeducar o povo que vive no campo. Aprendemos também que para fazermos juízo a nossa identidade e das nossas lutas comuns, em nenhum momento sequer podemos apagar nossas diferenças ou ignorar nossa identidade e nossa cultura construída por toda uma vida.

Para nós, como educadores e educadoras, a educação é compreendida por todos os processos sociais de formações das pessoas como sujeito do seu projeto de vida. O objetivo do nosso trabalho está todo vinculado no ser humano, precisamos nos assumir como trabalhadoras e trabalhadores da formação humana e, ao mesmo tempo, compreender que a educação e a

escola do campo estão na esfera dos direitos humanos, direitos das pessoas que vivem no campo.

A educação do campo há muito tempo vem se desenvolvendo por vários lugares, através de programas educacionais. Porque não se trata só de garantir a terra, mas de fomentar iniciativas voltadas para a educação, marca da nossa existência e uma herança que o MST deixará para seus descendentes. Voltada para a construção de um novo jeito de ser humano, uma obra educativa pensada desde por/desde os lutadores sociais que fazem a história da humanidade. Enraizamento no passado e projeto de futuro que será realizado através da educação.

SAÚDE

No P.A Amazônia, até hoje, a questão da saúde ainda é precária, pois não existe posto de saúde. As únicas ações preventivas são realizadas pela FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) e pelo o agente comunitário do PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde) e funcionam de forma bastante precária.

Quando os assentados adoecem, às vezes são transportados em redes ou eventualmente em caminhões madeireiros e caminhões pau-de-arara à cidade de Buriticupu, onde quase sempre não são atendidos sobre o argumento de que o assentamento pertence a outro município, o que desobriga o município de atendê-los.

Os casos de doenças mais comuns no assentamento até hoje são: dermatose (doença da pele), leishmaniose, pneumonia, hanseníase e verminoses. No P.A Amazônia ocorreu um surto de malária com trinta e cinco casos registrados e dois óbitos, no período de 1999 a 2002. Doenças como febre, dores de cabeça, gripes, diarreias são combatidas com ervas medicinais que os assentados cultivam em canteiros, como: boldo erva cidreira, capim santo, anador e outros mais.

SEGURANÇA

Em todo o P.A Amazônia não é trabalhada a questão da segurança, pois o assentamento está numa distância de 222 km da sede do município. Nos casos de desavenças entre os assentados, na maioria das vezes, são chamados os líderes das comunidades para levar uma solução aos problemas, que são resolvidos da melhor forma possível.

Os casos de desentendimentos geralmente nos bares do assentamento são resolvidos na base da conversa, que, às vezes, não funciona e acaba terminando em morte. Há vários casos de óbitos que não são investigados pela polícia e os réus continuam soltos.

CULTURA E LAZER

Como o P.A Amazônia agregou pessoas de muitas regiões e estados diferentes, com hábitos e culturas distintos isso fez com que as pessoas perdessem as culturas de suas regiões, a herança de seus ancestrais, gerando muitos problemas sociais para as Agrovilas do P.A Amazônia.

Com isso, muitos jovens não tiveram a honra de conhecer diversas culturas existentes nos seus estados de origem. A falta de políticas públicas de cultura, coordenadas pelo o governo municipal e estadual, também é um grande problema. Muitos jovens acabam caindo no mundo das drogas por não terem o conhecimento da real situação, e com isso causam muito pânico nas Agrovilas. Moradores passam a não confiarem nos seus próprios vizinhos, que convivem todos os dias, gerando um atrito dentro das Agrovilas. E alguns atos de comemoração, que acontecem dentro das Agrovilas, muitos dos assentados acabam não participando.

No P.A Amazônia existe alguns tipos de lazer, como a prática de futebol e voleibol, que são praticados sem apoio técnico. Há no assentamento

duas igrejas, a católica e a Assembleia de Deus. São realizados cultos todas as noites na igreja católica, além dos terços aos domingos, também são comemoradas algumas datas festivas como: Domingo de Ramos, Páscoa, Semana Santa, Natal, Aniversário, Carnaval, Festa Juninas, sete de setembro. O padroeiro do assentamento é Santo Antônio, também comemoram o mês de maio, que é o mês de Maria, com brincadeiras, amigo invisível, com festa de forró pé de serra e reggae.

No dia 29, do mês de junho, é comemorado o aniversário do assentamento. Nesta data, são convidadas as comunidades vizinhas para um torneio de futebol masculino, adulto e juvenil. À noite, uma grande festa é organizada por alguns assentados (donos de bares).

MORADIAS

O Assentamento Amazônia tem um total de 161 famílias assentadas. Em 2000, foram criadas as vilas, mesmo assim, as condições de moradias nelas são precárias, sendo que as casas foram construídas em locais insuficientes e fora dos padrões contratuais, comprometendo assim a segurança das mesmas e causando descontentamento dos seus proprietários. Algumas moradias foram construídas no topo de uma serra íngreme e de difícil acesso. Sendo que o orçamento de cada unidade habitacional é de R\$ 25.000. Cada casa possui 48 metros quadrados de área, com quatro cômodos e um banheiro interno que não é utilizado por falta de água.

Somente em 2008 foi aprovado o projeto de restauração das casas, na Vila Jacutinga. O P.A Amazônia foi contemplado com o programa do governo federal “Luz Para Todos”. Sendo que apenas três vilas foram contempladas, a Vila Maranhão ficou fora do programa. Na época da instalação da energia houve uma forte reclamação por parte dos assentados, pois a energia era para ser trifásica (com três fases) e foi instalada com apenas duas fases, ou seja, bifásica.

→
Assentamento P.A
Amazônia. Fonte:
arquivo pessoal da
comunidade



SANEAMENTO BÁSICO

Duas vilas já foram contempladas com um projeto do governo federal para a construção de dois poços artesianos. A obra foi deixada pela metade por falta de compromisso e responsabilidade da firma que ganhou a licitação. Pois, não tem água encanada nas casas, as famílias assentadas utilizam água das cacimbas para o consumo sem nenhum cuidado específico para a prática do dia-a-dia.

Outro problema grave que há no P.A Amazônia é que a maioria das famílias assentadas não tem fossas nos quintais. E quando chove, as fezes acaba sendo carregadas para dentro dos brejos, prejudicando as cacimbas que são feitas perto do mesmo, sendo que essa água é consumida pela a população no dia-a-dia.



←

Meio de transporte muito utilizado, denominado pau-de-arara. Arquivo pessoal comunidade

MEIOS DE TRANSPORTE

Por não contar com o transporte coletivo, o deslocamento até a cidade de Buriticupu é feito por caminhão popularmente chamado de pau-de-arara, que faz o trajeto da vila Bom Jesus até Buriticupu, sendo um percurso de 58 km. Mesmo fazendo viagens em dias incertos, o caminhão mantém o compromisso com a comunidade. Em casos de doenças ou acidentes no assentamento, o caminhão está disponível para socorrer a pessoa até a cidade de Buriticupu.

Nos dias que o caminhão está quebrado, os assentados são obrigados a andarem uma distância de aproximadamente 10 km para conseguir outro transporte que faça o trajeto de Buriticupu ao povoado Aeroporto. Mas muitas vezes, o carro não está na comunidade e as pessoas são obrigadas a pegarem qualquer transporte que passar em direção à cidade, inclusive os caminhões madeireiros carregados de madeiras ilegais.

No assentamento, encontra-se uma grande quantidade de motos na posse dos assentados utilizadas para o transporte até a cidade. Outro meio de

transporte são os animais como: cavalos, burros e jumentos, que as pessoas utilizam para fazer trajetos até a vila Varig, com o objetivo de encontrar outro transporte.

CRÉDITO RURAL

O P.A Amazônia que, no seu início contou com 30 sócios na Associação de Pequenos Agricultores da Vila Quilombo dos Palmares, teve como primeiros dirigentes: Antônio Marques, Antônio Costa, Maria Da Luz, Manoel Lopes, Francisco Rodrigues e outros. Essas lideranças enfrentaram uma longa jornada de luta e sacrifício, mas por uma boa causa, em busca de melhorias de condições para a comunidade. Os dez anos de luta tiveram sucesso através da associação. Foram conseguidos os créditos via INCRA, como fomento, habitação e também crédito via Banco do Brasil e do Nordeste, específico o PRONAF, que é uma linha de crédito financiada para agricultura familiar visando melhorias de renda para as famílias.

É importante ressaltar que cada projeto realizado no P.A Amazônia teve a colaboração da equipe técnica do ATES (Programa de assistência técnica nas áreas de assentamento), para benefício de cada assentado que foi contemplado com o programa.



→
Criação de vacas
no assentamento.
Arquivo
pessoal da
comunidade



Criação de cabras.
Arquivo pessoal da
comunidade

A maioria dos assentados optou pela criação de bovinos. o que contribui com a geração de renda influenciando diretamente na vida das famílias. No assentamento, algumas famílias não foram beneficiadas devido a problemas como documentação pendente, mas os demais tiveram a ousadia de serem beneficiados com os projetos que o P.A foi contemplado.

ASPECTOS PRODUTIVOS DO P.A AMAZÔNIA

O sistema produtivo do PA Amazônia é baseado na agricultura, na pecuária e no extrativismo. Para a agricultura cada família costuma cultivar de dois a cinco hectares, em que a força de trabalho consiste na mão de obra familiar. Os agricultores utilizam a produção dos roçados na alimentação das famílias e vendem o excedente para a comercialização na sede da cidade mais próxima, que é Buriticupu, suprimindo assim outras necessidades das famílias, como remédios, e outros.

No assentamento, a pecuária aos poucos vem crescendo a partir das realizações de crédito do PRONAF. O programa abrange diversas áreas como, bovinocultura, caprinocultura, piscicultura, apicultura e outros; mas a

maioria dos assentados, optou pela pecuária. O desenvolvimento da criação tem melhorado a qualidade da alimentação do assentamento e as condições de vida das famílias, proporcionando maior poder aquisitivo de compras e vendas.

→
Mata. Arquivo
pessoal da
comunidade



BURITICUPU

→
Mata. Arquivo
pessoal da
comunidade



SITUAÇÃO ATUAL DA COMUNIDADE VILA BOM JESUS, P.A. AMAZÔNIA

Nos dias atuais, algumas coisas sofreram modificação, como o número de famílias que reduziu drasticamente, as pessoas estão indo embora em consequência do êxodo rural, para isso vendem suas terras para fazendeiros ou para agricultores da região, saem em busca de um futuro melhor e para dar uma educação aos seus filhos. Outro problema que podemos dizer que ninguém esperava, sobre questões fundiárias, foi a descoberta de que algumas comunidades incluindo o P.A. Amazônia, estão na área da Reserva Biológica do Gurupi (REBIO) cujo seu papel é preservar o bioma amazônico com uma área de 271.197,51 hectares, conforme o Decreto de n. 95.614, de 12 de janeiro, de 1988, criado pelo instituto Chico Mendes.

A reserva biológica abrange os municípios de Bom Jardim, Centro Novo do Maranhão e São João do Caru. Os boatos entre os moradores estão gerando conflitos entre os mesmos e o INCRA, órgão federal da administração pública brasileira. Então o futuro dos moradores da comunidade é incerto, pois não se sabe qual vai ser a decisão do mesmo.



FUNERAL DE UM LAVRADOR

esta cova em que estás, com palmos medida
é a conta menor que tiraste em vida
é a conta menor que tiraste em vida
é de bom tamanho, nem largo nem fundo
é a parte que te cabe deste latifúndio
é a parte que te cabe deste latifúndio
não é cova grande, é cova medida
é a terra que querias ver dividida
é a terra que querias ver dividida
é uma cova grande pra teu pouco defunto
mas estarás mais ancho que estavas no mundo
estarás mais ancho que estavas no mundo
é uma cova grande pra teu defunto pouco
porém mais que no mundo te sentirás largo
porém mais que no mundo te sentirás largo
é uma cova grande pra tua carne pouca
mas à terra dada, não se abre a boca
é a conta menor que tiraste em vida
é a parte que te cabe deste latifúndio
é a terra que querias ver dividida
estarás mais ancho que estavas no mundo
mas à terra dada, não se abre a boca

- francisco buarque de holanda e joão cabral de melo neto



**EM CORO
EXIGIMOS
QUE NOS
DEIXEM PASSAR:
TEXTO COLETIVO SOBRE
IMPACTOS E VIOLAÇÕES
DOS DIREITOS DE QUEM
MORA ONDE CORTA O
TREM**

Ainá Oliveira da Silva
Antonio Bruno Abreu Fernandes
Jesiele Santos de Oliveira



“Desde criança acompanho de perto as lutas da minha comunidade através do envolvimento do meu pai nessas lutas.

Todo desenvolvimento que tem na nossa comunidade foi conquistado através de lutas. Primeiro, houve a necessidade de nos organizar, então foi criada a Associação dos Pequenos Agricultores dos povoados Campo do Carmo e Capim-Açu. Através dessa organização, conquistamos um

pequeno projeto habitacional, onde foram construídas as primeiras casas de alvenaria nas nossas comunidades, beneficiando 25 famílias, conquistamos a posse do território onde está localizada a comunidade Campo do Carmo e parte de Capim-Açu, conquistamos o projeto que implantou energia elétrica, melhoria de caminhos de acesso, entre outros.

Para cada conquista, uma luta, são histórias que estão registradas no livro de ata da associação.

Durante esse processo de luta e resistência, ainda temos que lutar e resistir aos impactos sociais e ambientais causados pela implantação da EFC (Estrada de Ferro Carajás), que divide nossas comunidades ao meio, violando nosso direito de ir e vir com segurança, e causando vários outros impactos negativos às nossas comunidades.

Em 2015, a convite de Bruno Fernandes, comecei a participar do curso de FORMAÇÃO POLÍTICA.

O curso de FORMAÇÃO POLÍTICA foi fundamental para meu engajamento nas lutas da minha comunidade, pois me possibilitou formar uma visão mais crítica sobre o que acontece ao nosso redor e influenciar diretamente nas nossas vidas e nas vidas das gerações futuras.

No curso de FORMAÇÃO POLÍTICA, tive a oportunidade de trocar experiências de luta e resistência com outras pessoas e conhecer de perto a realidade de outras comunidades que também são impactadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista e opressor implantado no nosso país. Além da troca de experiências, foram momentos de fortalecimento, de troca de sentimentos que nos remetem ao cuidado pelo outro, ao respeito às diferenças, ao respeito pelo próximo, enfim, ao amor ao próximo e pela natureza.

A formação política também me possibilitou aprofundar meus conhecimentos sobre direitos da sociedade civil e os deveres do Estado, me impulsionando pela busca da garantia dos direitos. Hoje posso dizer que sabemos quais órgãos devemos recorrer na busca da garantia dos direitos de cidadãos.

Por fim, externo minha gratidão à Rede Justiça nos Trilhos e ao GEDMMA-Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente pela iniciativa de desenvolver esse curso de FORMAÇÃO POLÍTICA e principalmente por voltar seus olhares para nossas comunidades que muitas vezes são esquecidas, valorizando nossas lutas, nossa cultura, nossas diversidades, nossa gente. E dizer aos companheiros que a luta não vai parar enquanto houver desigualdade social, racismo, machismo, homofobia, genocídio, provocado por esse modelo de desenvolvimento e sistema capitalista opressor... Haverá LUTA... E nossa força está na nossa união”.

– Jesiele, jovem liderança da comunidade de Capim Açú, 2019



“Nossa formação política tem muitas lembranças boas e positivas, mas quero registrar uma das atividades que foi em Igarapé do Meio, quando surgiu a Rádio Pinga Pinga, que hoje é um grande coletivo que tem como meta informar as notícias do Corredor Carajás, a cultura e a realidade das comunidades, através de críticas e poesia do cotidiano da comunidade.

Lembro de uma mística em que foi tecida uma teia com barbante, todas as comunidades seguraram uma ponta e foram montando a teia, ajudando uma outra sem deixar cair.

A Formação Política também me ensinou a respeitar as pessoas, as ideologias e a cultura de cada comunidade onde aconteceu as atividades de formação com seus variados temas. Quero também registrar a presença de um grande lutador e parceiro, Pedro Vale (Neco), que nos ensinou muito, com sua experiência, compartilhando suas histórias de lutas e caminhada.

Foram anos de experiência, vivência e aprendizados sobre as comunidades, as realidades, os desafios e os processos de luta. Na escola, pude convidar algumas pessoas como Jesiele, Aline, Magno e Neco. Assim, abrimos



←
Formação
Política em
Arari, 2014.
Arquivo rede
Justiça nos
Trilhos

→
Formação
Política em
Arari, 2015.
Arquivo rede
Justiça nos
Trilhos



espaços pras comunidades aqui de Arari, pra conhecer a rede Justiça nos Trilhos e assim também poder colocar os desafios de suas comunidades. Foi uma experiência muito boa e agradável, cheia de desafios mais de muito amor e garra.

Hoje, graças a Deus, Arari tem comunidades como Capim Açú, Campo do Carmo, Boca de Mel, Mutum II, Carneiro que estão na luta e alguns jovens entraram na etapa nova da escola de ormação política, fruto do trabalho feito pela primeira escola.

Quero lembrar as culturais que permitiam mostrar a cultura local de cada comunidade. Aprendemos a dançar quadrilha, tambor, dança do coco ...

Então, a Formação Política foi esse aprendizado, uma grande escola que está presente na memória das comunidades, dos alunos, nas ações do dia a dia e nas lutas que ainda continuam viva no coração e ação de cada um, agradeço muito a Deus pela oportunidade que tive de poder participar e ter amigos-irmão de caminhada e de luta”.

– Bruno Fernandes, jovem liderança da cidade Arari, 2019



IMPACTOS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DE QUEM MORA ONDE CORTA O TREM

Nós, das comunidades Capim Açú, Campo do Carmo I e II, localizadas no município maranhense de Arari, distante 162 km de São Luís, na região da Baixada Maranhense, viemos por meio deste texto expor alguns dos principais problemas que nos atingem cotidianamente, no intuito de tornar visível nossa situação. Nossa luta busca a responsabilização da empresa Vale e do Estado pela redução e reparação dos danos que temos sofrido pela falta de políticas públicas que atendam às necessidades das pessoas que moram nesta região e que por aqui estavam antes do trem chegar.

Nossas comunidades foram atravessadas pela linha férrea. da empresa Vale, na década de 80 e desde então temos nosso cotidiano atingido de muitas formas, gerando muitas dificuldades que prejudicam desde nosso direito de ir e vir, até a reprodução de nosso modo de vida tradicional, dificultando nossas dinâmicas de produção de alimento como a pesca e a criação de porcos.

Necessitamos de medidas urgentes que garantam nossa sobrevivência e segurança, em defesa de um dos nossos direitos mais básicos, que é o de viver, e que sofre constante ameaça a cada vez que por aqui passa o trem.

ISOLAMENTO E INSEGURANÇA

São 112 famílias, cadastradas por nossa agente de saúde, morando na região da qual viemos falar, onde ficam as comunidades Campo do Carmo II, Baixa Funda, Passa Bem e Capim Açu. Ainda moram mais três famílias, que como ainda estão construindo suas casas, não constam nos registros da agente de saúde, mas fazem parte desse lugar e também passam todos os dias pelas dificuldades que viemos relatar.



→
Criança olhando
o trem passar,
passagem de
nível construída
por moradores
de Capim Açu,
2016. Arquivo
rede Justiça nos
Trilhos

Vivem essa realidade também as cerca de 80 famílias que moram em Campo do Carmo I e Laranjeiras, e mais a população de Olho D'Água, Marajá e Puçã da Beira, que fazem parte da mesma região.

Acreditamos que só essas informações apresentadas até aqui, já representam o quanto se faz necessário investir em uma travessia segura e eficiente para garantir nosso direito de ir e vir. É preciso considerar que o trem passa em média 40 a 60 vezes por dia, e que o tempo que ele leva passando é em média de 5 minutos, são aproximadamente 5 horas que temos que ficar esperando o trem passar para poder atravessar. É um tempo valioso que se perde, pois, muitas vezes, o ônibus escolar que vem buscar os alunos – que diga-se de passagem, é conduzido por motorista sem habilitação, não possui capacidade para levar todos os alunos, tem a porta amarrada por uma corda para poder fechar, não tem cinto de segurança, dentre outras irregularidades – acaba não aguardando os alunos que ficam isolados do outro lado da ferrovia enquanto o trem está passando.

Esta situação de espera é ainda mais grave quando se trata de situações em que necessitamos de atendimento de urgência e emergência de saúde. Isso porque, no caso de Capim Açú, por exemplo, o posto de saúde mais próximo fica a 5 km de distância, em Moitas. É triste relatar, nunca



←
Jovens
estudantes
andando sobre
a ferrovia
em frente a
comunidade
Capim Açú,
2018. Arquivo
rede Justiça nos
Trilhos

→
Esta foto é
da passagem
utilizada como
travessia pela
população de
Barbados, 2018.
Arquivo rede
Justiça nos
Trilhos



esqueceremos casos, como o de uma moradora que teve que dar à luz à uma criança, na beira do trilho, esperando o trem passar. Seu filho, com mais de 18 anos, ainda é chamado de Ferrovia.

É muito importante ressaltar que, com inaceitável frequência, o trem estaciona em frente à comunidade interditando por longo e indeterminado tempo a passagem de nível construída pela comunidade. Não há condições de contornarmos o trem para realizar a travessia, já que há composições com mais de 3km de extensão e por isso, muitas são as vezes que as pessoas, principalmente crianças, buscam fazer a travessia passando por baixo do trem, colocando em risco suas vidas.

Outro agravante é a duplicação da ferrovia, que já está ativa e nos traz o desafio de atravessar com mais trens passando e que seguem nos dois sentidos, às vezes, simultaneamente, o que provoca confusão na percepção e nos sentidos da pessoa que atravessa a ferrovia sem se dar conta da presença do trem que passa por traz do que ela está vendo.

A passagem de nível, pela qual transitamos, é muito íngreme e sem asfaltamento, dificulta a estabilidade e provoca o deslizamento de carros e motos quando estão atravessando. Em Barbados, onde tem uma passagem de

nível não regulamentada, cerca de 15 famílias ficam completamente isoladas no período de chuva. Desta comunidade crianças se deslocam todos os dias, de manhã e de tarde, para chegar à escola em Capim Açú. Campo do Carmo I e Campo do Carmo II, também sofrem isolamento durante o período de chuvas.

Para garantir nosso direito de ir e vir, entendemos que é necessária a construção de um viaduto, pelo qual estamos nos mobilizado e reivindicando há dezoito anos. É uma medida básica, que foi colocada como condicionante pela ANTT para que a Vale possa renovar sua Licença de Uso da Ferrovia e que nos permitiria além de segurança às nossas vidas, o nosso acesso a outros direitos básicos como saúde e educação.

Para enfatizar o grau de emergência, de gravidade e de insegurança que nossa população enfrenta, ressaltamos que desde que a ferrovia foi construída, atropelamentos vem fazendo parte da nossa história, assombrando nossos pensamentos e sentimentos a cada vez que o trem passa. Há registro de pelo menos oito pessoas que já foram atingidas pelo trem nesta região, destas apenas um sobreviveu, mas ficou profundamente debilitado. Muitos animais já foram mortos pelo trem, só no ano de 2011 registramos 34 cabeças de gado que perdemos para o trem, sem nunca receber qualquer tipo de indenização. Nossos burros, gados, cavalos, porcos, cachorros e galinhas de criação são atropelados com frequência, sem que ninguém receba qualquer indenização pela perda. Inclusive a limpeza dos trilhos após estes atropelamentos, por mais de 14 anos, foi realizada por iniciativa das próprias comunidades, sem nenhum tipo de ajuda da empresa para tal. As cercas de proteção na faixa de domínio não existem mais, por conta de deterioração do tempo, sendo que não há indicativo de pretensão de se construir nova cerca.

Os atropelamentos e a insegurança estão sempre nos rondando. No dia 1º de fevereiro de 2019, mais uma família de Moitas teve o trauma inafiançável de encontrar um ente querido morto na beira do trilho, próximo

à Passagem de Nível para pedestres, que é outra proposta de estrutura ineficiente, de baixo custo, de baixa durabilidade, que não garante segurança à nossa travessia, que nos deixa mais vulneráveis aos riscos de assaltos, que é feio e que parece zombar das nossas necessidades.

No mês de agosto de 2018, a empresa Vale nos pressionou a aceitar a construção de uma passarela para pedestres como solução para uma travessia segura, tendo registrado o feito em ata com a assinatura de 15 pessoas. Contudo, nos arrependemos desta tratativa, pois precisamos de uma passagem que comporte motos e carros, já que de acordo com o que a empresa nos informou, nossa atual passagem de nível será obstruída por um

→

Piso da PNP próxima ao viaduto de Moitas, sem sistema de drenagem da água da chuva e com uma cobra nadando, 2019. Arquivo rede Justiça nos Trilhos



→

Passagem de Nível para Pedestres (PNP) construída próxima ao viaduto de Moitas (construído em 2018). A poucos metros de distância, foi encontrado morto no dia 1º de fevereiro de 2019, o lavrador Antônio Aldino Santos, com várias fraturas pelo corpo. Seguranças da empresa Vale não permitiam pessoas da comunidade, nem mesmo os familiares, se aproximarem do corpo que foi encaminhado para o Hospital de Arari, onde o médico plantonista concedeu o laudo médico que diz que Antônio foi morto à facadas.



muro após a construção da passarela, semelhante ao que foi construído para a estrutura da passagem em nível para pedestres (PNP) de Moitas, após a construção do viaduto. A empresa para nos convencer a aceitar o projeto de construção de passarela utilizou-se de falsas informações – afirmando que a passarela era apropriada para trânsito de motos e pedestres – e pressões psicológicas questionando às mães presentes na reunião se elas não temiam pela vida de seus filhos, que estão em situação de risco ao atravessar o trilho.

Ainda no mês de agosto, analisando melhor a situação, tendo como base o estudo do caso da passarela de Vila Fufuca, em Alto Alegre, nós construímos um documento onde relatamos esta situação e nossa decisão quanto a não aceitação do projeto de passarela, que protocolamos no Ministério Público de Arari, no dia 28 de agosto. No dia 14 de setembro de 2018 a empresa iniciou, contra nossa decisão, as obras de construção da passarela de pedestre, que no dia 22 de janeiro de 2019 desabou, colocando em dúvida o que a empresa nos fala sobre a tecnologia eficiente e segura que utilizaria para garantir nosso direito de ir e vir. Esse fato nos deixa também sem compreender quais os parâmetros que a Agência Nacional de Transportes Terrestres utiliza para avaliar as condições de segurança na ferrovia, que foi considerada muito segura após uma vistoria realizada pela mesma em dezembro de 2018.

Sobre segurança, temos ainda a dizer que a única vigilância que há pela região é destinada exclusivamente à fiscalização e combate ao furto de combustível dos trens da Vale; que estes vigilantes transitam na comunidade em alta velocidade, representando um risco para os demais transeuntes. Além disso, não há iluminação pública nas estradas ao longo da ferrovia, nem mesmo nas Passagens de Nível ou sequer, nas galerias e tuneis que a empresa por vezes já nos sugeriu como solução para travessia segura.

POLUIÇÃO SONORA: PERTURBAÇÃO DA PAZ E DO SOSSEGO

Sabemos que com base em estudos científicos, a Organização Mundial de Saúde classifica como de potencial dano auditivo, ruídos acima de 85 dB e também afirma que ruídos constantes acima de 55 dB já causam algum tipo de impacto no organismo humano, que vão desde a perda de concentração, passando pelo aumento da pressão arterial, insônia, estresse, problemas cardíacos, podendo até a ocasionar prejuízos à saúde mental.

Diante do que vivemos, medimos através do aplicativo de celular “Sound Meter” o barulho provocado pelo trem, a 50 m de distância da ferrovia, em uma das casas de Capim Açú. Verificamos que o som da buzina do trem atinge 87 dB e o ruído do trem passando é de 71 dB. Esse ruído é constante por uma média de 5min, se repetindo em média de 40 a 60 vezes por dia, com intervalos de cerca de 40 min.

A mais de 40 km consegue-se ouvir o som do trem, na Matinha e em Arari Açú. Os barulhos da buzina, do freio e do momento em que o trem dá partida incomodam mais, mas o som do trem se deslocando já é percebido na distância referida.

Quando o trem é estacionado nas comunidades, fica por horas parado, as máquinas do trem não são desligadas. Ficam fazendo este barulho durante a noite, afetando profundamente nosso sono e horário de descanso, que é fundamental para nossa saúde. Ainda tem um sino que perturba muito nosso sossego.

Na escola Doroteia Lima Santos, estudam três turmas no período da manhã e quatro no turno da tarde. As aulas são interrompidas diversas vezes pelo barulho do trem, prejudicando profundamente o desenvolvimento de nossas atividades e o desempenho de nossos alunos e professores.

O sobrinho de José Neto, tinha 19 anos, quando foi assassinado pelo trem, e o som do trem sempre nos lembra das perdas. O som do trem perturba nossa paz, porque temos consciência da proporção sem medida de injustiças que esse empreendimento tem trazido para nossas vidas e para as pessoas de mais de 100 comunidades por onde passa este trem. Não conseguimos calcular, nem explicar o peso do que sentimos com o barulho do trem, por isso recomendamos a leitura da poesia “Tem gente com fome”, de Solano Trindade, que fala um pouco dessa dor.

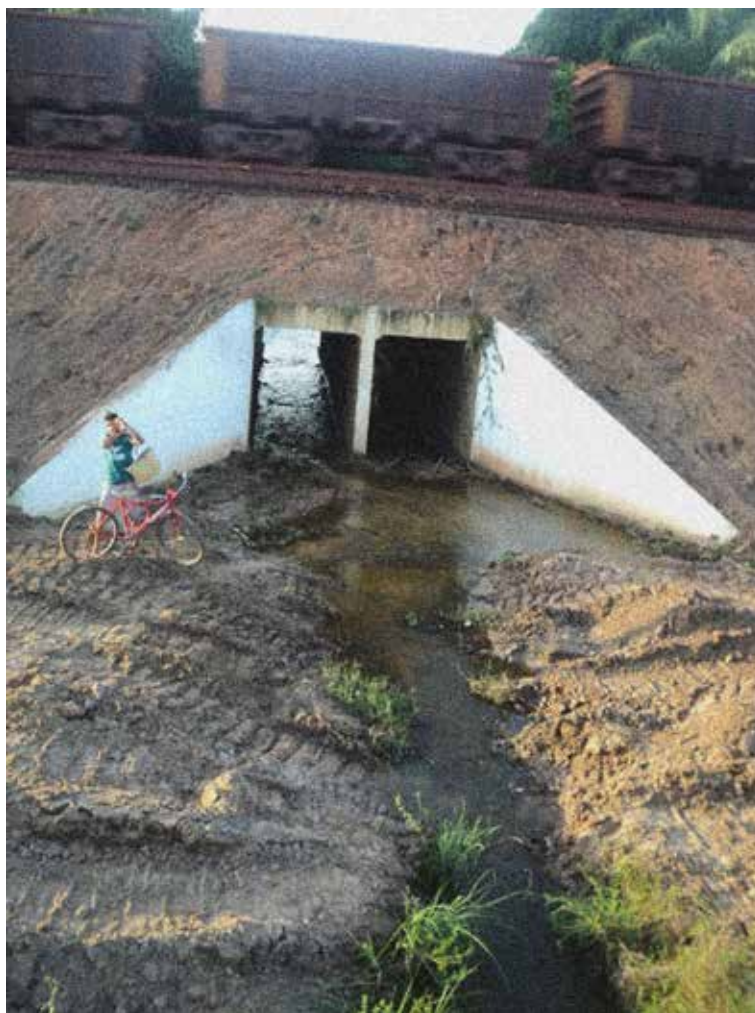
ACESSO À ÁGUA, IMPACTOS AMBIENTAIS E GARANTIA DO NOSSO MODO DE VIDA

“Em julho de 1979, o ruído do trator era medonho, estávamos quebrando coco quando ouvimos a zoadá do trator. Ninguém perguntava nada... parece que eram donos de tudo! desde então é um inferno!” é o que as senhoras que vivem aqui há mais tempo nos contam.

A construção da ferrovia destruiu grande quantidade de palmeiras de coco babaçu. A quebra de coco era em mutirão, com rotatividade de dias, era algo forte na nossa tradição. A quebra de coco hoje em dia aqui é rara e mais individual.

Antigamente, as casas eram cobertas de palha, mas as palmeiras foram devastadas pela construção da ferrovia. Hoje as casas são cobertas de telha e é tarefa diária dos que moram mais próximo da ferrovia, colocar no lugar as telhas que se movem por conta da trepidação causada pela passagem do trem. Tem vezes que esse reparo tem que ser feito mais de uma vez ao dia.

A trepidação pode ser percebida com facilidade na estrutura da casa a 300 m de distância da ferrovia, pois as telhas se deslocam e rachaduras são provocadas nas casas e na escola. Situação que se agravou desde a duplicação da linha férrea.



→
Pescador no
igarapé Capim
Açu, 2015.
Arquivo rede
Justiça nos
Trilhos



Igarapé Capim
Açu durante
as obras de
duplicação da
ferrovia, 2015.
Arquivo rede
Justiça nos
Trilhos

A atividade de quebrar coco babaçu e criação de animais pra nossa alimentação ou venda eventual, quando cada família cria em torno de dois ou três bois brancos, foram profundamente afetadas. Antigamente criávamos galinhas e porcos soltos e isso se tornou impossível devido aos atropelamentos.

Em nossas comunidades, ainda é forte a agricultura familiar de subsistência. Produzimos: mandioca, feijão, arroz, milho, melancia, jerimum, maxixe, quiabo, hortaliças (cheiro verde, cebola, couve, alface, pimentinha de cheiro, pimenta, tomate, vinagreira).

Outra grande interferência no nosso modo tradicional de viver, que influencia diretamente na nossa segurança alimentar é que com a chegada do trem, muito foi alterado na estrutura dos igarapés e dos campos. A ferrovia construiu uma barragem que assassinou nossos igarapés. A construção da ferrovia jogou dentro dos igarapés muitas pedras, terra, ferragem e dormente.



O igarapé Serraria teve seu curso desviado e nele foram construídos bueiros que não dão conta de sua vazão, que antes acontecia numa área de aproximadamente 25m de largura e agora é de 4m. No igarapé Serragem, a Vale construiu uma ponte que não resistiu ao inverno, desabou e contribuiu para seu aterramento. No Igarapé Taquara, colocaram um tubo na estrada que não é adequado para sua vazão, o ideal seria uma ponte, assim, a estrada será novamente rompida pela força das águas no inverno e mais aterro será espalhado em seu curso. Após a construção da ferrovia, as comunidades que ficam na extensão do lado direito da ferrovia, no sentido de quem vai pra São Luís, alagam no período de inverno, de janeiro a junho, de modo que os bois ficam sem alimento e as roças são destruídas. A Vale tirou terra para fazer aterro das estradas e o buraco que ela deixou contribuiu para o aterramento do Puçã, a força da água criou buraco perto do túnel e entupiu o igarapé.

São terríveis e assustadoras as alterações que foram feitas no nosso meio ambiente e consideramos que seria necessário estudos científicos de especialistas para entender e descrever a proporção dos impactos negativos que a ferrovia trouxe para a natureza desta região. O que observamos é que tudo isso diminuiu em aproximadamente 60% a quantidade de peixe que pescávamos, pois o peixe vem do rio Mearim em direção aos campos no período de chuva, mas está com seus caminhos obstruídos.

Capim Açú é o nome de um dos igarapé que vem sendo assassinado, ele que dá nome a uma de nossas comunidades.

Em toda essa região não há água encanada ou qualquer sistema de abastecimento de água público. Em alguns povoados, a situação ainda é mais crítica, como em Capim Açú, do lado direito da ferrovia, no sentido do trem que vai para São Luís, onde a água é salobra por estarem mais próximas às áreas de campos alagados. Assim, a população de Capim Açú necessita atravessar diariamente a ferrovia em busca de água potável. Já em Campo do Carmo I, a população se empenhou várias vezes na construção de poços que desmoronaram devido o tipo de terra da região, que não resiste a trepidação do trem.

A empresa Vale iniciou a implementação de um projeto de construção de cisternas nas comunidades que não resolvem nosso problema, já que necessita de água da chuva para serem abastecidas, e aqui não chove durante o verão. Além disso, a empresa suspendeu a construção das cisternas, por avaliar que a estrutura das mesmas seriam prejudicadas pela trepidação causada pelo trem.

O processo de construção de cisternas fez parte do Projeto “Casa Saudável” da Vale, em que a empresa garantiu o material de construção, sem garantir uma equipe de trabalhadores pagos para estas obras, deixando este serviço como contrapartida da comunidade. Não consideramos isso justo, visto que: a empresa está em dívida com as comunidades, este projeto não foi escolhido por nós, que a empresa possui recursos para arcar com as obras de compensação e que estas obras e projetos não são favores, mas sim direitos nossos, que não estão sendo atendidos de modo adequado.

Nossa comunidade considera essa problemática mais uma situação de emergência. Não dispomos de sistema de abastecimento de água encanada público, e este é um recurso fundamental para nossa sobrevivência, um direito da população e um dever do Estado.

Outra situação grave, é que a Vale circula com os vagões do trem descobertos, deixando o ar que respiramos contaminado por fuligem, provocando problemas respiratórios e problemas de pele. E quando o minério vem molhado, por chuva ou por iniciativa da empresa, a água que escorre do trem, contamina a água dos campos e córregos da região.

A criminalização é outro grande problema que as lideranças comunitárias têm enfrentado na lógica de intimidação de manifestações populares pela reivindicação de direitos. Isso porque tem sido prática da empresa processar civil e/ou criminalmente pessoas que participam de protestos.

No dia 07/08/2017, as comunidades da região de Moitas realizaram um protesto na Estrada de Ferro Carajás (EFC), exigindo melhorias nas travessias da ferrovia. Na ocasião, a Justiça nos Trilhos (JnT) decidiu deslocar-se ao local por meio de uma advogada e uma jornalista, escolhendo como estratégia acionar a Defensoria Pública do Estado (DPE) e a Promotoria para intervenções diretas no conflito.

Representantes da empresa e da prefeitura de Arari acabaram conseguindo estabelecer um acordo com as comunidades. Ainda assim, a JnT convidou o defensor público responsável e ele se dirigiu ao local do conflito e se reuniu com os presentes, fazendo ressalvas sobre a ata que registrou o acordo de forma muito genérica (sem especificar compromissos e prazos).

Dias depois, receosa de que a conclusão da duplicação da linha férrea inviabilizasse o cumprimento do acordo firmado no dia 07/08/2017, a comunidade fez nova manifestação, sendo surpreendida posteriormente com uma decisão judicial determinando o imediato desbloqueio da ferrovia e proibindo novas manifestações. No processo, dez moradores, incluindo Jeiele, constam como réus.

A JnT acompanhou o atendimento na Defensoria Pública da União (DPU) de quatro das dez pessoas processadas na referida ação judicial (em curso na Justiça Federal), no intuito de que o órgão assumisse a defesa processual delas, e desde então, iniciou junto à comunidade a construção de um relatório de demandas urgentes da população da região de Moitas, município de Arari, e de danos decorrentes das atividades da empresa Vale S.A. na região, que aqui em parte socializamos com essa narrativa.



UM NOVO AMANHÃ

ficamos quantas vezes sonhando, delirados numa opulência infinita, querendo fazer de nossa vida cotidiana um sonho, um adormecer,

esquecendo que existimos.

nessa inércia, sem sentirmos a vida, nem a certeza que um novo amanhã, surge a cada dia, mais vivo, certas de esperança.

um novo amanhã... certa de um novo viver.

é a natureza florescendo, crescendo, vivendo. é a mão divina num sublime poder infinito,

transformando o mundo a cada amanhecer.

é sempre uma esperança a se colher, dentre os campos líricos do amor, da vida, enfim, é ter sempre a vontade de se conhecer que um novo amanhã é a certeza que viveremos ontem.

- José Silva Fernandes, poeta arariense.
"minhas poesias, escritos inquietos"



ARARI





TERRITÓRIO DE PARTILHA: contos, cantos e encantadas

Alberto Cantanhede Lopes
Clara Fernanda da Silva Costa
Carla Cristina Barros Pinheiro
Francivânia Gonçalves Silva
Rosana Mesquita
Ruan Mesquita Moraes



“Cansados de esperar, nos reunimos, comunidades, entidades, ONGs e movimentos sociais, para decretar politicamente a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, em 17 de maio de 2015, uma data muito importante para legitimar a luta pelo território. Somos comunidades tradicionais em que muitos ainda vivem do extrativismo, com seus pescados, suas plantações, animais de caça e silvestre. Habitamos essa área que ainda não foi destruída pelo grande capitalismo. Queremos um modo de vida digno e com tranquilidade, não queremos sair da nossa terra para outro espaço diferente do nosso modo de viver, queremos pisar no chão e sentir a pureza da natureza, comer frutos extraídos direto da natureza, queremos o bem viver.”

– Francivânia Gonçalves Silva

Era uma vez um território livre

O território brasileiro já foi um espaço contínuo, sem fronteiras internas, livre para o vai e vem de pessoas e grupos que por aqui viviam, até a chegada de representantes de outros continentes e costumes, que tomaram de “assalto” as terras para si, impondo o início de uma nova forma de ocupação. Interrompendo assim, a rotatividade no cultivo da terra para a produção de alimentos. Agora um país continental, governado à distância, quando da invasão portuguesa, e cujos “missionários” perseguiram os grupos nativos em nome do governo e até de Deus, com “eficiência”, encurrala os originários em pequenos espaços, acrescidos por outros grupos também vitimados, nos hoje chamados territórios tradicionais. Agora ameaçados pelo neocolonialismo.



Território de luta



← ←

Porto do Taim,
2014. Arquivo
Gedmma

←

Jovens do Taim
reivindicam a
criação da Resex
de Tauá-Mirim,
data 2012.
Fonte: GEDMMA

A comunidade do Taim está localizada a sudoeste da ilha de São Luís – MA, na zona rural 2. É uma comunidade centenária, fruto da luta e da resistência para permanecer na terra. A partir dos anos 90, quando fomos atacados por um grileiro, iniciamos o processo de luta mais forte. Percebemos que os ataques já eram reais desde o final dos anos 70, com a implantação da Alcoa.¹ Foi necessário que nos organizássemos para unificar a luta, buscando outros parceiros nas comunidades vizinhas e nos movimentos sociais existentes na época, tínhamos como um dos grandes mobilizadores a igreja católica. A permanência nesse espaço que nós, filhos do Taim, entendemos como sagrado, faz com que nossa luta não seja somente pela terra, e sim pela vida.

A comunidade do Taim tem como padroeiro São Benedito, santo forte,

¹ Empresa de Alumínio, que no Maranhão se chama Alumar – Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A., quando foi implanta em 1984 produzia alumínio primário, alumínio transformado e alumina. Explora Bauxita no oeste do Pará. Atualmente, a Alumar está produzindo somente alumina em São Luís.

guerreiro, humilde e preto, que todo ano é homenageado no festejo com muita festa e tambor de crioula, conhecido como tambor da resistência. Com muitos cantos, versos, saias rodadas e muita fé, o festejo é preparado pela União de Moradores da comunidade

Diante das degradações ambientais, em 1996, iniciamos o processo de discussão sobre a criação de uma reserva extrativista para proteger e garantir a vida. O eco da resistência do Taim foi fundamental no território para garantir que as comunidades da região não fossem extintas.

Em meados de 2004, entramos em um novo combate contra a instalação de um polo siderúrgico que queria nos expulsar do nosso espaço. Tivemos que tomar a responsabilidade de mobilizar as comunidades vizinhas para combater novos ataques do Governo do Estado e do grande mal que chegava com força para cima do nosso espaço sagrado. Com uma participação expressiva dos homens e mulheres da comunidade e das mais antigas lideranças, participamos em peso das audiências públicas contrariando os interesses do Governo e das empresas.

TAIM



→
Tambor de
Crioula do
Taim, Sedmma
2015. Arquivo
Gedmma



Mais de longe viemos

A população tradicional hoje radicada no Taim tem suas origens umbilicalmente ligadas à região do Munim. No entanto, o local hoje denominado Taim tem sua história provavelmente nos Tupinambás que deram a este território o nome de Laranjal, depois trocado para Itaim, no processo de repovoamento promovido por uma ordem religiosa da igreja católica.

Segundo os mais velhos, após o esvaziamento forçado dos nativos no período da invasão Europeia, um grupo que conseguiu fugir da escravidão, abrigou-se por aqui e, em homenagem à sua Nação, de origem (Taínos), e às pedras que abundavam neste território, juntaram Ita mais Taínos e formaram Itaim. Com o fim do escravidão no Brasil, os Taínos buscaram outros espaços deixando o Itaim para trás. Com o passar do tempo, pescadores que navegavam por estas bandas, desembarcavam em busca de água e frutos, instalaram ranchos para invernadas e mais tarde trouxeram suas famílias. Isso tem cento e quarenta anos aproximadamente.



←
Mística
Formação
Política Taim,
2014. Arquivo
Gedmma

Território da partilha

→
Sr. Major
fazendo cofo.
Data, 2017.
Fonte: GEDMMA



TAIM

No Taim, o uso da terra sempre foi comum a todos e todas, assim como as tarefas de construção das casas, o cuidado com as crianças, o trabalho com as roças, a coleta e o consumo dos frutos etc.. Os conflitos internos eram inevitáveis, porém eram dissipados sem a intervenção do estado, “sempre arbitrado pelos mais idosos”.

Em 1983 a comunidade viveu um conflito pela posse do território, envolvendo um forasteiro que queria se apossar de um pedaço do mesmo, foi quando decidiram recorrer ao estado para o reconhecimento, demarcação e titulação do mesmo. O reconhecimento ocorreu a partir do ano de 1996, com a portaria de nº 138 de 11 de dezembro, e com o reconhecimento público por parte do governo do estado, sobre a existência desta população neste território. A titulação, no formato de condomínio, registrada no livro de nº 2, do 2º Cartório de Registro de Imóveis de São Luís, em 16 de janeiro de 2001, em nome de 57 cinquenta e sete titulares em regime de cooperação.



Nossa resistência, nossa permanência

Um outro ponto de relevância histórica, da marca da nossa resistência, conquistada pela permanência na terra e pelo fortalecimento do bem viver, é a Reserva Extrativista de Tauá- Mirim. Desde os anos 90, vimos pensando em criar uma unidade de conservação, pois cotidianamente somos atingidos por grandes empreendimentos, que tem invadido a Zona Rural II de São Luís. A reserva de Tauá-Mirim, antes chamada reserva do Taim, foi pensada devido a essas ameaças.

Em 2003, lideranças de várias comunidades da zona rural foram ameaçadas pela instalação de um polo siderúrgico, composto por três grandes usinas siderúrgicas.² Em 2005, reivindicamos ao Governo do Estado, representado por José Reinaldo Tavares, a resex do Taim, mas o governo não nos atendeu. Depois escrevemos uma carta que sumiu, porém o processo não parou por aí, sempre sendo negado.

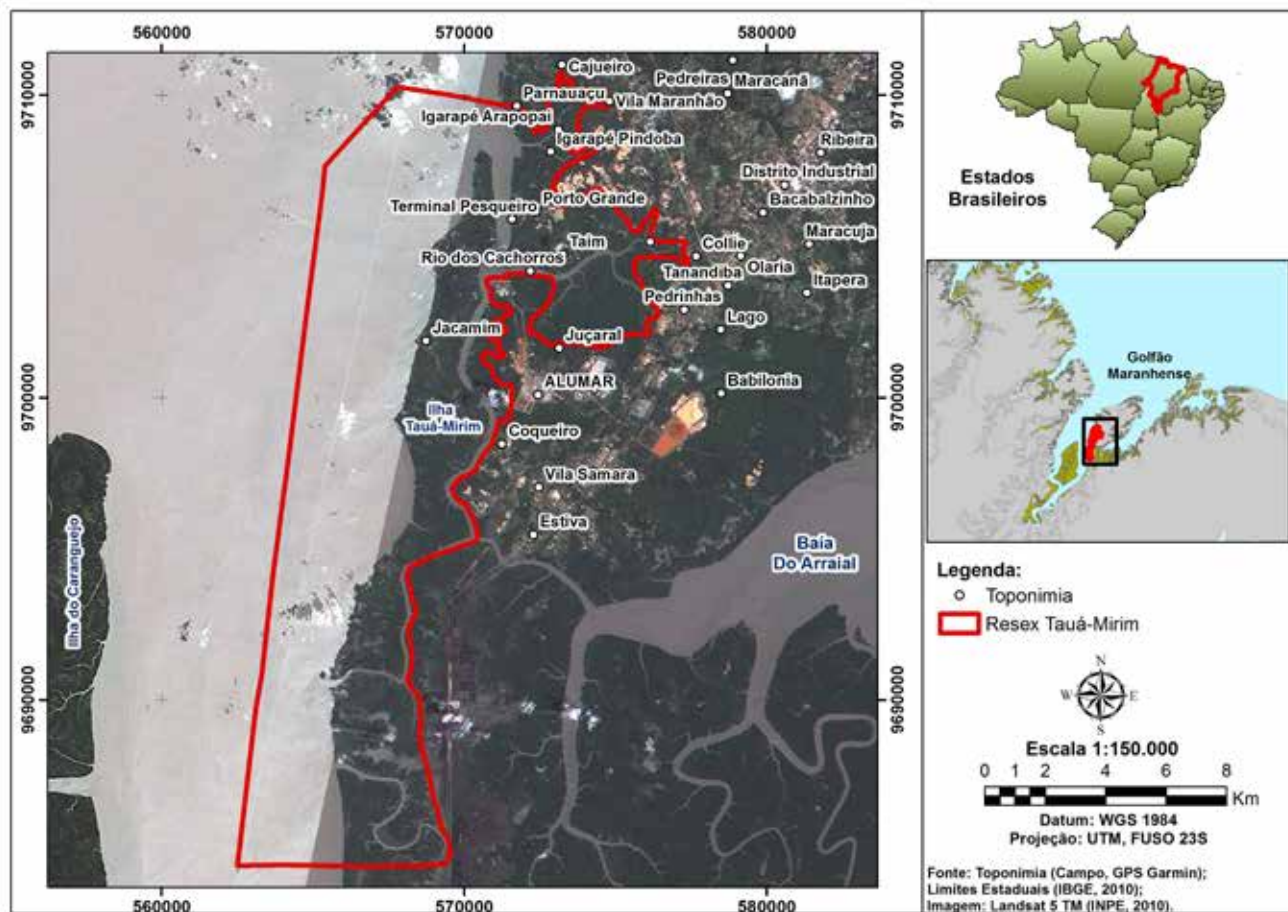
Tivemos que modificar o nome da resex do Taim, porque fomos informados que já existia uma resex com esse nome. Conversando com as outras comunidades pensamos em mudar para resex de Tauá-Mirim. Além disso, tivemos que refazer todo o plano do território, diminuindo os hectares e mesmo assim não houve posicionamento do Governo do Estado.

Então resolvemos decretar autonomamente a criação da resex de Tauá-Mirim. No mesmo dia, criamos o Conselho Gestor da resex, que

² Na época, falava-se do interesse dos seguintes grupos: a chinesa Boosteel Shanghai Group Corporation, a francesa Arcelor, a Sul-Coreana Pohang Steel Company-Posco e a Thyssenkrupp, de capital alemão (ALVES, Elio de Jesus Pantoja; SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes; MENDOÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. In: *Ciências Humanas em Revista*. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2007.v.5, Número Especial. Semestral. p 29-40).

foi composto por 2 ou 3 conselheiros de cada comunidade e parceiros que nos apoiaram em todo o processo de luta para nos manter no território. As comunidades que compõe a RESEX são: Taim, Limoeiro, parte do Cajueiro, parte da Vila Maranhão, Rio dos cachorros, Jacamim, Tauá Mirim, Embaubau, Amapá, Portinho, Ilha Pequena, Porto Grande.

↓
Mapa da Resex de Tauá-Mirim.
Fonte: Clarissa Lobato





O des-envolvimento

As orientações para a vida em sociedades tradicionais “envolvem” ouvir os mais velhos, consultar os símbolos sagrados, observar os movimentos e sinais da natureza para só então tomar uma decisão. A era “moderna” nos impõe tarefas baseadas numa lógica que não dominamos, acompanhada de um conjunto de palavras carregadas de conceitos, preconceitos e significados camuflados. “Desenvolvimento” é uma dessas palavras, que em sua versão inicial significava avanços tecnológicos/metodológicos para a produção de bens de consumo. Relendo-a, constata-se que para uma pessoa ou um grupo ser considerado desenvolvido deve ser treinado(a) para ser autossuficiente, “independente” e competitivo. Nesta versão com camuflagem, fica explícito que este palavrão, de forma direta, significa a negação do envolvimento de um grupo nas ações e ou decisões de seus membros, quando estas ações estiverem relacionadas aos interesses dos mentores ou operadores dos “mercados globais”, ou seja, o sujeito precisa ser arrogante, autoritário, presunçoso e se achar autossuficiente para ser considerado desenvolvido.



A escola, sua missão e os retrocessos

A comunidade do Taim passa a contar com o ensino escolar (ensino fundamental menor), apenas a partir dos anos noventa, com a escola funcionando precariamente na sede da União de Moradores(as) da comunidade. Sede construída para abrigar as reuniões e as comemorações da população em tempos de chuvas, logo, sem o espaçamento e o conforto necessário para o bom funcionamento de uma escola. Mesmo assim, cedida

ao poder público por dois anos, renováveis por mais dois, para funcionar a escola provisoriamente, enquanto a prefeitura providenciava uma sede com as devidas condições. A prefeitura nunca construiu e, desde então, já somam vinte e quatro anos de concessão de uso. Desde 2001, a concessão sequer tem qualquer amparo legal. A exemplo de escolas em outras comunidades, a escola do Taim não cumpre seu papel constitucional, seu funcionamento está atrelado ao esforço da população local e de professores e professoras empenhados(as) em trazer para esta comunidade o básico, no quesito educação, como direito constitucional e, em pleno século vinte e um, a escola continua a atender somente a primeira etapa do ensino fundamental.

Os processos de formação para o exercício da cidadania que deveriam ser ação do Estado, através das escolas, ficam cada vez mais distantes de cidadãos e cidadãs empobrecidos(as) e despossuídos(as) por suas ações e omissões.

“Como contar, neste cenário de ‘analfabetismos’, que submete, quem já é vítima da ambição em nome de ‘deus e do mercado’, às informações produzidas e disseminados por quem as vitimou?”

– Beto do Taim



Territórios ameaçados e resistência

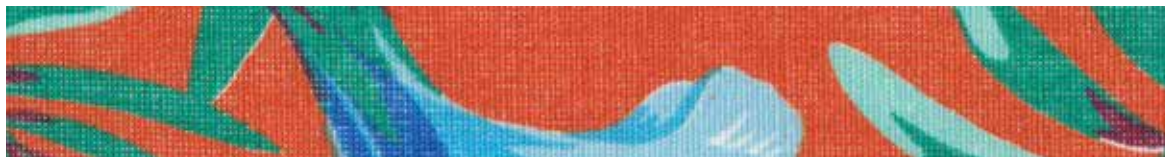
O período crítico de uma ditadura militar disseminou conflitos aos quatro cantos do país, como o que aconteceu na área rural de São Luís, nas décadas de 60, 70 e 80 do século passado com a implantação de parte do “Projeto Grande Carajás” que envolvia desmatamentos para plantação de soja e eucalipto, dentre outros monocultivos, mineração de bauxita e

minério de ferro, usinas para pelotização de ferro, e outras atividades. Só em São Luís, de aproximadamente 300 trezentos mil habitantes naquela época, foram vitimados cerca de 30 territórios, ocupados por populações tradicionais que somavam aproximadamente 20 vinte mil pessoas, removidas para dar lugar a dois empreendimentos: a fábrica de alumínio do consórcio liderado pela norte-americana Alcoa e para estocagem, processamento e exportação de minério da então estatal, Companhia Vale do Rio Doce. Foi quando setores da sociedade civil, ligados a setores de igrejas de caráter progressistas, juntaram esforços e executaram um longo processo de formação política, principalmente, no meio de um movimento sindical rural e urbano, a exemplo do que já acontecia Brasil afora com o surgimento de várias pastorais e das comunidades eclesiais de base (CEBS). Ligadas à igreja católica, as CEBS contribuíram fortemente para a formação de lideranças em várias comunidades.



←
Formação
Política – Taim,
2017. Arquivo
Gedmma

Os programas para o desenvolvimento do capital ganham mais espaço, em 2003, nessas regiões, cujos territórios têm suas populações ameaçadas de extinção desde os anos 1960, do século passado. Nessa época, também é reeditado um movimento de resistência ao projeto do polo siderúrgico, o Reage São Luís que, junto a grupos da Universidade Federal do Maranhão e outros atores da sociedade civil organizada, iniciam um novo ciclo de formação e capacitação que se soma às capacitações mais pontuais, com a participação de membros das comunidades e movimentos sociais de alcances regionais e nacional, com parcerias sistemáticas com núcleos de assessoramento. Um exemplo, são os quatro cursos ocorridos na comunidade do Taim, nos anos de 2000 e 2001, que tinham como conteúdos a confecção de artesanatos a partir de fibras naturais e ou sintéticas, piscicultura, beneficiamento e processamento de pescados com direcionamento para o trabalho em grupo (associativismo/cooperativismo). Envolveram cerca de 130 jovens, com idades entre 15 e 25 anos, das comunidades Taim, Limoeiro, Porto Grande, Rio-dos-Cachorros, Cajueiro, Vila Maranhão.



A Resex de Tauá-Mirim

O processo de nivelamento e animação para as doze comunidades envolvidas na proposta de criação da unidade de conservação, resex de Tauá-Mirim, ocorreu entre 1998 e 2007. A ideia começou a ganhar mais espaço para discussão entre as populações proponentes, em 2003, quando o Instituto Brasileiro para o Meio Ambiente e os Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) concluiu os estudos sobre o território e os entregou ao Ministério do Meio Ambiente.

A partir de 2009, a manutenção das relações entre os grupos parceiros na resistência ao polo siderúrgico convergiu para novos ciclos de formação, que implicavam em aprofundar os estudos de conhecimento do território e valorização das relações entre populações e natureza. Com esse intuito, foi realizado pelo grupo de estudos Gedmma, entre os anos de 2011 a 2014, o curso de Educação Ambiental. Ele foi realizado na zona rural II de São Luís, através de oficinas itinerantes e foi direcionado a jovens entre 15 e 30 anos das comunidades: Taim, Limoeiro Cajueiro, Porto Grande, Embaubal, Ilha Pequena, Portinho e Tauá-Mirim. A metodologia incluía o resgate da história de formação de cada comunidade, suas atividades produtivas apontando evidências de progressão ou regressão da produtividade, o grau de dependência dos biomas associados como manguezais, brejos, praias, rios, lagoas etc. Este aspecto da formação foi reforçado pelo trabalho desenvolvido a título de pesquisa para pós-graduação de Helena Steinhorst que focou na economia embutida/associada aos biomas de manguezal.



As pessoas e suas contribuições no empoderamento para a cidadania

Qualquer ação proposital e voluntária para um objetivo na vida humana haverá de considerar pessoas humanas como autores e objetos da ação; também precisa considerar as contribuições de agentes internos e externos para este conjunto de ações. Para não correremos riscos de cometer injustiças, observamos que as pessoas aqui citadas representarão um conjunto de outras pessoas implícitas neste registro que tiveram contribuições decisivas, ainda que em níveis e momentos diferenciados: Padre Fernando Lewesck

dirigiu as paróquias de São José Operário, no bairro Vila Nova e dava assistência espiritual aos enfermos de hanseníase no hospital Aquiles Lisboa, e ao conjunto de comunidades da área rural II, do entorno da Vila Maranhão, em São Luís, e ao município de Humberto de Campos. Marluze Pastor Santos, fundadora da associação agroecológica Tijupá e do Centro das Populações Tradicionais do Corredor de Carajás, (Fórum Carajás), atuou em vários momentos em processos de capacitação e assistência técnica às comunidades rurais de São Luís, incluindo o Taim. Assumiu a superintendência do Instituto Brasileiro para o Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no Maranhão, e foi indispensável no processo de empoderamento das populações ameaçadas pelo famigerado polo siderúrgico. Bira do Pindaré, como delegado regional do trabalho, usou de seu cargo para intervir no ciclo de audiências públicas do polo siderúrgico, em defesa das comunidades. Katia Regina Aroucha Barros, coordenadora do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), ao lado de Marluze no (IBAMA), coordenou também vários processos de capacitação com destaque para os projetos Camurins I e II. Cecília Aparecida Amim Castro, importante articuladora dentro da arquidiocese de São Luís, abriu espaços de debates envolvendo o arcebispo metropolitano na luta pela manutenção das populações então ameaçadas. Pe. Inaldo Serejo, coordenador da Comissão Pastoral da Terra na época, e Magno Cruz, coordenador da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), que estiveram ao lado das populações e disponibilizaram as estruturas físicas ou equipes das organizações mencionadas a serviços das demandas das populações. Helena Barros Heluy, disponibilizou sua formação de jornalista e de advogada, assim como, uma vez eleita deputada, não só colocou seus mandatos, como seu gabinete, por 14 anos, a serviço dos movimentos sociais e garantiu que fossem assessorados por Alberto Cantanhede Lopes, representante das comunidades tradicionais. José Guilherme Zagalo, demandado por representantes da população ameaçada pelo polo siderúrgico, em 2003.

O então assessor jurídico do Sindicato dos Urbanitários foi para além do que podíamos pedir e esperar de alguém e passou a prestar um serviço com uma qualidade acima de qualquer remuneração que pudéssemos oferecer. Pesquisou e produziu documentos que jamais estariam acessíveis e compreensíveis até para quem tinha alguma formação acadêmica, muito menos para uma população privada do seu desenvolvimento intelectual acadêmico. Horácio Antunes Sant'Ana Junior, Bartolomeu Mendonça, Madian Frazão, Élio Pantoja, Ana Lourdes Ribeiro e outros integrantes do Gedmma, na nova etapa de lutas pela sobrevivência em um cenário em que, os que tomam decisão de dentro e fora das esferas do estado, entendem o território como mercantilizável.

As comunidades já seriam tristes lembranças se não tivéssemos a capacidade de manter, estreitar e ampliar as relações com os parceiros. O que, felizmente, tivemos a capacidade e sorte de fazer. Pois, durante os enfrentamentos ao projeto de siderurgia, as alianças ampliaram-se quando novas adesões valiosíssimas aconteceram, e elas continuam ampliando-se em frentes de lutas e em formação de novas cabeças. Como o processo de parceria com o Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), que se compõe com membros de outros centros de ensino superior e médio, assim como com outros grupos dentro da própria Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e fora, como com a rede Justiça nos Trilhos que, junto ao Gedmma, formou uma equipe multidisciplinar para implementar um longo processo de formação e qualificação para o exercício da cidadania.

Entre os(as) agentes interno(a)s, destacamos as pessoas que enfrentaram o desafio de dirigir os rumos da comunidade com a fundação da União de Moradores e Moradoras do Taim (UMT), bem como, representá-la dentro e fora do território. Assumiram os desafios de formar multiplicadores e multiplicadoras no território. Dentre estes, figuram: José Reinaldo Moraes Ramos, Raimundo Nascimento dos Santos, Alberto Cantanhede Lopes,

Maria Lúcia Frazão, Jaldenilson Ramos Mesquita, Rosana Mesquita, Jaldemir Mesquita e Clodoaldo de Jesus, atuaram na presidência da UMT, além de Jean Carlos de Jesus, Gracilene Mesquita Lopes, Carlos Magno de Moraes, Cassia Camila de Jesus Lopes, Carla Moraes de Jesus, Leila Letícia de Jesus dos Santos, Lilian de Jesus dos Santos e Leidivania Gonçalves Silva.



O Estado como um instrumento do mercado

As populações tradicionais, formadas por pescadores e pescadoras, agricultores e agricultoras, artesãos e artesãs, podem ser incluídas na lista de ameaçadas de extinção, sobretudo nos núcleos urbanizados e dominados pelos tentáculos do mercado. Em São Luís, o que sobra dos territórios tradicionais chega a um limite crítico pois, a toda hora uma nova ameaça é anunciada, e o estado que deveria ser o árbitro dos conflitos, é quem os promove. Ora pelo executivo, através de um ato administrativo; ora pelo legislativo, com a aprovação de uma nova lei; ou pelo judiciário, com sentenças que em nome da “justiça” favorecem ao capital, mesmo quando seus agentes violam e ou ignoram as leis e os códigos jurídicos. Basta olhar para o que acontece neste momento na comunidade do Cajueiro, em que foram destruídas aproximadamente 20.000 palmeiras de babaçu e o manguezal do entorno. Com tanto a fazer, o estado brasileiro é tomado de forma brutal por quem já dizimou suas reservas naturais e não tem mais nada a perder, investem pesado para suprir sua sede de poder e de consumo. E a vitimização das populações tradicionais é evidente, quando se retira recursos de investimentos em setores que já eram carentes, como a saúde e a educação públicas, para emprestar às corporações privadas que comercializam estes serviços.



Formação Política

“No processo da Formação Política me desenvolvi muito nos conhecimentos e nas oportunidades que tive, consegui estar mais atenta às falcatruas provocadas pelo discurso de desenvolvimento, entendi mais a respeito dos direitos humanos e meus direitos, a enfrentar os que nos oprimem. Hoje, sou militante e luto pelo bem viver dos povos e comunidades tradicionais do Maranhão e fora do estado. Temos que sempre ficar atentas a esse capitalismo que quer nos oprimir, quer nos engolir. Hoje falo, grito, mobilizo, para que nossos direitos sejam respeitados. Viva a cultura indígena, a cultura negra, a mãe terra, queremos o bem viver!”

– Francivânia Gonçalves Silva, comunidade do Taim



Jovens da Formação
Política no I
Seminário Conflitos
Ambientais em
Territórios do
Corredor de Carajás:
Vivências, Saberes e
Resistências, 2016.
Arquivo Gedmma

Em 2014, novas parcerias são celebradas e um novo processo de formação tem início, agora com abrangência para o corredor de transporte do projeto Grande Carajás que liga o porto do Itaqui, no Maranhão, à serra dos Carajás, no estado do Pará. Com

formato metodológico modular/temático; com conteúdo voltado para as políticas públicas de caráter transversais, por exemplo, comunicação, meio ambiente etc.; com foco na juventude, mas sem limite de idade; com frequência bimestral e itinerante entre os municípios do corredor de Carajás.

O curso de formação política foi realizado em várias comunidades e municípios, entre eles foram: São Luís (Taim e Cajueiro), Santa Rita (Sitio do Meio II, Oiteiro dos Pires), Itapecuru (Santa Rosa dos Pretos), Arari (Capim Açú), Igarapé do Meio (Vila Diamante), Terra Indígena Rio Pindaré (aldeia Piçarra Preta), Bom Jesus das Selvas (Verena), Açailândia (Piquiá de Baixo).

A primeira turma da escola de formação política promovida pela rede Justiça nos Trilhos, com apoio do GEDMMA (Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente), no corredor de Carajás, teve início no final de 2014, na comunidade do Taim, onde planejamos as etapas seguintes, depois foi se desenvolvendo em outras comunidades e municípios, que tinham conflitos com a Vale S.A. Cada comunidade onde a formação política passou, debateu um tema específico como: Gênero, Comunicação, Cultura, Drogas, entre outros assuntos relacionados aos descasos da implantação e duplicação da Estrada de Ferro Carajás, negligência em relação aos direitos humanos e falta de políticas públicas nos territórios.

“No curso de Formação Política aprendi muito, a valorizar mais a minha cultura e a do próximo, me senti estimulada para ler, participar e falar em seminários, valorizar mais minha comunidade e as outras, conhecer mais sobre as estratégias do inimigo, no caso a Vale, governos e outras empresas que querem nos derrubar, não nos valorizam e sim escravizam com falsas promessas e desrespeito total à mãe natureza e a nós, que vivemos nos territórios”.

– Francivânia Gonçalves Silva



Juventude de luta

“Leidivânia, de certa forma, foi vítima desses impactos, desses empreendimentos. Aqui a gente sempre discutia que esses cânceres, esses tipos de câncer, iam aparecer nesses territórios por conta desses empreendimentos malditos que vem pra perto de nós.”

– Rosana Mesquita



↑

Leidivânia
Gonçalves Silva,
2015

Leidivânia Gonçalves Silva nasceu na comunidade do Taim, São Luís -MA, em 1987. Veio de uma família humilde com nove irmãos(as). Filha de Francisca Gonçalves Silva e Valdinar de Jesus Silva, sempre se dedicou a ajudar as pessoas. Fez curso de extensão pelo GEDMMA e PET. Quando terminou o ensino médio fez vários cursos, entre eles, o de técnico em radiologia. Ela via o sofrimento das pessoas e queria muito ajudar. Quando terminou o curso de radiologia, ingressou no mercado de trabalho, o que fez com que assumisse menos atividades de militância. Também foi professora e catequista, ensinava jovens e crianças, com aulas particulares voluntariamente. O que mais desejava era fazer uma biblioteca comunitária no Taim. Começou seu curso superior em contabilidade à noite. Quando chegava em casa muito cansada, gostava de brincar. Leidivânia começou o curso de Formação Política em 2014, mas desistiu por causa do trabalho, pediu para sua irmã, França, não deixar de fazer e passar para ela o que estava acontecendo em cada curso que participava. Leidi, como era mais conhecida, trabalhou na associação de moradores do Taim por dois mandatos junto com sua amiga Rosana Mesquita. Compartilhando saberes, tornou-se uma pessoa muito querida e admirável.

Leidivânia (Bileu ou Leidi) era atuante dentro e fora da comunidade, contribuiu como tesoureira da UMT ao lado de Rosana, dedicou-se à organização dos documentos contábeis da instituição, enquanto coordenava a implantação de um embrião para uma biblioteca comunitária. Leidivânia, provocada e incentivada por Alberto Cantanhede Lopes (na época - 2003 a 2008 - foi vice-presidente e, posteriormente, presidente do GTA), preparava-se para compor o Conselho Estadual do Meio Ambiente, enquanto dividia a coordenação estadual e compunha o conselho deliberativo nacional do

Grupo de Trabalho Amazônico (GTA),³ quando sofreu de um mal pouco comum até então e, prematuramente, faleceu, em 2015. Em meio a um enorme vazio, pelo seu potencial de envolvimento com os problemas e sua disposição na busca de soluções, nos deixou um legado de ternura e determinação.

“Oh!! Minha Leidi, cheia de sabedoria, em outros difícil de encontrar, com um propósito em sua vida de ajudar o próximo, acolher aqueles que queriam desistir, sempre vista por muitos como uma menina de ouro, que espelha a imagem do Senhor. Quando uns queriam lhe derrubar, já pensava em levantar. Uma grande amiga, guerreira, lutadora, com jeito de durona, mas na verdade, era uma boneca de porcelana, sempre posta a ajudar o próximo, jamais esquecerei o que fizeste por mim e pelos outros, jamais vou esquecer as nossas conversas, o estímulo de força que sempre me passou, chorei e choro por nos deixar tão cedo. No começo, eu e demais pessoas que lhe amavam não queríamos aceitar sua despedida na terra, mas hoje entendo, pois você por ser tão boa, sabedora das coisas, merece estar ao lado de Deus para ajudar mais pessoas que clamam pela ajuda divina, onde estiver sei que vai estar sempre comigo e com todos que amava, pois é uma pessoa difícil de ser esquecida. Te amo Leidivânia Gonçalves Silva e pra sempre vou te amar eternamente”.

– Francivânia Gonçalves Silva

³ Rede de organizações da sociedade civil com atuação e capilaridade nos nove estados da Amazônia brasileira, com foco na produção familiar e na criação de unidades de conservação de uso sustentável.



ESSAS MULHERES DO TAIM

mulheres do taim, contos, cantos e encantadas
eita, que essas mulheres são danadas!
cheia de graças, engrasadas
dando gargalhadas, mas lá no fundo se emociona
consigo, vem o choro
silencioso, rasgado
manhosa, curada

mulheres do taim, contos, cantos e encantadas
rica em produção
faz qualquer coisa e sempre dando as mãos
com o filho no chão: cotinha, passa e ainda lava à mão
vai na roça para pegar mandioca
e logo se vê o panela de farinha
pega aqui, seu menino!
de fome ela não morre
vai ali, o que resta é a tapioca
mulheres do taim, contos, cantos e encantadas
se não está em casa, tá na mata
vendo a produção de abelha que ali ainda resta
porque é um justiceira, tecendo a teia, logo vem a ladeira
e ainda dá uma de carpinteira, batendo a madeira
de dia e de noite, essas mulheres fazem meu gosto!
mulheres do taim, contos, cantos e encantadas
trabalhando no sol, pra não depender do homem, que fica se lamentando
e, às vezes, até chorando
deixa disso homem! ela vai mesmo é lutar
para não deixar sua dignidade escoar
cuidar dos outros e outras, sua satisfação



→
Coreiras
no Tambor
de Crioula
Unidos de São
Benedito, do
Taim , 2014.
Fonte: TEIA

vai ali ver se dona menina tá precisando de mim
minha irmã ganhou uma menina
pois deixa que eu lavo sua roupinha!
eita que essa gosta de falar da vida dos outros!
mas é de muito gosto
assim todos ficam sabendo se tá vivo ou se tá morto
mulheres do taim, contos, cantos e encantadas...
lá no campo fica cheio de tantas belas pernas
desfilando? que nada! tá correndo, gritando,
atenta nos chutes das manas
e à noite vem a dança, que encanta as encantadas
mas menino, aquela bela mulher com a saia rodada
dançando ao som dos tambores, rodando, cantando,
se destacando com as gurias ao lado
e ainda não estão cansadas!
essas são as mulheres do taim

- francivânia gonzalves









Seminário
Carajás, 2014.
Foto: Marcelo
Cruz



ENTREVISTA IR. ANI

VIVIANE – Meu trabalho? Eu sou estudante em pós-graduação de Ciências Sociais lá da UFMA, pertenço ao grupo de estudos, o GEDMMA, e também sou assessora jurídica ambiental da CPT. Estou desde que começou o caso do Cajueiro acompanhando e também acabei entrando na CPT agora e estou acompanhando a luta. E o seu Ani?

IR. ANI – Não tem tempo para dizer [risos], mas sim, eu estava falando com o Cláudio, que eu me lembro quando começamos estes estudos do seminário Carajás 30 anos, eu queixei, aí disse é mais que de 30 anos que estamos lutando contra o Carajás. Aí, ele me disse, não, nós estamos falando do projeto do governo que começou 30 anos atrás. Porque antes daquele tempo nós [inaudível] porque Vale antes queria ajudar a Alcoa, naquele tempo foi a Alcoa Shelley-Billiton, aí o que aconteceu era que tinha que colocar uma nova estrada de trem naquele tempo, sabe o que fizeram?

VIVIANE – O quê?

IR. ANI – Mandaram madeira de Amazônia para o Japão, para ser tratada, para fazer a parte deitada da parte de baixo dos trilhos. Então, de repente chegou essa madeira preparada e os estivadores, que estavam lá trabalhando, começaram a aparecer no médico que estava em nossa equipe de saúde, tudo assim marcado(a) como se fosse alergia estranha. Então o primeiro homem que chegou o médico o tratou como alergia, mas chegou o segundo, terceiro, quarto, cinco homens. Aí, ele começou a investigar, e toda esta química que foi colocada nas madeiras, e eles estavam bem inchados, sofreu bastante. Naquele tempo, isso foi mais ou menos, como, se não me engano, 81, 80. Mas, antes disso, em 79, começamos a trabalhar ajudando o povo nas comunidades a entender o jeito de gente de fora que queria vir e tomar uma parte da ilha para construir fábricas. Aí pesquisas bem feitas na década de 50 e 60 e um professor da universidade de Turim e um de Canadá, vieram aqui nas reuniões e

convidaram uns especialistas de Alemanha, para fazer estudo da ilha, naquele tempo. Foram eles que fizeram a pesquisa do subsolo e disse que é muito poroso, ilha Tropical não pode aguentar esse tipo de peso. Isso vai destruir o meio ambiente, vai destruir a ilha mesma. Muita gente não entendia isso naquele tempo, mas vem na última parte da década de 70 a gente começou, aí naquele tempo vieram várias pessoas.

CLAUDIO CASTRO – esses estudos são de qual época, irmã Ani? Esses estudos sobre a porosidade do solo são de qual época? dos anos 60?

VIVIANE – São de qual época esses estudos?

IR. ANI – O que falaram assim era de 69 por aí. Eu não tinha chegado ainda até 71. Mas em 75 eu recebi um convite, fiz um estudo, uma pós-graduação médica, na Universidade de Turim, em medicina tropical, aí um dos professores de lá era um dos investigadores, pesquisadores, e aí contou tudinho para mim. Então, ele falou de babaçu, valor de babaçu, que somente em 5 países no mundo tem babaçu no mundo, e todos são ao lado da linha do equador. Então aí quando começamos a luta contra a Alcoa, chegou já a Eletronorte, e se colocou ao outro lado da pista, frente ao Maracanã aí começou a desmatar...

VIVIANE – Antes da Alumar...

CÂMERA – A Eletronorte...

IR. ANI – Aí o que aconteceu, de repente, esta ilha, até aquele momento, não tinha nenhum paciente com doenças de chagas, mas eles desde que localizavam os barbeiros, então esses o infectavam, já começou afetando gente. Naquele tempo, eu mesma falei com o secretário de saúde porque um homem morreu, mas aí morreu em Belém, mas pegou a doença aqui...

CLAUDIO CASTRO – Então foi uma interferência, uma interferência no meio ambiente que provocou a alteração no habitat do barbeiro, que provocou a doença!?

IR. ANI – Sim, claro, e também a doença... eles sabendo que era doença de chagas, mando ele, o paciente, para Belém, ele morreu em Belém. Em outras palavras, ele não assumiu a responsabilidade aqui. E não somente isso, nos povoados que retiraram o povo para começar a construção, duas jovens, que estavam ligadas à catequese, disseram: “Ani, você tem que ir lá, pois as crianças estão morrendo”... Como é? Nenéns, recém-nascidos, estava.. poeiras que a máquina estava levantando... Aí eu fui a uma dessas máquinas, eu parei a gente e disse: “você sabe que esta poeira, o povo nem teve tempo para sair, está afetando as crianças?”. Aí ele disse: “temos ordens, e temos que obedecer”.

CÂMERA – Isso na colocação dos Trilhos, colocando os trilhos, não?

IR. ANI – Não, isso foi fora de trilhos, isso foi nos povoados onde está Maracanã e onde está Alcoa agora...

CLAUDIO CASTRO – Sim, Alcoa.

IR. ANI – Então, eu fui lá e encontrei nenéns no berço, assim com toda essa..., aí tirei as crianças e ensinei as mães como fazer drenagem postural para tirar tudo... na luta pela saúde todo esse negócio é muito forte e ainda hoje que não está registrando os problemas de saúde que a gente entende, a gente só está falando de meio ambiente, mas o que quer dizer meio ambiente? Afeta cada corpo e cada individual, e pelos direitos humanos, temos direitos de viver com dignidade, e pra mim eu sei é...

VIVIANE – É saúde, primeiro o meio ambiente...

IR. ANI – A felicidade da vida com dignidade... chega... [risos]



PONTES E BANDEIRAS:

A formação política tensionando os muros

Carla Cristina Barros Pinheiro

Maria Ecy Lopes de Castro

Jefferson Yuri da Silva Lima

Neuziane Souza

Clara Fernanda da Silva Costa

Priscila da Conceição Aguiar

Dayanne da Silva Santos

Vinícius Melo Gonçalves

Trocas, aprendizagens, afetos, ideais de luta permitiram a vivência de construção coletiva da Formação Política. Estudantes inseridos na construção desse espaço falam da importância dessa inserção na reescrita de suas histórias de vida, de seus feitos, de seus pensamentos acerca da sociedade que somos. Falam de momentos raros nos tempos conturbados em que avançam espaços individualizados e competitivos sobre a vida comum, quando grupos tentam reforçar os tijolos dos muros que apresentam rachaduras provocadas pela insurgência negra, indígena e dos grupos subalternos nas universidades.

TROCAS, ENCONTROS E RE(E)XISTÊNCIAS

Carla

O curso de Formação Política nos propõe muito mais que oficinas e palestras, pois a troca que existe durante e posterior ao mesmo é maravilhosa. É um curso que se preocupa com as causas humanas, com grupos que cotidianamente lutam pelos seus territórios, pelo reconhecimento de suas histórias. O que se aprende na universidade é apreendido de outra forma nas comunidades, na universidade muito conhecimento torna-se preso, e até mesmo único. O que pude perceber, acompanhando a formação política em algumas comunidades, é como podemos analisar a natureza, o ser humano, o capitalismo, o “desenvolvimento”, o mundo ... de outras formas quando saímos do ambiente acadêmico e adentramos a um novo espaço de relações – de maior autonomia dos cursistas, de reflexões em cima das vivências expressas nas práticas que cotidianamente esses povos e comunidades enfrentam. As minhas experiências, trocas, aprendizagens tornaram-se mais compreensíveis a partir da minha participação no GEDMMA, onde pude exercer os 3 pilares que a universidade deveria oferecer a todos os estudantes. Em muitas graduações, muitas trocas são limitadas e até difíceis de se compreender, porque ficam muito na teoria. A partir do momento em que participamos de cursos, em espaços sociais que estão em constante luta, com outras formas de educação, com outros meios de tratarem suas histórias, compreendemos que outros conhecimentos estão muito além do que imaginamos e do que tentamos escrever... Nas minhas participações em algumas comunidades, nos momentos das formações, eu mais ouvia que falava, sempre entendendo que esse é o momento da troca e o momento de ouvirmos, que nossas contribuições ali são básicas, perto das ações e atuações dos cursistas. Pensando sobre o que a formação contribuiu para meu ser e minha graduação, analiso a mulher que me tornei nesses anos, sendo muito mais participativa, atuante, tanto nos ambientes acadêmicos, como em outros espaços, que percebi, que também devem ter minha participação. Quando se está em um

espaço com pessoas com trajetórias diferentes da sua, você tem a oportunidade de saber mais sobre você e sobre os outros, e nesses anos acompanhando e conhecendo os cursistas, eu estou tendo a oportunidade de me acompanhar e me conhecer, conhecer minha história, conhecer a pessoa que sou e o quanto preciso somar em toda luta que é por causas humanas. Eu permaneci na Formação porque me identifique com as lutas que ali estão vibrantes, com as oportunidades que temos e os espaços também, aprendi a me ENVOLVER, e isso é parte da troca, onde eu mais tenho a aprender que ensinar. Estar nos cursos de Formação Política é sempre acreditar e estar sempre na luta. Dentro disso, tento observar também as formas pedagógicas das formações, que sempre busco aplicá-las nos espaços que vou. A Formação Política é, para além de um curso que busca auxiliar/ orientar jovens que estão em comunidades que são atingidas pela mineração, pelo “desenvolvimento”, um curso para nos alertar, reconhecer sobre nossas histórias, as problemáticas que nosso país enfrenta, sempre vindo de uma forma humana e diferente, que só pode ser percebida e entendida a partir dos saberes tradicionais.

Jefferson Yuri

A formação acadêmica de uma pessoa não deveria passar apenas pelo espaço da sala de aula, lugar reconhecido para a prática do ensino e aprendizagem. Durante minha trajetória universitária, como estudante do curso de Ciências Sociais, foi fundamental estabelecer relações e encontros para além dos muros da universidade. Isso se tornou possível a partir do meu envolvimento e participação nas ações extensivas do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA).

Através do curso de Formação Política, realizado em colaboração com a Justiça nos Trilhos (JnT), tive a oportunidade de conhecer e aprender com os sentidos que movem a luta pelos territórios de comunidades rurais, negras e indígenas nos municípios de São Luís (Resex de Tauá-Mirim, Taim e Cajueiro), Itapecuru

Mirim (Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos), Açailândia (Piquiá de Baixo), Bom Jardim (Terra Indígena Rio Pindaré), Anajatuba (Capotal), entre outras. Essas comunidades vivenciam uma série de conflitos e impactos socioambientais em seus territórios decorrentes da expansão de projetos e ações desenvolvimentistas.

Numa visita ao terreiro do Egito, durante uma das etapas do curso, realizada em março de 2017, na comunidade do Cajueiro, o guajajara Antônio Francisco leu para um pequeno grupo dos que estavam presentes a seguinte frase: “Quando vieram, eles tinham a Bíblia e nós a terra. E nos disseram: fechem os olhos e rezem! Quando abrimos os olhos, nós tínhamos a Bíblia e eles a terra”. Quem são eles? Eles são a imposição de um pensamento colonizador e de uma ontologia mercantil que ao longo dos séculos, precisamente 519 anos, vem destruindo a casa comum de milhões de vidas que mantém relações outras com a terra, com a Mãe Natureza e seres que nela habitam, humanos e não-humanos.

Diante de tantas invasões e violações, os filhos desta terra fazem resistência e se insurgem contra uma concepção monolítica de mundo, que tem o capital como o eixo central que move e transforma tudo e a todos em coisas-mercadorias. Viver entre guerras é como estar numa encruzilhada, é viver sob ameaças, crises e medos. Mas também é um momento de decisão, de afirmação de desejos e potências da vida.

O estado do Maranhão vive hoje numa encruzilhada, com a adesão a uma política desenvolvimentista que desde a década de 1960 vem gerando impactos, alterações das paisagens e dos modos de vida das comunidades tradicionais. As estradas que levam ao “desenvolvimento” revelam o sistema predatório da fase atual do capitalismo, com a administração da morte e a constituição de zonas de sacrifício. Territórios e ambientes naturais são transformados em recursos mercadológicos, comunidades são expulsas de suas terras, ontologias e forças de resistência são silenciadas, lideranças políticas e guardiões dos territórios são mortos pela sede insaciável de acumulação do capital.

O que caracteriza a nossa humanidade está na singularidade das diversas formas de re-produzir práticas, sentidos e modos de ver o mundo. Mas o atual modelo de des-envolvimento vigente no sistema capitalista põe em xeque a coexistência

de outros mundos possíveis. Essa política desenvolvimentista tem suas raízes no “descobrimento do Novo Mundo”, baseada numa economia escravista e na exploração desses territórios. Há uma continuidade dessas práticas decorrentes do período colonial que persiste no que se refere ao controle estatal do reconhecimento de nossa humanidade, dos modos de produção e da distribuição de riquezas em território nacional.

Vejo o curso de Formação Política como um lugar de encontro, de formação de outras políticas que afirmam a possibilidade de outras existências e que valoriza as diferenças e a amizade entre os povos. Durante os encontros do curso, tive a oportunidade de encontrar com pessoas de diversas culturas, que carregam consigo sua história de luta e seus saberes ancestrais. Essas ações, ainda que numa dimensão micropolítica, afirmam que o conhecimento científico precisa aprender a caminhar lado a lado com o conhecimento tradicional, unindo forças para alcançarmos um mundo de justiça social ou como afirma a concepção política e poética do movimento zapatista no México: “Queremos un mundo donde quepan muchos mundos!”.

APRENDIZAGENS E LUTAS

Maria Ecy

Sou Maria Ecy Lopes de Castro, graduada em Ciências Sociais, membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), desde 2012. O GEDMMA, vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGSoc), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), estuda projetos de desenvolvimento e modernização econômica e suas consequências sociais e ambientais. Minha inserção na Formação Política se deu, primeiro, por ser integrante do grupo. Segundo, a partir de experiência de participação, como bolsista, em um projeto de extensão, no segundo ano de execução, de 2013 a

2014, chamado “Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II de São Luís - MA”. O projeto tinha como objetivo “fortalecer a organização social dos povoados rurais da Zona Rural II de São Luís através da Educação Ambiental, com enfoque no direito e cidadania” e na formação de lideranças. A demanda do curso partiu da percepção da necessidade de engajamento da juventude na luta pelo território, pois, nesta área há intensos conflitos de moradores contra as permanentes tentativas de instalação de grandes empreendimentos e a luta para oficializar, desde 2003 a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, criada politicamente em 2015. O projeto de extensão teve como principal atividade a educação ambiental.

Num segundo momento, pude participar do projeto de extensão “Programa Grande Carajás, Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental”, denominado Formação Política. No que diz respeito ao meu olhar sobre essa participação, primeiro, atuei como bolsista, participando também, como integrante da equipe executora, o que me proporcionou observar todo o processo desde o planejamento até as realizações das oficinas, a implementação delas, até a construção de um dos capítulos deste livro sobre a comunidade Cajueiro, localizada na Zona Rural de São Luís. Isso contribuiu para minha formação porque ao participar do projeto de extensão tive a oportunidade de vivenciar o campo de pesquisa e o resultado disso foi meu trabalho de final do curso, denominado “Formação política e conflitos ambientais nos territórios do Corredor Carajás no Maranhão”. Também, durante as atividades nas comunidades percebi que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis, por isso fundamentais no processo de ensino aprendizagem, com destaque para a metodologia aplicada durante a formação em que houve um intenso diálogo de saberes em que, na construção de todos os trabalhos desenvolvidos, foi levado em consideração o que o outro tem a contribuir e uma educação popular voltada para ação política dos educandos, em que a educação ambiental é também tomada como educação política. Uma educação como instrumento potencializador da luta destes agentes sociais.

Vivenciar estes conhecimentos, dialogando entre si, me fez ter um olhar mais atento e sensível sobre as questões sociais e ambientais, contribuiu muito para

minha formação profissional e está contribuindo muito ao meu exercício profissional e na minha vida em sua totalidade. No entanto, pondero que durante a execução do projeto e a construção deste capítulo tivemos e superamos dificuldades, mas, houve, principalmente, troca de experiências, estratégias de lutas entre cursistas, perceptível ampliação dos conhecimentos dos participantes do curso e participação política deles nos espaços de luta. Isto me faz pensar que os agentes sociais internalizaram os conhecimentos adquiridos durante as oficinas multiplicando-os em suas comunidades com maior interação entre eles, caminhando para unificar as lutas, diminuir desigualdades e continuar a busca por justiça social.

Neuziane

A minha participação no curso de formação política oportunizou-me conhecer as variadas formas de organização e de resistências das comunidades impactadas, tanto pela estrada de ferro Carajás, como por outros projetos desenvolvimentistas.

A organização das comunidades está nas particularidades e singularidades de seu cotidiano, em que pude ver na cultura, na religião, na economia, no social e no coletivo, formas de viver e de “viver bem”, desconstruindo toda aquela ideia padronizada de que os povos que perfazem as comunidades à margem da estrada de ferro Carajás são “todos iguais” ou que são pobrezinhos.

Pude perceber uma riqueza sem igual, diferentemente da riqueza produzida na sociedade capitalista, essa é compartilhada pelos sujeitos, homens e mulheres, jovens, crianças e idosos.

Aprendi a ler mais criticamente as leituras acadêmicas, a lutar por direitos sociais das comunidades, não como representante deles, mas como companheiros de luta, pois também são meus direitos, pois o não-direito a eles é um direito negado a mim e assim aprendi que a “solidariedade de classe” existe nessa relação, pois quando você olha para o outro e se reconhece nele, lutamos juntos, trilhando um caminho performático de amizade, amor, estudo, solidariedade, ciência e resistências.

Sobre as resistências, aprendi a resistir junto com as comunidades, chorei, sorri, brinquei, escrevi, lutei, e aprendi que pertencço a esse povo, que tentam cotidianamente oprimir, humilhar, explorar e dominar, mas que não conseguem, pois somos gente, pensante e atuante, que faz história e que faz a práxis.

Clara

Durante o meu processo – antes de vida – de formação acadêmica, sempre coloquei à frente o respeito, o compromisso e a responsabilidade com a educação e o que a mesma pode oferecer. Na formação política pude entrar em contato com aprendizados recíprocos e sensíveis às necessidades do respeito à liberdade de toda e qualquer comunidade e grupo social. Vinda de área periférica, pude me reconhecer e entender melhor o espaço de onde vim e a particularidade de cada luta e processo de resistência com que entrei em contato. Ao me permitir uma distância do espaço teórico e discursivo, que nos cabe vastos debates e teorias, pude, em prática, vivenciar e sentir a importância do papel do educador em suas implicações políticas de conscientização, que me permitiram muito mais ser conscientizada. Experimentar essa compreensão me deu liberdade de transitar em meio ao teórico e prático na educação com a consistência do que estou defendendo e com quem estou falando. São vivências ricas que entranharam e refletiram em toda a minha postura pedagógica e social em qualquer meio que eu esteja atuando.

Priscila

Participar desse projeto enquanto bolsista de extensão universitária foi uma experiência única. Jamais serei a mesma pessoa depois desse projeto. A forma como fui tocada, o quanto aprendi e troquei foi muito singular. Os espaços que pisei, as histórias que ouvi de luta, de resistência e, sobretudo, os relatos de negação e violação de direitos, sociais, territoriais e, em muitos casos, de direito à vida por conta dos

grandes empreendimentos e pelo estado que se abstém da responsabilidade de proteger a sociedade, me modificaram enquanto humana, enquanto universitária e pesquisadora.

Essa articulação entre a universidade e as comunidades, por meio dos projetos de extensão, é transformador. É gratificante fazer parte, vê o ensino e a pesquisa voltados para o social, para questões urgentes, reais.

Quando me surgiu a oportunidade da bolsa, em muito fui levada pela necessidade financeira, que, naquele momento, era crucial para minha permanência em São Luís, haja vista que minha família não é daqui, o que implica em gastos para permanecer com os estudos e todo as despesas que advém dessa permanência. Contudo, o projeto de formação política com as comunidades, a temática, o que ele propõe e faz aqueceu e aquece meu coração, e então o valor da bolsa já não era mais o que vinha primeiro.

Dentro desse projeto, conheci outras formas de conhecimento, de fazer e vê a vida. Conheci outras formas de solidariedade, de afeto e de pisar no mundo. A formação política, como chamamos esse curso, é na verdade uma formação e, sobretudo, descoberta individual e coletiva de como podemos fazer mais e melhor, de como a Universidade enquanto fomentadora e produtora de conhecimento e pesquisa tem um papel fundamental nisso tudo, e não pode e nem deve negligenciar as comunidades, nem tão pouco o seu papel social junto a elas.

Graças a esse projeto aprendi muito, nesse sentido, gostaria de explicitar minha enorme alegria em receber o certificado de menção honrosa no VII Fórum de extensão Universitária que aconteceu em novembro de 2018, juntamente com meu amigo e também bolsista desse projeto, Vinicius Melo. Foi muito bonito ver nosso trabalho, sendo reconhecido, visto como transformador, como importante para a universidade, porque para nós não temos dúvidas de quão importante e necessário ele é. E assim foi minha experiência com esse projeto, que me marcou e marca, e é diferente de muitos que tive a oportunidade de conhecer, a forma de fazer, de planejar que se difere. A forma como ouvimos, como construímos juntos, nos propondo a atender as demandas existentes nas comunidades, muitas delas individuais e, de modo geral, coletivas. Nos esforçando, enquanto rede Justiça nos Trilhos (JNT) e GEDMMA, para fornecer

assessoramento jurídico, de conhecimento, para que os jovens e todos os envolvidos possam gerenciar os problemas das suas comunidades. E, perceber como tem dado certo, quando vemos esse movimento, uma partida de um lugar de espera, em muitos casos de impotência até, para outro lugar, que é de busca, de cobrança aos reais responsáveis pelas violências. Por isso, e por tantos outros motivos pessoais, percebo esse projeto como transformador, por perpassar todas as esferas de conhecimento.

Como movimento final e resumo da minha experiência como participante desse projeto e bolsista queria deixar meu sentimento de agradecimento, a todos os envolvidos, em primeiro lugar ao GEDMMA, na personificação de um de nossos coordenadores, o professo Horácio Sant’Ana, grata por todo apoio, todo conhecimento e afeto, às comunidades pelo acolhimento, os esforços e todo amor e respeito que construímos juntos, e a Universidade Federal do Maranhão pela oportunidade. Gratidão!

Dayanne

No Brasil, as oportunidades se apresentam de formas variadas, as pessoas sempre estão tentando buscar a igualdade em um país que já nasceu violentamente desigual. Somos educados e padronizados em diferentes instituições que, por meio do discurso da educação, vão limitando e violentando a nossa forma de ser, conhecer e estar no mundo. Somos, de fato, nesses moldes, uma Nação. Amarradas a fortes ideologias e em uma doutrinação constante, somos considerados seres pensantes, por sermos estudantes, termos um diploma. Em uma sociedade legitimada por leis, são os papéis, os documentos, as instituições que falam o que vai ser minimamente aceito como legal, mesmo dentro de muitas ilegalidades. Assim, para continuar fazendo fissuras nessa “Nação miscigenada”, nesse Brasil que não se assume como racista, é que acredito mais na prática, nas ações insurgentes, mas claro, aliadas a uma educação que parta da norma “oculta” da língua, para viabilizar e visibilizar novas formas de conhecimentos. A escola de formação política, gestada através da parceria

GEDMMA, rede Justiça nos Trilhos, jovens de povos e comunidades tradicionais do Maranhão e instituições financiadoras de fomento à pesquisa, ensino e extensão, foi uma das maiores experiências de libertação e de aprendizagem que eu já conheci, no que tange a criações de espaços, onde as pessoas que são violentamente colocadas em uma condição de subalternidade, possam falar e essas falas juntas dão corpo a territórios que estão se reinventando e buscando meios para reexistirem, mesmo quando projetos de morte são implantados em seus territórios. Experimentar a formação política me permitiu ir para além dos muros utópicos das universidades e foi por meio dessa vivência que hoje eu aprendo todos os dias a caminhar com autonomia de mulher preta, pobre e intelectualmente habitada por saberes de pretas e pretos velhos e povoada por muita gente que luta cotidianamente para derrubar ainda muitos muros de opressão.

Vinícius

A formação política é um espaço que me fez enxergar de fato, tatear, conseguir dialogar com tudo que já tinha passado durante minha vida acadêmica, engrandecer e garantir assim, mais embasamento em meus estudos. Porém não enxergando as vidas encontradas nas comunidades como objetos de estudos, mas sim as relações sociais que são expostas. As experiências, as vivências e todas as demais formas que foram expressas, as amizades que surgiram. Tudo isso torna o curso de formação política um percurso único, que deve ter sempre um prosseguimento, pois cada jovem que participou da primeira etapa, de alguma forma se organizou e prosperou, enquanto liderança, dentro de suas respectivas comunidades, e assim, inspirou outros jovens para as novas etapas das formações.

O curso de formação política é itinerante, ocorre em cada comunidade dos jovens participantes. Busca trazer oficinas e formações a respeito de direitos humanos, cidadania e educação ambiental para cada localidade. Dessa forma, somamos a todas as comunidades participantes, a força e resistência em que acreditamos.



ÁLBUM DE FOTOS
DA FORMAÇÃO
POLÍTICA



→
Oficina de
fotografia e vídeo
realizada durante
Formação
Política – aldeia
Piçarra Preta,
T.I. Rio Pindaré,
2017. Arquivo
Gedmma/rede
Justiça nos
Trilhos (JnT)

←
Formação
Política –
Santa Rita,
2016. Arquivo
Gedmma/JnT





←

↙

Formação Política –
Sítio do Meio II, Santa
Rita, 2015. Arquivo
Gedmma/JnT

↓

Oficina de fotografia
e vídeo realizada
durante Formação
Política – aldeia
Piçarra Preta, T.I. Rio
Pindaré, 2017. Arquivo
Gedmma/JnT





←
Formação
Política - Santa
Rita, 2016
Arquivo
Gedmma/JnT



←
Formação
Política - Taim,
2014. Arquivo
Gedmma/JnT

→
I Seminário
Conflitos
Ambientais
em Territórios
do Corredor
Carajás:
Vivências,
Saberes e
Resistências
- UFMA,
2016. Arquivo
Gedmma/JnT



→
Animação:
Formação
Política - Sítio
do Meio,
Santa Rita,
2015. Arquivo
Gedmma/ JnT





←

Fotografia
produzida
durante oficina
de vídeo e
fotografia –
aldeia Piçarra
Preta, T.I.
Rio Pindaré,
2017. Arquivo
Gedmma/JnT



←

Crianças na
formação –
Sítio do Meio,
Santa Rita,
2015. Arquivo
Gedmma/JnT



←

Formação –
Sítio do Meio,
Santa Rita,
2015. Arquivo
Gedmma/JnT

→
I Seminário
Conflitos
Ambientais
em Territórios
do Corredor
Carajás:
Vivências,
Saberes e
Resistências
- UFMA,
2016. Arquivo
Gedmma/JnT



→
Formação
Política na
Casa Familiar
Rural, Verona
- Bom Jesus
das Selvas,
2016. Arquivo
Gedmma/JnT





←

Volta pra casa
após Formação.
Arquivo
Gedmma/JnT



→

Preparação da
alimentação,
Formação
Política - Vila
Diamante,
Igarapé do
Meio, 2015.
Arquivo
Gedmma/JnT



→

Formação
Política - sede
Santa Rita,
2016. Arquivo
Gedmma/JnT



←
→
Formação
Política - Sítio
do Meio,
Santa Rita,
2015. Arquivo
Gedmma/ JnT



→
Formação
Política - aldeia
Piçarra Preta,
T.I. Rio
Pindaré,
2017. Arquivo
Gedmma/ JnT







Formação Política
– Arari, 2014



Formação Política
– Taim, 2017



Formação Política
– sede Santa Rita,
2016. Arquivo
Gedmma/JnT





NÓS EM CADA UM

Alberto Cantanhede Lopes é pescador. Vice presidente da associação de Moradores do Taim. Já foi Presidente do Grupo de Trabalho amazônico – GTA. Tem um amplo conhecimento sobre Unidades de Conservação e demais temas ligados a políticas ambientais, sociais e direitos humanos. Faz parte da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Costeiras e Marinhas – CONFREM. Gosta muito de contribuir com a comunidade, fazer palestras e de tambor de crioula.

Sou **Aldecir Valentim de Melo**, tenho 20 anos, sou nascida e criada na comunidade do Cajueiro, São Luís –MA. Sou militante e faço parte do GEDMMA e da rede Justiça nos Trilhos. Sou fiscal do Conselho Gestor da resex de Tauá-Mirim e coordenadora do Movimento pela Soberania Mineral frente à Mineração – MAM. Gosto de viajar pra conhecer a luta de outro território.

Aldenora Ferreira E. Rodrigues, 22 anos, nasci na cidade de Santa Rita-MA. Estudante do curso de Educação no Campo, mãe e militante!

Meu nome é **Aldeny Ferreira E. Rodrigues**, tenho 19 anos, faço curso Técnico em Aquicultura, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Participo da Formação Política desde os 15 anos. Sou liderança jovem da comunidade Sítio do Meio II. Amo pescar e meu curso é voltado para a área de cultivo

de peixes. Estou sempre em busca de novos conhecimentos, sou extrovertida e adoro dançar.

Sou **Ainá Oliveira da Silva**, amazônida, nascida e criada em Belém do Pará.

Descendente da nação Borum Watu, aprendi a nadar e lutar com os povos do rio Guamá, Xingu e Tapajós. Caminho na perspectiva do fortalecimento de resistências e da pedagogia dxs oprimidxs. Também sou da geração que usa x para evidenciar a presença e existência da diversidade de gênero, que transgride o próprio nome e busca encontrar suas raízes, com arte e insurgências na busca pelo Bem Viver e a sobrevivência dos povos da terra e dos rios.

Aline Araújo Pereira é de Piquiá de Baixo, mas atualmente reside em Imperatriz. Tem 22 anos, é estudante, pesquisadora, mulher negra, feminista, militante e ativista. Formada em Técnico de Alimentos pelo IFMA- Açailândia. Está cursando graduação em Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia. Sua formação militante é perpassada pela formação que recebeu na Pastoral da Juventude. “Sempre quando disponível me coloco à disposição das comunidades, como voluntária, tento ajudá-las no que for preciso. Principalmente as mulheres, crianças e juventudes. Fazer parte disso é me sentir renovada com cada experiência nas comunidades. Estou em processo de desconstrução e construção constante, o que torna mais difícil me descrever. Entender a sociedade, e ser cada vez mais humana é minha missão como pessoa”.

Sou **Anaclea Pires**, tenho 52 anos, moro no território quilombola Santa Rosa dos Pretos, no quilombo de mesmo nome. Tenho 4 filhos. Sou graduada em Pedagogia da Terra e, enquanto movimento popular, me defino defensora popular de direitos humanos e ambientais. Também sou uma liderança feminina da comunidade e vó de 4 netinhos que eu adoro e, a partir daí, a resistência da luta é em prol dessas gerações que hoje estão surgindo a cada momento. Sou participativa, me acho também, uma pessoa muito ativa diante do processo da qualidade de vida, a partir de eixos como

educação, saúde e, principalmente, a permanência em nossos territórios livres, que é o que nos dá sustentabilidade para uma vida de qualidade.

Meu nome é **Altina de Abreu Rego**. Sou licenciada em Educação no campo – Ciências agrárias. Gosto sempre de estar com meus amigos, de ajudar o próximo e sempre almejo um futuro melhor para todos a minha volta, incluindo minha família.

Sou **Antônio Francisco Sousa** ou **Kwarahy**, 26 anos. Apaixonado por fotografia e cinema indígena, formado em audiovisual pelo Vídeo nas Aldeias (VNA) e integrante do COLETIVO PINGA PINGA.

Sou **Antônio Silva Fernandes**, sou filho de assentado, moro no acampamento 16 de abril, que fica no município de Newton Belo - MA e sou militante do MST.

Eu me chamo **Bruno Fernandes**, sou casado com Rafaela Abreu. Sou colaborador da rede Justiça nos Trilhos. Penso que a luta e a articulação em direitos das comunidades é como o rio Mearim, toda vez que olho ele me enche de energia e esperança, assim como está no meio do povo lutando por dias melhores com bênção de deus e a ação de cada um de nós.

Carla Cristina Barros Pinheiro, 21 anos, graduanda do curso de Licenciatura em História – UFMA. Membro do Coletivo Negro da UFMA (CONEGRU). Membro do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e do PET Conexões Comunidades Populares – UFMA. Ativista dos Direitos Humanos, dos direitos dos povos e das comunidades tradicionais, do movimento feminista e do movimento negro. Me identifico na luta dos povos e das comunidades tradicionais porque busco uma história contada a partir dos subalternos. Sempre vivi em região periférica, região que a educação chega, mas não é de qualidade. Ocupo um espaço que deve ser ocupado por mais pessoas como eu. Estou nessa luta porque o sei o quanto as políticas públicas são falhas nesses espaços. Luto para que mais pessoas

como eu, mulher negra, ocupem espaço que é nosso e que é negado há 500 anos. Essa luta é longa. Axé!!!

Cíndia Brustolin é mãe, professora e ativista social.

Clara Fernanda da Silva Costa, 21 anos, graduanda do Curso de Pedagogia – UFMA, membra do GEDMMA (Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente). Ativista das causas sociais de povos e comunidades tradicionais, na luta pelo Bem Viver, e defensora das causas das mulheres. Coordenadora do Espaço Ciranda, criado em 2018, para as crianças das comunidades de atuação da Formação Política.

Claudio Castro, jornalista e lutador social. Contribui com vários movimentos sociais.

Dayanne da Silva Santos, intelectual negra, cientista social marginal, membra do GEDMMA, doutoranda em sociologia pela UFRGS, feminista e praticante da religião de matriz africana Tambor de Mina no Maranhão.

Me chamo **Elenilson Silva Fernandes**, sou filho de assentado, moro no assentamento Vila Diamante. Sou militante do MST.

Ezequiel Cardoso mora em Retiro São João da Mata, município de Anajatuba-MA. É presidente da Associação Quilombola de Pequenos Produtores Rurais. É pai, casado com dona Carmina. É uma ótima pessoa para se conversar, dono de muitos saberes, guerreiro, sempre lutando por seus objetivos.

Francivânia Gonçalves Silva, formada em Gestão de Recursos Humanos, nascida e criada na comunidade do Taim, em São Luís – MA. Militante. Quando nasceu a luta pelo território já era grande e não mediu esforços para continuar buscando o Bem Viver. Faz parte de vários movimentos sociais que defendem os direitos humanos, a

mãe terra, aqueles que buscam seus direitos que são tirados. Faz parte do grupo de estudos GEDMMA, do Conselho Gestor da Resex e da rede Justiça nos Trilhos.

Me chamo **Gabriel Silva da Graça**, tenho 21 anos, nasci em São Luís, moro no Cajueiro desde que tinha um mês de vida. Gosto de morar na comunidade, de jogar futebol e me envolver em esportes realizados na comunidade. Sou militante na luta contra o capitalismo egoísta, luto a favor da minha comunidade. Gosto das viagens realizadas pelo Gedmma e JnT, pois nelas me aprofundei ainda mais nas culturas, costumes e lutas de cada comunidade tradicional.

Meu nome é **Genilson Guajajara** ou **Tekwe**, tenho 26 anos, sou formado em audiovisual pelo Vídeos nas Aldeias (VNA). Comunicador Popular e trabalho com foto-registro e cinema indígena, que tem como objetivo registrar o modo de vida e manifestações culturais como meio importante para fortalecimento cultural dos povos indígenas. Também sou membro do Coletivo Pinga Pinga desde 2017, que é uma rede de comunicadoras e comunicadores populares. Gosto da natureza, ela me permite estar mais próximo dos meus ancestrais. Isso faz que minha luta seja para garantir o direito e permanência da cultura do meu povo.

Gerliane Chaves tem 20 anos, é natural de Piquiá, Açailândia – MA. Técnica em eletromecânica. Atualmente graduanda em Ciências da Computação pelo IFMA, de Imperatriz. Pesquisadora do IFMA na área de robótica. Mentora do programa de iniciação científica Cientista Beta Fellow ProLíder2018.

Graciélma Torres da Paz, ludovicense, nascida e criada na comunidade tradicional Cajueiro. Aos 24 anos se dedica a cuidar dos pais (avós). Futura pedagoga, militante, firme na luta pela resistência.

Gustavo Motta tem 35 anos no momento de publicação deste livro. É artista gráfico e historiador da arte.

Sou **Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior**, professor de Sociologia, pesquisador e extensionista. Faço parte do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (GEDMMA/UFMA). Defendo que a atividade acadêmica deve ser crítica e comprometida com as causas e interesses dos trabalhadores e das comunidades tradicionais.

Jefferson Yuri da Silva Lima, estudante do curso de Ciências Sociais/UFMA: “Gosto dos livros, mas aprendi conhecendo as comunidades no Maranhão e ouvindo xs mais velhxs que: Precisamos fazer a leitura do mundo! Isso a gente aprende na luta, vivendo”.

Meu nome completo é **Jessiele Santos de Oliveira** e não sei falar nada sobre mim.

João Paulo Alves da Silva, Técnico em Alimentos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Participou do Coletivo Vigilância Popular em Saúde na comunidade Piquiá de Baixo, município de Açailândia – MA. Graduando em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Atua e pesquisa nas áreas de: Genética Humana; Nutrição Vegetariana e Microbiologia de Alimentos; Saúde, Meio Ambiente e Impactos Socioambientais.

Joércio Pires é quilombola do Território Santa Rosa dos Pretos. Graduado em Pedagogia da Terra (UFMA), membro do Gedmma. Atualmente faz mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia, na UEMA.

Me chamo **José do Carmo Torres Ferreira**, conhecido como **Ducarmo**, tenho 36 anos, sou santa-ritense, pescador, ativista, defensor dos direitos humanos. Faço parte de vários movimentos sociais. Sou atingido por mineração, ex cursista da Formação Política e faço parte do Comitê em Defesa dos Campos Naturais.

Sou **Josiane Pires**, liderança feminina. Moro no território quilombola Santa Rosa dos Pretos, sou graduada em Pedagogia da Terra pela UFMA e faço parte do coletivo AAQ,

no qual sinto um imenso orgulho porque no coletivo trabalhamos pela permanência no território através da consciência política e pelo bem viver ds quilombos e sua preservação.

Leidiane Estácio é formada em Educação do Campo pelo MST, mãe de três filhos, uma menina e dois meninos. Trabalha atualmente como professora no ensino fundamental, na comunidade Bom Jesus, no P.A. Amazônia. É uma pessoa simpática, que gosta de estar com a família, carismática e, acima de tudo, gentil.

Sou **Luilson Silva Fernandes**, sou filho de assentado, moro no assentamento Vila Diamante - MA, sou militante do MST. Nós nunca desistimos de lutar pela reforma agrária no nosso país, Brasil.

Meu nome é **Mailson Santos da Paz**, moro na comunidade Cajueiro, tenho 25 anos. Gosto muito da Formação Política, pois estou aprendendo várias coisas boas e quero aprender mais. Estou firme na luta.

Majú do Nascimento Silva é graduada e licenciada em filosofia pela UFMA, com especialização em Lógica e Ciências Cognitivas pela mesma instituição. Iniciou seu trabalho na rede Justiça nos Trilhos em 2013, como assistente administrativa e auxiliar na educação popular, no escritório em São Luís - MA. Desde meados de 2017, atua como educadora popular no escritório de Açailândia - MA.

Eu me chamo **Manoel Silva Fernandes**, sou filho de assentado, moro no assentamento Vila Diamante - MA e sou militante do MST. Espero que o povo nunca desista de fazer luta pelos seus direitos.

Marcelo Cruz é maranhense, fotógrafo, videomaker e editor de vídeo do centro de Mídias (CPMídias). É militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM.

Marcos Antônio Alves da Silva, 19 anos, de Açailândia – MA, morador do bairro Piquiá. Graduando em Ciências Sociais pela UFT e Ciências Políticas pela UNINTER. Pesquisador do laboratório de Estudos e Pesquisa sobre Territórios Populares e suas Representações (LaTPOR) e do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa Estado, Educação e Sociedade (GIEPPEES). Membro da Pastoral da Juventude (PJ). Diretor de comunicação da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (SENCE), e do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS/UFT).

Maria Ecy Lopes de Castro, ativista ambiental, graduada em Ciências Sociais e membro do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente.

Me chamo **Maria Francisca Rocha Ennes Pereira**, tenho 55 anos, sou moradora do quilombo Santa rosa dos Pretos há 30 anos. Sou de Santa Rita, cidade situada a 72 km de São Luís. Sou casada, tenho 4 filhos, 7 netos. Fiz Pedagogia da Terra pela UFMA, pelo quilombo junto comas minhas amigas, as lideranças quilombolas. Faço parte do projeto AAQ, que é um projeto que cuida e tem a expectativa de melhorar o meio ambiente da comunidade. Onde a gente faz reflorestamento, mudas e controle sobre os fogos na comunidade, controle sobre o avanço das queimadas, das discussões quanto ao território de Santa Rosa dos Pretos e adjacências. Sou também pentecostal do quilombo, mas quanto às outras religiões também sou amiga e companheira das minhas amigas, do povo quilombola. Após chegar aqui também me tornei e aprendi com a comunidade e sou quilombola. Já participei dos trabalhos dos movimentos da comunidade, todos que aconteceram por aqui que eu tive oportunidade de participar, fui convidada, eu participei. A minha expectativa é que a gente continue a proteção contra as agressões, as violências e tudo aquilo que vier querer derrubar a comunidade, as pessoas que estão aqui morando. Meu propósito é estar lutando por aquilo que vem melhorar a qualidade de vida desse quilombo e dos outros quilombos que tiver ao lado quando á coleta de semente, derruba de árvore, preservação dos mananciais, a questão das violências, das drogas, do enfrentamento das coisas que vêm se opor contra o povo negro, enquanto morar aqui, mesmo que um dia deixe

de morar, não vou deixar nunca de fazer esse tipo de proteção, porque isso é o bem comum do planeta, cuidar das águas, cuidar da terra, das plantas, cuidar de todo ser que vive, cuidar do ser humano.

Mateus Tainor, 25 anos, estudante do curso de Educação do Campo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), morador de Santa Rita, filho de Francisca Batista, neto de Raimunda Matos e Francisco Everton, da Beira de Campo, conhecido como Chico Abul..

Mikael Carvalho tem 29 anos, é comunicador popular da rede Justiça nos Trilhos e integrante do Coletivo de Comunicação Popular Pinga Pinga.

Neuziane Sousa, assistente social, pedagoga e professora. Integrante do GEDMMA.

Patrícia Yamamoto, 36 anos, geógrafa.

Priscila da Conceição Aguiar é graduanda em história pela Universidade Federal do Maranhão e bolsista de extensão universitária.

Rosana Mesquita atualmente é conselheira tutelar e meliponicultora. Já trabalhou como carpinteira, profissão em que sofreu discriminação por exercer função considerada de macho. Foi presidente da associação de Moradores do Taim por dois mandatos. É incansável na defesa dos mais oprimidos. Gosta muito de conversar com o pessoal da comunidade, de futebol e de fazer amizades.

Sou **Rosiane Mendes Cardoso**, 33 anos, Itapecuruense, pescadora, ativista, defensora dos direitos humanos. Faço parte da rede Justiça nos Trilhos, sou atingida por mineração, ex cursista da Formação Política, faço parte do Comitê em Defesa dos Campos Naturais. Sou moradora da comunidade Sítio do Meio – Santa Rita- MA.

Ruan Mesquita Moraes tem ensino médio completo. É porteiro e meliponicultor. Gosta muito de mexer com as coisas da natureza: a terra, gosta de plantar e de cuidar das abelhas. Também é apaixonado por futebol, como a mãe Rosana Mesquita. Aliás, tem muita coisa parecida com ela. É uma pessoa bastante solidária. Muito preocupada com os impactos socioambientais, principalmente com os indígenas. Tem um afeto muito grande por eles que quando ver alguma coisa que os atinge, fica muito agoniado.

Sislene Costa da Silva, feminista, educadora popular e professora da rede Pública do Estado do Maranhão. Integrante da rede Justiça nos Trilhos e Gedmma.

Quem eu sou? ...Não há resposta para isso, é irrespondível. “Nem isto, nem aquilo” ...mas as pessoas me chamam de **Uriel**.

Vinícius Melo Gonçalves, 23 anos, graduando do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão, membro e pesquisador do GEDMMA (Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente).

Sou **Zica Pires**, tenho 24 anos, sou pedagoga, educadora popular, defensora de todo ambiente, da natureza, dos povos quilombolas e originários, poetisa e ilustradora. Gosto muito de jogar futebol e de contar histórias. Eu sou o presente de uma ancestralidade, a continuidade da História Preta. Também gosto muito de cantar e tocar gaita. Sou um fenômeno, uma força da natureza.

PUBLICAÇÃO

Organização

Ainá Oliveira da Silva
Carla Cristina Barros Pinheiro
Cíndia Brustolin
Clara Fernanda da Silva Costa
Maria Ecy Lopes de Castro
Neuziane Souza
Sislene Costa da Silva

Prefácio

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

Apresentação

Ainá Oliveira da Silva
Cíndia Brustolin
Majú do Nascimento Silva
Sislene Costa da Silva

Textos

Ainá Oliveira da Silva
Alberto Cantanhede Lopes
Aldecir Valentim de Melo
Aldenora Ferreira E. Rodrigues
Aldeny Ferreira E. Rodrigues
Aline Araujo Pereira
Altina Abreu
Anacleto Pires
Antonio Bruno Abreu Fernandes
Antônio Francisco
Antônio Silva Fernandes
Carla Cristina Barros Pinheiro
Clara Fernanda da Silva Costa

Dayanne da Silva Santos
Elenilson Silva Fernandes
Ezequiel Cardoso
Francivânia Gonçalves Silva
Gabriel Silva da Graça
Genilson Guajajara
Gerliane da Silva Chaves
Gracyelma Torres da Paz
Jefferson Yuri da Silva Lima
Jesiele Santos de Oliveira
João Paulo Alves da Silva
Joércio Pires
José do Carmo Torres Ferreira
Joseane Pires
Josicléa Pires
Leidiane Estácio
Luilson Silva Fernandes
Mailson Santos da Paz
Manoel Silva Fernandes
Marcos Antônio Alves da Silva
Maria Ecy Lopes de Castro
Maria Francisca Rocha Ennes
Mateus Tainor
Mikael Carvalho
Neuziane Sousa
Priscila da Conceição Aguiar
Rosana Mesquita
Rosiane Mendes Cardoso
Ruan Mesquita Moraes
Sislene Costa da Silva
Uriel Meneses
Vinícius Melo Gonçalves

Entrevista

Claudio Castro
Viviane Vazzi Pedro

Revisão de textos

Ainá Oliveira da Silva
Cíndia Brustolin
Sislene Costa da Silva

Transcrição entrevista

Vinícius Melo Gonçalves

Projeto gráfico, diagramação e arte

Patricia Yamamoto
Gustavo Motta

Ilustração capa

Josiclea Pires
Uriel Menezes

Fotografias

Arquivo Gedmma
Rede Justiça nos Trilhos
Antonio Guajajara
Cíndia Brustolin
Dayanne Santos
Genilson Guajajara
Marcelo Cruz



Realização:



Apoio:

